



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia

SANDRA LICIAN SACRAMENTO NEVES DE JESUS

**NOVOS CONTEÚDOS E MORFOLOGIAS NA PERIFERIA DAS CIDADES
PEQUENAS: URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADES NA CIDADE DE
CAETITÉ - BA**

Vitória da Conquista/BA
2019

SANDRA LICIAN SACRAMENTO NEVES DE JESUS

**NOVOS CONTEÚDOS E MORFOLOGIAS NA PERIFERIA DAS CIDADES
PEQUENAS: URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADES NA CIDADE DE
CAETITÉ - BA**

Relatório de Qualificação apresentado Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb), Mestrado em Geografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Orientação: Prof. Dr. Janio Santos.

Vitória da Conquista/BA
2019



Esta dissertação de mestrado está sobre os termos do Creative Commons

J56n

Jesus, Sandra Lician Sacramento Neves de.

Novos conteúdos e morfologias na periferia das cidades pequenas: urbanização e desigualdades na cidade de Caetitê - Ba. /Sandra Lician Sacramento Neves de Jesus, 2019.

188f. ; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr. Janio Santos

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO, Vitória da Conquista, 2019.

Inclui referência F. 163 – 172.

1. Urbanização. 2. Morfologia urbana – Caetitê - Ba. 3. Novas periferias. I. Santos, Janio. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO. T. III.

CDD: 307.76098142

FOLHA DE APROVAÇÃO

SANDRA LICIAN SACRAMENTO NEVES DE JESUS

NOVOS CONTEÚDOS E MORFOLOGIAS NA PERIFERIA DAS CIDADES PEQUENAS: URBANIZAÇÃO E DESIGUALDADES NA CIDADE DE CAETITÉ - BA

Relatório de Qualificação aprovado, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre Profissional em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, submetida à seguinte Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

_____ Prof. Dr. Janio Santos (Orientador)
UESB/UEFS

_____ Prof. Dra. Ana Emília de Quadro Ferraz
UESB

_____ Prof. Dra. Maria Encarnação B. Sposito
UNESP, Presidente Prudente

Data da aprovação ___/___/___

Vitória da Conquista/BA
2019

À minha mãe Iracema Maria do Sacramento, que me fez perceber a importância dos estudos.
Ao maravilhoso Charles de Jesus, meu esposo, amor da minha vida, que nos momentos incertos, me deu total apoio. À você querido filho, Levi Sacramento que mesmo em tenra idade me deu o suporte necessário para a realização desta.
Sem vocês nenhuma conquista significaria tanto.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento é como um jardim: se não for cultivado, não pode ser colhido!
(Provérbio africano).

Graças dou a Jesus Cristo, meu Deus, pelas muitas madrugadas em que passamos juntos a escrever essas páginas. A jornada foi intensa, mas, em primeira instância, o Seu favor, força e companhia me motivaram a prosseguir. “A sola do pé conhece toda a sujeira da estrada” (provérbio africano). Desde a seleção, a aprovação até a conclusão do Mestrado, findo este longo percurso com a certeza da vitória! Não foi fácil, nem tampouco tranquilo, contudo gratificante.

Gratidão a minha mãe, que me gerou, educou, alfabetizou e ensinou o valor dos estudos para a vida. Consegui obedecer? A você mamãe, Iracema Maria do Sacramento, que, por muitas vezes, lutou e acreditou em mim. Mulher guerreira que muito admiro, renunciou a sua juventude para realizar meus sonhos e por isso partilhamos a alegria deste momento. A meu pai, Evilário Brasilino Silva (*in memoriam*), uma grande luz que nunca se apagou!

Há outras pessoas especiais que diretamente me incentivaram. As minhas raízes em que procuro me espelhar sempre: Minha avó paterna, Francisca Neves (*in memoriam*), que por muitas vezes amenizou a minha fome; e Laurinda Maria do Sacramento (*in memoriam*), amor eterno, minha segunda mãe, que saudade! Você me ensinou a ser forte e ao mesmo tempo sensível! Ah, seus ditados populares me fizeram refletir sobre as circunstâncias da vida. Guardo em minha memória alguns: “Quem não ouve conselho, ouve coitado!”; “Quem está com os dois pés na terra, cuida com o que deseja ao outro”. “Cuidado com o que ouve e o que fala”. Eu te ouvi mãe! Como vocês fazem falta! Saudade de sua sopinha! Que delícia sua comidinha!

A todos os meus irmãos, Evilásio Sacramento Silva e Laércio Sacramento Neves pelo auxílio financeiro. Nayra Sacramento Silva e Yalen Sacramento Neves, pelas contribuições acadêmicas. Carla Sacramento Santos por cuidar de Levi nos momentos de minha ausência. À Thiago Neves Brasil e Karina Neves Brasil, por conhecê-los no decorrer do processo. Quantas alegrias compartilhamos!

As irmãs que Deus permitiu que eu escolhesse posteriormente para conviver: Josiane de Jesus Barbalho Santana Ferreira, Moara Paes Miranda de

Oliveira e Nayara de Oliveira Soares. Amor incondicional. Quando as pessoas são realmente amigas a distância não as separa, antes fortalece a amizade. Nossos corações estão interligados!

Ao professor Janio Santos meu orientador admirável, maravilhoso, profissional, amigo, homem de Deus, que no momento mais crítico da minha vida não me julgou, contudo me aconselhou e demonstrou o amor verdadeiro de meu irmão. Gratidão por me impulsionar no processo e pela confiança. Quanto trabalho te dei (risos), quanto aprendizado! Você é uma fonte de inspiração para mim. Como eu o estimo! Obrigada por existir.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC), que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.

Aos professores, funcionários e colegas do Curso de Pós-Graduação Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb), Mestrado em Geografia, em especial à professora Dra. Suzane Tosta Souza, que não raro, desconstruiu a ideologia racista e preconceituosa diante da classe em que me tratou em igualdade. Jamais me esquecerei do seu amor, sempre guardarei em meu coração.

As professoras doutoras Ana Emília de Quadro Ferraz (UESB) e Maria Encarnação B. Sposito (UNESP, Presidente Prudente), que aceitaram compor minha banca de qualificação e de defesa, pelas considerações e ponderações significativas às quais tentei atender para a versão final do texto.

Aos meus colegas da turma do Mestrado pela experiência do convívio. Às minhas amigas Adélia Gilcquele França Alves e Jany Gleyde da Silva Fernandes Cordeiro (Xispita), que me abrigaram com muito amor e me deram suporte em minha jornada na cidade de Vitória da Conquista. Gratidão.

A Diretora do Colégio Estadual Tereza Borges de Cerqueira, Marizete de Carvalho Cardoso Teixeira, que me deu todo suporte possível em minha vida profissional, especialmente neste processo de cumprimento de créditos do Mestrado. Agradeço também a Jumara Carla pelos constantes incentivos a realização dessa linda etapa.

Agradeço às todos os que foram entrevistadas e contribuíram diretamente

para a produção deste trabalho, quando disponibilizaram parte do seu tempo para responder aos questionários e entrevistas com entrevistas, etc. A você, Charles de Jesus, pela produção do mapa urbano para a identificação dos equipamentos urbanos de cada bairro estudado. A Alex Martins pelas produções dos mapas desta obra.

E, finalmente, agradeço ao meu esposo Charles de Jesus, que me completa e ao longo dos nossos 17 anos de casados sempre demonstrou amor, paciência e abnegação ao dividir comigo todo o trabalho e somar as alegrias que se converteram em nosso sucesso; e a você Levi, meu único filho, fruto do nosso intenso e maravilhoso amor, presente de Deus, que tantas vezes arrumou a casa e fez lanchinho para a mamãe, que estava ocupada com a escrita dessa dissertação! Quanto amor envolvido! Esta vitória é nossa!

Quando não souberes para onde ir, olha para trás e sabe pelo menos de onde
vens
(Provérbio africano).

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.
(Arthur Schopenhauer).

RESUMO

Esta dissertação visa compreender os novos conteúdos e morfologias da periferia das cidades pequenas, no contexto do processo de urbanização, e a promoção de lógicas novas de desigualdades e segregação, com foco na cidade de Caetité-BA. Buscou-se averiguar as condições de vida das classes sociais distintas e como as mesmas se apropriaram de direitos na cidade, para então compreender as diferenças e desigualdades que as circundam. A pesquisa tem bases exploratórias e trabalhou com pesquisa documental, bibliográfica, trabalho de campo (questionários, entrevistas, observações, registro de fotos e mapeamento), com fins de alcançar os objetivos propostos. Nota-se que as periferias diferenciam-se pela atuação dos agentes políticos, religiosos, órgãos públicos e privados, que fomentaram políticas na implementação da infraestrutura urbana, com fins de privilegiar a classe de maior poder aquisitivo, na lógica imposta pelo capital. No decorrer do tempo e em pleno século XXI, formou-se um arcabouço urbano organizado em torno de um único centro, pequeno, cuja finalidade foi conduzir toda a dinâmica espacial da expansão do tecido urbano em Caetité. Isso permite perceber o espaço urbano enquanto expressão da luta de classes, o qual confronta os dados da realidade com a noção do senso comum e da Geografia. Constatou-se que Caetité é uma cidade pequena com funções específicas na rede muito semelhantes as cidades médias em que polariza outras seis cidades menores. A morfologia urbana facilitou a compreensão das particularidades do crescimento urbano de Caetité quando apontou a formação e extensão do seu desenho geométrico espacial que, na atualidade, diferencia-se substancialmente do plano diretor urbano local. A questão da criação de loteamentos foi uma consequência da especulação imobiliária, fator responsável da transferência das classes distintas para as periferias. Os bairros Nossa Senhora da Paz e o São Vicente, parcelas periféricas com novas morfologias e conteúdos, expressam em suas características que a pobreza não é o único viés para a análise das periferias urbanas, posto que assumem novas lógicas na apropriação, configuração e usos dessas formas periféricas. Isso agrega maior valorização para a classe de alto poder aquisitivo, que absorve riqueza em meio à pobreza e transforma o espaço urbano em um domínio político-econômico, na contradição dos aspectos culturais dos pobres.

Palavras chave: Urbanização, Morfologia Urbana, Novas Periferias, Caetité.

SUMMARY

This dissertation aims to understand the new contents and morphologies of the periphery of small cities, in the context of the urbanization process, and the promotion of new logics of inequalities and segregation, focusing on the city of Caetité-BA. It was sought to ascertain the living conditions of the distinct social classes and how they appropriated rights in the city, in order to understand the differences and inequalities that surround them. The research has exploratory bases and worked with documentary, bibliographical research, fieldwork (questionnaires, interviews, observations, photo registration and mapping), in order to reach the proposed objectives. It is noteworthy that the peripheries are differentiated by the performance of political, religious, public and private agencies that promoted policies in the implementation of urban infrastructure, in order to privilege the class of higher purchasing power, in the logic imposed by capital. In the course of time and in the XXI century, an urban framework was formed around a single small center whose purpose was to drive all the spatial dynamics of the expansion of the urban fabric in Caetité. This allows us to perceive the urban space as an expression of the class struggle, which confronts the data of reality with the notion of common sense and of Geography. It has been found that Caetité is a small city with specific functions in the network very similar to the average cities in which it polarizes six other smaller cities. The urban morphology facilitated the understanding of the peculiarities of the urban growth of Caetité when he pointed out the formation and extension of its spatial geometric design, which at the present time differs consubstantially from the local urban master plan. The issue of the creation of subdivisions was a consequence of real estate speculation, which is responsible for the transfer of the distinct classes to the peripheries. The neighborhoods Nossa Senhora da Paz and São Vicente, peripheral parcels with new morphologies and contents, express in their characteristics that poverty is not the only bias for the analysis of the urban peripheries, since they assume new logics in the appropriation, configuration and uses of these forms peripheral regions. This adds greater value to the high-income class, which absorbs wealth in the midst of poverty and transforms urban space into a political-economic domain, contradicting the cultural aspects of the poor.

Keywords: Urbanization, Urban Morphology, New Peripheries, Caetité.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Fotos

Foto 1: Palácios episcopais da antiga praça da Igreja Matriz de Caetité 1817 - 1888. -----	98
Foto 2: Igreja Matriz da praça principal de Caetité 1817-1835. -----	98
Foto 3: Rua Barão de Caetité/BA, única via que agregava casas coloniais em 1867. -----	99
Foto 4: Beco das Éguas defronte ao Cruzeiro, local em que abriu a Avenida Santana de Caetité/BA, 1900-1912. -----	100
Foto 5: Alargamento do Beco das Éguas para a origem da Avenida Santana, marco para a criação dos Bairros São José e São Vicente em Caetité/BA. -----	101
Foto 6: Avenida Santana ampliada – 2ª Via criada para acesso à Feira Nova em Caetité/BA, 1915. -----	101
Foto 7: Construção do Grupo Escolar Monsenhor Bastos na Rua Barão de Caetité/BA, 1915. -----	102
Foto 8: Instituto São José em Caetité/ BA século XIX. -----	103
Foto 9: População branca de Caetité/BA: acesso a privilégios, qualidade de vida e emprego formal 1926. -----	104
Foto 10: Feira Nova aberta no antigo Largo de São Sebastião em Caetité/BA em 1960. -----	107
Foto 11: Expansão da cidade de Caetité/BA à Oeste no Início do séc. XX. -----	109
Foto 12: Ruas inclinadas com iluminação precária e pavimentação com paralelepípedos no Bairro São Vicente, 2018. -----	128
Foto 13: Ruas planas sem iluminação pública e pavimentação no Nossa Senhora da Paz em Caetité/BA, 2018. -----	128
Foto 14: “As casinhas brancas” ampliadas pelos moradores do Nossa Senhora da Paz, 2018. -----	130
Foto 15: Modelo das casas doadas pela Prefeitura Municipal de Caetité/BA no bairro Nossa Senhora da Paz, 2018. -----	131
Foto 16: Características das residências da avenida principal do bairro São Vicente, 2018. -----	131
Foto 17: Estrutura e usos do quintal na periferia pobre, 2018. -----	133
Foto 18: Estrutura e usos do quintal na periferia de status, 2018. -----	134

Lista de Mapas

Mapa 1 - Localização de Caetité no Território de Identidade do Sertão Produtivo da Bahia 2018. -----	44
Mapa 2 - Rede de Influência Urbana de Caetité 2018. -----	56
Mapa 3 - Expansão Urbana de Caetité 1867 – 2016. -----	106
Mapa 4 - Localização dos bairros Nossa Senhora da Paz e São Vicente em Caetité 2018. -----	110
Mapa 5 - Altimetria da cidade de Caetité, 2018. -----	111

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Renda Média por Pessoa: Salário Mínimo das Famílias do Nossa Senhora da Paz, 2018. -----	122
Gráfico 2 - Renda Média por Pessoa: Salário Mínimo das Famílias do São Vicente, 2018. -----	123
Gráfico 3 - Nível de Escolaridade das Famílias do Nossa Senhora da Paz, 2018. -----	124
Gráfico 4 - Nível de Escolaridade das Famílias do São Vicente, 2018. --	124

Lista de Imagens

Imagem 1 – Equipamentos do Bairro Nossa Senhora da Paz, 2018. -----	152
Imagem 2 – Novas Morfologias da Periferia – Residências com piscinas térmicas do São Vicente 2018. -----	153

LISTAS DE TABELAS E QUADROS

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Taxa de Crescimento Geométrico Anual da população urbana e rural, Caetité - Bahia, 1940-2010. -----	50
Tabela 2 - População total rural, urbana e da cidade; Taxa de Urbanização, Caetité - Bahia, 1940-2010. -----	52
Tabela 3 - Produto Interno Bruto (PIB), por setores (%), Caetité - Bahia, 1949 – 2015. -----	66
Tabela 4 - População Ocupada por década e em percentual, Caetité– Bahia 1970-2010. -----	67
Quadro 1 - Ocupação das famílias do Nossa Senhora da Paz, 2018. ----	126
Quadro 2 - Ocupação das famílias do São Vicente, 2018. -----	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB Associação Atlética Banco do Brasil
BA Bahia
BAMIN Bahia Mineração
BAND Rede Bandeirantes de Televisão
BR Rodovia Federal
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CETEP Centro Técnico de Educação Profissional
COOPEC Colégio da Cooperativa Educacional de Caetité
CRAS Centro de Referência da Assistência Social
DCH Departamento de Ciências Humanas
DIT Divisão Internacional do Trabalho
CMP A Rede de Pesquisas Cidades Médias e Pequenas da Bahia
EAD Educação à distância
EMBASA Empresa Baiana de águas e Saneamento Básico
FFCLC Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetité
FIOL Ferrovia de Integração Oeste-Leste
GASPERR Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEAT Instituto de Educação Anísio Teixeira
IFBA Instituto Federal da Bahia
MEC Ministério da Educação
MG Minas Gerais
PAIF Proteção e Atendimento Integral à Família
PEA População Economicamente Ativa
PIB Produto Interno Bruto
PMC Prefeitura Municipal de Caetité
PPC Poder de Paridade de Compra
PPG Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PPGEO/UESB Programa de Pós-Graduação em Geografia
PSF Programa de Saúde da Família
RECORD Rede de Televisão aberta Brasileira
REDBCM A Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias
REGIC/IBGE Regiões de Influência das Cidades
SCFV Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEI Superintendência de Estudos Econômicos
SP São Paulo
SEPLAN Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFOB Universidade Federal do Oeste da Bahia
UNEB Universidade do Estado da Bahia
UESC Universidade Estadual de Santa Cruz
UNESP Faculdade de Ciências e Tecnologia Campus de Presidente Prudente;

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAETITÉ.....	28
2.1. CONCEPÇÕES SOCIOHISTÓRICAS SOBRE A URBANIZAÇÃO DO BRASIL	28
2.2. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CAETITÉ-BA	40
2.3. CAETITÉ: UMA CIDADE PEQUENA NA ATUAL CONJUNTURA DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA	52
3. NOVOS CONTEÚDOS ESPACIAIS DAS CIDADES PEQUENAS E A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS RICAS E POBRES EM CAETITÉ.....	70
3.1. MORFOLOGIA URBANA E ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR DA GEOGRAFIA	73
3.2. ABORDAGENS SOBRE NOVAS MORFOLOGIAS DAS PERIFERIAS URBANAS	82
3.3. FORMAÇÃO DAS NOVAS PERIFERIAS EM CAETITÉ: ANÁLISE SOCIOESPACIAL DOS BAIROS NOSSA SENHORA DA PAZ E SÃO VICENTE.	96
4. CRESCIMENTO URBANO DE CAETITÉ: NOVAS MORFOLOGIAS E CONTEÚDOS DOS BAIROS PERIFÉRICOS.....	121
4.1. CONDIÇÃO DE VIDA DAS CLASSES DISTINTAS NAS PERIFERIAS DE CAETITÉ	121
4.2. INFRAESTRUTURA NAS PERIFERIAS POBRE E DE ALTO PODER AQUISITIVO DE CAETITÉ.....	127
4.3. OS INTERESSES IMOBILIÁRIOS E AS PERIFERIAS DE CAETITÉ.....	137
4.4. NOVAS MORFOLOGIAS DA PERIFERIA DE CAETITÉ E O ACESSO A DIREITOS.	143
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
6. REFERÊNCIAS.....	164

1. INTRODUÇÃO

A pequena cidade de Caetité não é somente uma construção única, carregada de simbolismos que associam ideias e sentidos produzidos por aqueles que a habitam. É mais que um espaço físico, com elementos naturais e culturais que se materializam com base nas experiências vividas, da ligação do homem ao mundo e à natureza que, na atual fase capitalista, aglomera e pouco desperta os sentimentos de identidade e pertencimento nos indivíduos.

Nessa conjuntura, assumiu novos significados e influências, sobretudo no contexto da economia regional e mundial, o que nega a ideia de isolamento, posto que se interpõe com intensidade na dinâmica da produção capitalista em larga escala, ou seja, tornou-se uma composição espacial que se realiza com base nas políticas públicas econômicas e sociais desenvolvidas internamente como continuidade da malha que abarca às demais cidades de médio e grande portes.

No pensamento de Carlos (2007, p. 14-15), as cidades organizam-se de acordo com “[...] sua capacidade de concentrar serviços modernos apoiados no crescimento do setor financeiro, apontando a dimensão econômica como elemento central das atuais transformações” e não obstante, a globalização, fase recente do capitalismo, reordenou a Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e aprofundou a interligação entre as cidades nas diversas escalas que, nessa lógica, reduziram-se a “um nível funcional”, sobretudo, nas ofertas de serviços, comércio, nas atividades agropecuárias e na participação na malha urbana.

A nova tendência do capitalismo atingiu também as cidades pequenas que perderam a característica de centro de desenvolvimento cultural, cujas particularidades expressavam uma construção puramente cultural, em um dado território municipal ou microrregional. A homogeneização dos espaços culminou na implantação das redes de comunicação, informação e transportes que reduziram distâncias entre os lugares e ao mesmo tempo ampliou a rede urbana, o que reafirma a urbanização desigual.

A forma-conteúdo dos espaços das pequenas cidades dialetizam-se e, como consequência, sua morfologia urbana torna-se um “[...] produto de estratégias políticas que impõem uma ordem repressiva em que as diferenças são, constantemente, esmagadas em nome do progresso. [...]. (CARLOS 2007, p. 15).

Nota-se que as constantes transformações arregimentaram a morfologia urbana como um polígono geométrico, complexo, com novos conteúdos e formas gerados pela globalização que favorece o acúmulo do capital. Isso faz das cidades, sobretudo as pequenas, uma mercadoria de interesses econômicos, sobretudo imobiliários, que alteram o mapa do plano diretor ao permitir “[...] a expulsão dos moradores indesejáveis dos “lugares valorizados” pelos atos decorrentes do planejamento urbano. [...]”. (CARLOS, 2007, p. 15). Contudo, sem deixar de desmontar as desigualdades entre as classes, algo inerente ao próprio sistema.

Atualmente, a sociedade passa por mudanças repentinas, inclusive nas cidades pequenas, sobretudo, em virtude da implantação das grandes corporações industriais e agrícolas, que influenciam nos serviços e no comércio. A relação campo-cidade também é modificada, o que gera perdas populacionais no campo e crescimento das cidades, inclusive das pequenas, e, conseqüentemente, decorrem na estruturação e ampliação de suas áreas periféricas.

O espaço urbano de Caetité modificou-se no decorrer do tempo, principalmente quando empresas nacionais e multinacionais, de bens de produção e serviços se instalaram em seu território, produzindo e compondo novas dinâmicas na cidade, bem como no campo. Nessas condições, a expansão urbana ocorreu não somente para atender a demanda da população que migrou do campo para a cidade, teoricamente em busca de melhores condições de vida, mas, também, daquelas pessoas que vieram de diversas cidades do Brasil para trabalhar nessas e em outras empresas públicas e privadas.

Dessa forma, surgiram novos bairros com modelos um pouco diferenciados, compostos de acordo com o poder aquisitivo das classes sociais que neles residem. Assim, ao mesmo tempo em que produziram áreas bastante pobres na periferia, também formaram espaços que autossegregam e incorporam à cidade conjuntos habitacionais díspares, localizados em áreas distantes do Centro.

Os bairros novos que compõem o espaço urbano de Caetité possuem características diferentes, pois são construídos para atender as classes diversas: média ou de alto poder aquisitivo e de baixa renda. São essas, respectivamente, trabalhadores das grandes empresas ou que fazem parte do quadro de

funcionalismo público e os trabalhadores assalariados e/ou precarizados, em geral, moradores oriundos da zona rural de Caetité ou de outros municípios circunvizinhos.

O bairro Nossa Senhora da Paz está geograficamente muito distante do Centro, bem como da área da classe de maior renda, o São Vicente. No primeiro, reside parte da população extremamente pobre, com estigma de que a maioria está desempregada ou vive de subemprego. Em outra área da periferia está o bairro São Vicente, no qual a maioria dos moradores aparenta ser de classes média e/ou de renda mais alta, em geral, funcionários públicos e outros residentes de poder aquisitivo relativamente maior, como médicos, engenheiros, grandes ou pequenos empresários etc.

Nessa perspectiva, é possível identificar que a cidade apresenta na morfologia de sua periferia urbana novos conteúdos, que permitem debater a conceituação clássica da ciência geográfica, uma vez que suas áreas periféricas não possuem as mesmas características socioeconômicas e estruturais. Por um lado, é notável que esse espaço configura-se dentro de lógicas que produzem áreas de maior status, o que, por outro lado, pode influenciar na negação de direitos para a classe de baixo poder aquisitivo.

Com base nas informações acima mencionadas, desenvolveu-se esta dissertação, na qual indaga-se: até que ponto as periferias das cidades pequenas, em suas novas morfologias e conteúdos urbanos, compõem-se como áreas, exclusivamente, sinônimas de pobreza? Isso, com o recorte de estudo para a cidade de Caetité.

Pode-se afirmar que algumas cidades pequenas, com características peculiares, apresentam novos conteúdos, nos quais sua morfologia urbana periférica, ainda que mantenham e prevaleçam áreas com características de precariedade, passaram a constituir outros espaços com maior status, que se diferenciam pela infraestrutura urbana e pelo poder aquisitivo de seus moradores, o que permite confrontar os dados da realidade com a noção do senso comum e da Geografia.

Esta pesquisa amplia os estudos urbanos e contribui com a compreensão das dinâmicas de construção e expansão urbanas, sobretudo, na lógica capitalista. A coleta e análises de dados empíricos e bibliográficos contribuíram para diagnosticar quais são os eventos e os vetores que influenciam na

transformação das cidades pequenas, enquanto espaços produzidos socialmente.

Nesse contexto, Rodrigues (2007), dentre outros, afirma que existe a complexidade do processo de urbanização, pois os agentes capitalistas, ao ampliar o capital, ocupam áreas que compõem a cidade real, que se configuram desiguais e combinam segregações socioespacial e econômica. É imprescindível aos indivíduos que convivem nessas áreas identificar os vetores de produção social do espaço urbano e a quem interessa compreender a composição das morfologias diversas da periferia dentro de uma dada realidade.

Outros autores da Geografia e das ciências afins também discutem o tema cidade pequena, tais como Sposito (2004), Santos (1988), Moura (2009), Santos (1993), Corrêa (2011), Santos (2008). Assim como núcleos de pesquisas, dentre outros cita-se: Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (Gasperr)¹, que desenvolve projetos e pesquisas sobre o tema na Faculdade de Ciências e Tecnologia, (UNESP), campus de Presidente Prudente; a Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias (REDBCM)²; Universidade Federal de Uberlândia (UFU); a Rede de Pesquisas Cidades Médias e Pequenas da Bahia (CMP)³, que debate a produção dos espaços urbanos das cidades baianas, especialmente as médias e pequenas, formada por membros de diversas universidades localizadas na Bahia – UFBA, UNEB, UESC, UFOB e UEFS – e da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; e por fim, Urbanização e produção de cidades na Bahia⁴, que estuda as cidades baianas, inclusive as pequenas cidades, também embasam a pesquisa ora apresentada.

Há necessidade de apresentar a comunidade científica o conhecimento geográfico, histórico, social, econômico e cultura do urbano das pequenas cidades, suas contradições e, acima de tudo, suas potencialidades. Sem dúvida é indispensável para a Geografia pensar a realidade das pessoas que residem em áreas urbanas, principalmente aquelas de pequeno porte, para que se possa pensar a necessidade de promover transformações sociais e suprimir a negação do direito à cidade em tais localidades.

Os estudos sobre a cidade de Caetité abarcam as seguintes

¹ GASPERR (2017)

² A OUTRA REDE... (2017)

³ A REDE... (2017)

⁴ URBANIZAÇÃO (2017)

contribuições: Santos (2006), que analisa as experiências do viver na cidade valores bem diversificados, comportamentos de uma vida de trabalho e do lazer nas roças, que se conflitavam com os novos comportamentos adotados pelas elites urbanas; Marcelo, Lima e Silva (2012) estudam loteamentos urbanos, identificam e analisam as ações dos agentes sociais na produção do espaço urbano, bem como o papel das grandes empresas em pequenas cidades e os problemas sociais decorrentes do grande capital que se instalam; Oliveira, Nascimento e Silva (2012) verificam os problemas ambientais decorrentes do crescimento urbano, mediados pela criação de loteamentos; Costa (2017) analisa as incoerências que se apresentam na implementação e construção dos organismos democráticos de gestão urbana no Brasil e, em especial, na cidade caetiteense, com ênfase nos estudos dos limites e potencialidades do Plano Diretor; por fim, Costa (2014) pensa os desafios da coleta seletiva e a organização dos catadores de materiais recicláveis na cidade.

Com efeito, esta dissertação evidencia uma nova proposta destinada a aprofundar os estudos urbanos recentes sobre as cidades pequenas e aponta a originalidade de seguir uma linha diferenciada das demais realizadas, pois trata-se de analisar o porquê as periferias de algumas cidades pequenas em seus conteúdos e morfologias urbanas, atualmente, compõem-se como áreas que não possuem as mesmas características socioeconômicas e estruturais. É notável ainda que esse espaço se configura dentro de novas lógicas de segregação, o que, por outro lado, influencia a negação de direitos para a classe pobre.

Por fim, no âmbito social, as contribuições aqui impressas não limitam-se apenas à memória da cidade, posto que é fonte de consultas e pesquisas para a educação como um todo, a fim de que os leitores conheçam os recortes da produção social do espaço urbano. Identifica ainda problemas relativos ao planejamento urbano, através da apresentação de dados coletados em campo, que permitiram análises consistentes sobre o crescimento desordenado e desigual dos bairros. Como fonte de auxílio com informações adequadas, pode ser de interesse máximo às autoridades competentes e as organizações civis quando faz o leitor compreender que sua participação coletiva implica em interferência da lógica da produção do espaço urbano.

O objetivo central da dissertação é compreender os novos conteúdos e morfologias da periferia das cidades pequenas, no contexto do processo de

urbanização, e a promoção de lógicas novas de desigualdades, com foco na cidade de Caetité-BA. Nessa perspectiva, ao analisar as mudanças no processo de urbanização e suas influências na construção dos bairros periféricos com conteúdos e morfologias urbanas distintas na cidade, busca-se averiguar as condições de vida das classes sociais distintas nas periferias das pequenas cidades e como as mesmas se apropriam de direitos para só então compreender, no âmbito da infraestrutura urbana, as diferenças entre a periferia pobre e a periferia de maior poder aquisitivo nas cidades pequenas, em que são identificadas interferências e ações do poder público municipal na configuração dos bairros periféricos.

Este trabalho tem como base a pesquisa exploratória, que caracteriza-se também como recorte, e analisou, por meio da investigação, os novos conteúdos e morfologias da periferia das cidades pequenas. Assim, surgiram as respostas necessárias para se entender o processo de urbanização e as desigualdades socioespaciais da cidade de Caetité, o que norteou a elaboração da dissertação ora apresentada.

A pesquisa exploratória “[...] desencadeou um processo de investigação que identificou a natureza do fenômeno e apontou as características essenciais das variáveis estudadas” (KÖCHE, 1997, p. 126). Ao analisar as acepções de Richardson (1999), no estudo de recorte, os dados coletados representavam uma base de amostragem selecionada que descreveu o fenômeno identificado. Assim, condicionou a coleta que possibilitou uma análise minuciosa e permitiu comparar os conhecimentos prévios com a realidade estudada.

Nesse contexto, a problematização instigou aos questionamentos, que necessitavam de uma solução pré-definida. Disso exposto, exigiu-se maior empenho nas análises de suas lógicas e evidências, que subsidiaram e induziram ao conhecimento aprofundado e à reflexão. O tema foi escolhido quando da integração às discussões e pesquisas mais atuais da produção do espaço das pequenas cidades baianas, que possuem formações e conteúdos espaciais díspares e que se apresentam com alguma influência microrregional no Estado.

O município de Caetité, a exemplo, apresenta importância significativa na rede urbana devido a influência política pretérita e atual dos representantes caetiteenses no governo do Estado da Bahia. A cidade é formada por: grupos

sociais distintos, economia agrícola, industrial, serviços e comércio, sociedade híbrida, elementos que a identifica.

A escolha da cidade supracitada também se dá porque é especialmente o espaço de vivência da autora, além de envolver o pensar sobre o espaço das cidades pequenas, cujas peculiaridades se mostraram na composição de suas áreas periféricas, que não se apresentam apenas como sinônimas à pobreza, o que dá a entender que sua expansão urbana ocorre pela criação dos bairros pobres e aqueles, relativamente, de maior poder aquisitivo.

Na concepção de Severino (1996, p. 152), “A relevância da definição para o trabalho científico em geral está no fato de ela permitir exata formulação das questões a serem debatidas”. “[...] Aprender a bem definir as coisas de que se trata no trabalho é uma exigência fundamental”.

Para a consecução das respostas às indagações expressas foram feitas análises comparativas entre dois bairros periféricos da cidade, a citar: Nossa Senhora da Paz e o São Vicente, onde foram sondadas suas dinâmicas mediante as investigações empíricas. Essas propiciaram o conhecimento das mudanças na urbanização, suas influências e como sucedeu a configuração dos bairros com morfologias e conteúdos urbanos distintos.

Os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação se constituíram em: aplicação de questionários e entrevistas; pesquisa bibliográfica; coletas de informações em documentos; e observação e mapeamentos em campo, o que contribuiu para justapor as pesquisas quantitativa e qualitativa. Seguindo esse raciocínio, Vidich e Lyman (2006, p. 40) destacam: “[...] todos os métodos de pesquisa são, no fundo, qualitativos [...]; o emprego de dados quantitativos ou de procedimentos matemáticos não elimina o elemento intersubjetivo que representa a base da pesquisa social”.

Para o alcance dos objetivos, foram realizadas reflexões com base nas discussões bibliográficas que asseguraram a compreensão dos conceitos de morfologia urbana, da vida das classes sociais em áreas periféricas e como as mesmas se apropriam dos direitos. Nas concepções de Köche (1997), a pesquisa bibliográfica pode ampliar os conhecimentos e capacitar o investigador a compreender melhor o tema delimitado, pois será base para a fundamentação teórica do objeto de estudo.

As novas formas de construção do espaço das cidades trazem atualmente em seu cerne conceitos discutidos na ciência geográfica, dentre outros: urbanização, cidades pequenas e periferia, que podem ser referenciados e fundamentados através de pensadores como: Lefebvre (1991) e Carlos (2007), que discutem a produção do espaço urbano; Santos (1993) e Seabra (2000), que aprofundaram a análise sobre a urbanização brasileira; Santos (2008), que estuda o espaço urbano; e Sposito (2004), que traz o debate sobre as novas formas espaciais da periferia.

Ao realizar as análises das pesquisas bibliográficas, com o intuito de adquirir conhecimento teórico metodológico sobre as categorias e conceitos fundamentais para a construção desta dissertação, obteve-se os subsídios necessários para calçar a pesquisa e orientações que serviram como pilares para sustentar o objeto de estudo.

Também coletou-se dados estatísticos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros: demográficos, IDHM, ocupação, renda, taxa de urbanização etc.; Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A (EMBASA), em que foram coletados mapas dos bairros da cidade para verificar se todas as casas fazem parte do cadastramento da rede de saneamento básico, água e esgotamento sanitário; nos órgãos públicos da Prefeitura Municipal, Secretaria de Infraestrutura, Câmara Municipal de Vereadores, Bibliotecas públicas e Espaço Indústria Nuclear do Brasil (INB) de Caetité, em que averiguou-se os registros de fomentos às políticas para planejamento urbano; no Arquivo Público Municipal, com intenção de conhecer e compreender o contexto sociohistórico do surgimento dos bairros, bem como dados do processo de urbanização da cidade; nas consultas à Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI), em que foram coletadas informações sobre a economia.

Nessa mesma etapa, coletou-se ainda dados sobre equipamentos urbanos, fluxos de pessoas, conjuntos habitacionais, segregação das áreas periféricas etc., a fim de elaborar mapas temáticos sobre as áreas estudadas. O Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia forneceu informações importantes para entender as dinâmicas de transformações ocorridas na produção urbano atual.

Ao considerar o disposto supracitado, uma nova etapa se fez necessária, em que se constituiu o reconhecimento do objeto de pesquisa, na qual os bairros analisados foram visitados e fotografados, assim como alguns moradores foram entrevistados e outros responderam aos questionários, os quais facilitaram a compreensão da dinâmica em estudo.

Nessa fase da pesquisa os questionários foram aplicados em cada um dos bairros da seguinte forma: No São Vicente, iniciou-se na Avenida São Vicente seguido das ruas I, II, III, IV, V, XIII, XV e XVI. No bairro Nossa Senhora da Paz nas ruas um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito em que 20 questionários apresentaram saturação nas informações colhidas nos domicílios. O total de 40 aplicações subsidiou o levantamento de dados que possibilitou comparar as duas realidades empíricas, compreender as práticas sociais e o comportamento cotidiano dos moradores.

No bairro Nossa Senhora da Paz o total é de 433 residências e no São Vicente é de 365 residências, o que perfaz, respectivamente, 4,62% e 5,48% do total. Foi de suma importância especificar os grupos distintos de residentes, que puderam diferenciá-los com base em sua renda, faixa etária, grau de escolaridade, ocupação, moradia etc. O fito consistiu em analisar se direitos são assegurados às diferentes classes sociais na cidade de Caetité.

Tanto para o bairro São Vicente, como para o Nossa Senhora da Paz, ao ter como referência a quantidade de domicílios, um erro amostral de 15%, um nível de confiança 90% e uma distribuição mais homogênea dos domicílios, a quantidade mínima de questionários a ser aplicada foi de 19 em cada bairro⁵.

Foi preciso aplicar os questionários de forma presencial, realizar gravações dos áudios e utilizar outros recursos, como perguntas objetivas diretas e abertas, para que as informações adquiridas fossem comparadas a rigor, para a confiabilidade na amostra selecionada. Foi elaborada uma estimativa sobre a amostragem, entendida como suficiente para criar representação do fenômeno investigado.

⁵ Fonte: Calculadora amostral (COMENTTO, 2019).

As entrevistas semiestruturadas são, de acordo com Minayo (1996), um conjunto de questões predefinidas flexíveis que possibilitam a aproximação entre a realidade e a teoria, bem como a inclusão de questões adicionais que surjam, a partir de novas necessidades de se aprofundar para consecução dos resultados da pesquisa. Essas também foram fundamentais nesta pesquisa, porque permitiram lapidar informações recebidas e interpretá-las da melhor maneira possível, uma vez que darão conhecimento mais aprofundado sobre o objeto de estudo.

Nesse bojo, realizou-se doze entrevistas. Quatro delas com moradores antigos dos bairros, em que foi possível empreender gravações das conversas para conhecer o surgimento de cada um dos bairros e comparar as informações antigas com as atuais, que indicaram como ocorreram a configuração e modificações nesses espaços; e uma com um historiador, para o mesmo fim acima citado. Também tornaram-se importantes as informações fornecidas por um representante do poder público. Outras duas foram respondidas por proprietários de empresas imobiliárias, que alçaram a compreensão sobre os vetores que impulsionaram o crescimento e quais as políticas direcionadas para a expansão urbana. A técnica da interpretação correspondeu a análise de conteúdo que permitiu a verificação das hipóteses para compreender o que está por trás de cada conteúdo.

Diante disso, avançou-se ao realizar observações diretas com intento de obter o conhecimento e organizar os dados reais por intermédio dos sentidos, que permitiram a percepção dos fatos, bem como a sistematização dos registros fotográficos da morfologia e conteúdo dos bairros, sobretudo suas infraestruturas e equipamentos, que se estabeleceram como fontes para a pesquisa documental.

A observação é instituída como um conjunto de utensílios de levantamento de dados e um processo de tomadas de decisão, para Evertson e Green (1996). Por meio dessa técnica possibilitou-se realizar as observações pretendidas de modo sistemático, com planejamento prévio do que seria focado em cada momento, como a infraestrutura, modelos das casas e formatos geométricos dos bairros. A observação individual não-participante contemplou cada bairro estudado. Em concordância com a lógica do raciocínio de Bogdan e Biklen (1994), nesse tipo de investigação é possível interagir com os sujeitos, mas

sem interferir no cotidiano, para que os informes abstraídos se harmonizassem com as práticas realizadas na ausência do pesquisador.

Ao findar os trabalhos de campo, realizou-se a tabulação dos dados empíricos coletados em laboratório, para comparação e verificação das diferenças dos conteúdos e das morfologias dos dois bairros. Nessa última etapa, os dados e as informações quantitativas e/ou qualitativas sob a forma de fotos, quadros, tabelas e gráficos foram organizados com o uso de programas como o Excel e o Word. O software QGIS, 2.18.4, suscitou a elaboração dos mapas temáticos, que promoveram a representação e localização dos fenômenos espaciais. Os mapas foram organizados pela pesquisadora e elaborados pelo cartógrafo Alex Martins. A base de dados cartográficos é do IBGE (2013 - 2016), Sei (2015).

O método utilizado para a linha de raciocínio da pesquisa se fundamentou no materialismo histórico e dialético, que, segundo Sanfelice (2005), transfere uma abordagem fundamental da visão de que o mundo não pode ser concebido apenas como um complexo de coisas acabadas, em contraponto, um processo de complexos e representações que refletem as ininterruptas mudanças. Para Marx e Engels (1996), a dialética tem seu fundamento no movimento do mundo exterior e no pensamento humano. Assim, só existirá dialética se houver movimento e o processo histórico condicionou o movimento, que é primordial na identificação das contradições que serão observadas no contexto da complexidade ora estudada.

Foi possível compreender, no âmbito da pesquisa, as novas morfologias urbanas e seus conteúdos, como também as diferenças entre a periferia pobre e a periferia de maior poder aquisitivo, em que foram identificadas as interferências e ações do poder público e políticas urbanas aplicáveis à configuração dos bairros periféricos, com recorte de estudo de caso para Caetité.

Além da Introdução e das Considerações finais, os capítulos desta dissertação estão distribuídos da seguinte maneira: o capítulo dois trata do processo de urbanização brasileiro e da formação do espaço urbano de Caetité, em que, de um modo geral, retrata-se como os processos e os agentes políticos, sociais e econômicos contribuíram para o crescimento das cidades no Brasil e, conseqüentemente, em Caetité. Subdivide-se em três tópicos que abordam as concepções sociohistóricas sobre a urbanização no Brasil, seguido de sua influência para as cidades pequenas do interior baiano. De Caetité, discorre-se sobre a urbanização pretérita baseada nos fatores históricos de formação do

município e dos principais vetores que contribuem para sua urbanização.

No capítulo três, apresentam-se os novos conteúdos das cidades pequenas e a formação das periferias em Caetité, que debate, dentre outros, a morfologia urbana enquanto conceito capaz de explicar a formação socioespacial das cidades pequenas. As abordagens sobre as novas morfologias das periferias trazem a conceituação da periferia em escala global, em contraponto à escala urbana, numa tentativa de esclarecer como e porque ocorre o crescimento do tecido urbano. O último tópico aborda os arranjos das novas periferias na área em estudo, com ênfase nos bairros Nossa Senhora da Paz e o São Vicente.

Por fim, no capítulo quatro, destaca-se o crescimento do espaço urbano de Caetité e as novas morfologias e conteúdos dos bairros periféricos. Esse subdivide-se em quatro tópicos, que comparam as condições de vida das classes distintas, a infraestrutura na periferia pobre e de maior poder aquisitivo, bem como as ações do poder público municipal como vetor da expansão urbana. Finaliza com a relação entre as novas morfologias da periferia de Caetité e a luta por direitos.

2. CONCEPÇÕES GEOGRÁFICAS SOBRE O FENÔMENO DA URBANIZAÇÃO NA CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO DAS CIDADES BRASILEIRAS.

A primeira fase da urbanização brasileira é, de acordo com Santos (1993), a pretérita e remota ao colonialismo que marcou a origem da Divisão Internacional do trabalho (DIT) no auge das Grandes Navegações. Ao impulsionar o adensamento dos diversos povos que, paulatinamente, arregimentaram condições necessárias para o surgimento das primeiras relações capitalistas, com base na economia agrária-exportadora, culminou na origem das cidades.

As terras pertencentes à atual nação brasileira foram, nos séculos XV e XVI, uma colônia de exploração europeia, que, nas abordagens de Mendonça (2004), (re)configurou-se em função da atuação da Coroa Portuguesa, no contexto da passagem do capitalismo comercial para a fase industrial, bem como da consolidação da Divisão internacional do Trabalho (DIT).

A princípio, os colonizadores ocuparam a faixa litorânea da região Nordeste, a primeira zona de povoamento, que posteriormente se transformou em uma importante economia agrária de cultivo da cana de açúcar, cuja mão de obra indígena e, posteriormente escravagista africana, enriqueceu a metrópole europeia. “Durante séculos o Brasil como um todo é um país agrário”, (SANTOS, 1993, p. 17), cuja sociedade capitalista, potencializada pela urbanização, atingiu o pioneirismo na configuração da primeira rede urbana americana, comandada por Salvador.

Nessa etapa, estabeleceu-se maior ordenamento para criação do território, sob o ponto de vista eurocêntrico, quando se estruturaram as capitanias hereditárias, com bases econômicas agrárias capitalistas, que futuramente culminariam nos seus principais Estados nacionais e em uma das principais áreas de controle do país.

Disto suscitou a implantação do governo geral e das organizações municipais, que na visão de Santos (1993), inseriu elementos fundamentais para a urbanização brasileira, sobretudo baiana, ainda que a economia agrícola rural, atrelada a origem da divisão internacional do trabalho, se estabelecia como parte importante na organização político-administrativa. Assim, os proprietários de terras cultivadas no país passaram a habitar na cidade e a frequentar seus engenhos apenas nos períodos mais importantes de sua produção. Nesse momento, a residência da cidade é a principal habitação do fazendeiro que

retorna à moenda para o trabalho.

O ano de 1530 marcou a primeira fase da urbanização brasileira. De acordo com Santos (1993), dentre as oito primeiras cidades criadas no país até o ano de 1549, está Salvador, considerada uma das mais importantes do mundo e o marco fundamental do urbanismo da Bahia, se destacou também pelo seu papel e funções na polarização do poder regional ao compor seus relacionamentos que criava a primeira rede urbana do Brasil. Dispunha de recursos jurídicos, importância militar, eclesiástica que dava suporte as vilas de suas proximidades.

Como importante rota comercial interligava o ciclo econômico do açúcar do Nordeste com o mundo. Essa produção rentável proporcionou o enriquecimento da metrópole e alavancou a configuração de múltiplas e adensadas aglomerações desiguais. Essa foi a urbanização pretérita na Bahia.

Na segunda década do século XVIII, a partir de 1727 a urbanização intensificou-se com a dominação espanhola, conseqüentemente, outras trinta e cinco vilas foram criadas, dentre as quais São Paulo e Olinda, foram elevadas à categoria de cidades. No caso de específico de São Paulo, desenvolveram-se uma forte economia baseada na monocultura do café. Assim, deram origem a uma rede urbana possuidora de sessenta e três vilas e oito cidades que desenvolveram lentamente o Sudeste, ainda que apresentasse relações internas muito deficientes entre os lugares.

No Brasil, a partir desse período, estruturou-se, conforme Santos (1993), a concentração desigual de pessoas e equipamentos em um menor espaço, contudo nas porções de maior influência econômica. Nesse momento a urbanização consolida-se. O país se tornou economicamente menos dependente do exterior, à medida que a monocultura cafeeira expandiu o Sudeste.

A produtividade cafeeira condicionou a maiores aglomerações, que para Santos (1993), gerou um acúmulo da riqueza, fluidez do capital interno, criou condições para a implantação da infraestrutura urbana, ao estabelecer as primeiras vias férreas de escoamento da produção. O capital gerado foi suficiente para financiar a exploração, sobretudo, das minas de ouro nos Sertões baianos que, conseqüentemente, criou uma via de acesso entre a Mina de Rio de Contas e Minas Gerais que, em 1754, foi transformada em freguesia e posteriormente intitulada de Caetité.

A urbanização, nessa lógica, produziu múltiplas transformações nos espaços, dentre outros, os sertões no interior baiano, que passou a ser explorado no escravagismo sistêmico, como alternativa de crescimento dos setores econômicos emergentes: o secundário e o terciário. O ciclo do ouro impulsionou as expedições das Bandeiras Sulistas a buscar os metais preciosos que aumentariam os padrões econômicos do sudeste do país no auge do século XVIII.

O espaço brasileiro, configurado sob as bases da exploração da mão de obra negra africana e submetida ao regime escravocrata agroexportador, passou a condição de industrial na década de 1950 ao final do século XIX. Desde então, a necessidade de uma mão de obra especializada para o setor industrial estimulou à imigração, o que impulsionou, sobretudo, a formação das periferias pobres das cidades e exclusão dos recém “libertos”.

A população negra pobre, analfabeta e desempregada, destituída das mínimas condições de sobrevivência, assumiu as funções de baixa remuneração. Não obstante, compôs a classe pobre marginalizada, social, política, econômica que passou residir em casebres mau estruturados em que está ausente a qualidade de vida.

A urbanização brasileira se expandiu a partir do final do século XIX em que impulsionou o papel da propriedade privada da terra como equilíbrio para o aumento da economia e o desenvolvimento da industrialização. Destaca-se, no contexto, a importância do Estado como promotor de políticas urbanas que implementam uma infraestrutura que viabilize o econômico e assegura a expansão do tecido urbano. “[...] Como consequência, ratifica-se o aprofundamento do processo desigual que se encontra na gênese da história do país [...]”. (CARLOS, 2009, p. 306).

A atuação do Estado garantiu que a cidade industrial se desenvolvesse no Brasil sob duas vertentes que se unem e se completam, a saber: a conversão da cidade tradicional em mercantil e de produção industrial em área de concentração de poder, e a incorporação das cidades pequenas como produção monoindustrial, que, para Monte-Mor (2006), se tornam importantes lugares de influência regional capturadas pelas médias e grandes cidades. Os investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia estabeleciam as condições para a produção industrial e também para o consumo coletivo. Nessas condições, verifica-se que as restrições da produção industrial fragmentaram o território e toda produção convergia para a

área de influência e controle.

O Brasil, na visão de Santos (1993), é o país onde a população rural cresce menos que a população agrícola, pois essa última é composta por trabalhadores rurais cuja residência é urbana. Dessa forma, o autor acredita que a relação campo-cidade se torna mais complexa e a lentidão no desenvolvimento urbano é uma consequência da evolução da população agrícola, que não se deu uniformemente. A modernização agrícola, que propiciou a ampliação do plantio e colheita, expansão da classe média, consumo popular temporário, maior produtividade de frutas, verduras e hortaliças, a sedução da classe pobre pelo consumo diversificado, sistemas de crédito etc., também favoreceu a expansão da industrialização brasileira e a composição dos sistemas de engenharia no espaço.

Ao partir da premissa que os sistemas de engenharia permitiram a mobilidade de capitais, pessoas, mercadorias, os produtos e o próprio trabalho vê-se nesse momento a multiplicação da fluidez no território, que apesar de ser desigual e seletiva é também combinada, uma vez que apenas na região concentrada esse conjunto de variáveis se interpõe de modo expressivo em relação as demais. A saturação do mercado consumidor das grandes cidades conduziu a uma descentralização, que dispersou as fábricas para outros pontos do território nacional, considerado por Santos (1993) como a parte menos fluida, mas que também vinculada ao processo de modernização da produção numa ocupação periférica.

O espaço da cidade se urbaniza nessa lógica para as seguintes realizações: a propriedade privada, produção, circulação, e de consumo desigual em que o “[...] valor de troca é o elemento através do qual se realiza o capital explicitando a construção da cidade enquanto “negócio” [...]” (CARLOS, 2007, p. 17). A propriedade da Terra se insere profundamente na reprodução do capital posto que para morar na cidade paga-se e consome-se caro, o que implica em segregação e autosegregação.

As desigualdades socioespaciais são resultantes dos seguintes processos: industrialização, urbanização, predomínio das corporações financeiras internacionais, reformulações de apropriação e propriedade do capital na era da globalização. Segundo o autor, “[...] O processo de urbanização, a globalização, as redefinições de apropriação e propriedade do capital e predomínio de

corporações financeiras internacionais, acirram e aceleram a desigualdade socioespacial. [...]” (RODRIGUES, 2007, p. 3).

O Brasil, na atualidade é, conforme Becker e Egler (2010), uma potência econômica regional, que se destaca, dentre os países da América Latina, todavia, como periferia mundial possui ambiguidades, uma herança histórica que delineou seu espaço multifacetado.

A urbanização brasileira compôs, também, a periferia urbana mais densa e cheia de problemas sociais e econômicos das Américas e privou, assim, a classe pobre de saneamento básico, esgoto e, ao mesmo tempo, promoveu-lhes precária iluminação, conjuntos em áreas de grande impacto e riscos socioambientais, com a presença de uma forte e crescente criminalidade. A formação do parque industrial formou uma nação industrializada, ainda que tardiamente, mas também caótica, no final do século XX. Conforme Becker e Egler (2010), atualmente, o país carece de melhor administração, para ser mais estruturado, de maneira a atender suas realidades regionais e dá importância mais efetiva às populações mais pobres e ao meio ambiente.

As relações conflituosas entre as classes distintas, nos argumentos de Sposito (1999), realizaram a concentração desigual e mudaram o caráter das cidades, em que concentraram o poder e multiplicaram os espaços de subordinação do capital, como também tornou mais complexa a fase atual da urbanização.

A industrialização também influenciou a elevação da concentração de habitantes nas cidades médias e pequenas, que foram se desenvolvendo esparsamente no território. Conforme Becker e Egler (2010), acelerou-se o processo de urbanização, que entre os anos de 1967 e 1973, no contexto do “Milagre Econômico”, incorporou inovações tecnológicas para a vivência na era da velocidade e ao mesmo tempo criou os espaços de lentidão, os quais são deficientes em infraestrutura urbana e se tornaram áreas suburbanas de ocupação dos pobres. Isso nos faz compreender a cidade enquanto construção humana e um produto histórico social fruto do trabalho materializado ao longo de processos históricos cumulativos e que pode ser consumida no presente com vistas ao futuro.

Nesse arcabouço, o meio é técnico-científico-informacional produzido pela sociedade mediante o emprego de técnicas que aprimoram o trabalho e exige-se que a mão de obra se torne essencialmente especializada, visto que o capital a explora, a fim de realizar os diversos sistemas de ações, que para Santos (2008) são necessários para sua funcionalidade. Nos moldes das produções hegemônicas, implantam-se programas de investimentos em infraestrutura capazes de interligar as diversas regiões, a fim de facilitar a circulação do capital. Visto dessa perspectiva, a sociedade tecnifica o território, que, por conseguinte, cria nas cidades os espaços desejáveis em detrimento aos indesejáveis ao capital, diferenciando-se como área de produção material e não-material, pois os sistemas de fixos e fluxos dinamizam o uso do território, tornando mais complexo o processo de urbanização.

A urbanização atual transforma o espaço da cidade e o rural em áreas de agroindústrias e agronegócios. “[...] Cidade e campo, elementos sócio-espaciais opostos e complementares, constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social [...]”. (MONTE-MOR, 2006, p. 4). A partir das práxis urbanas e do sentido de cidadania e modernidade que a conceituação da urbanização extensiva foi possível, pois se firmou como um fenômeno que interliga ambos ao espaço urbano-industrial, o qual expande suas fronteiras e define sua morfologia urbana.

No entendimento de Campos (2006), o lado reverso e perverso da industrialização implica em um processo de urbanização descontrolado, o que acarretou no aumento vertiginoso da população, que passou a habitar em áreas pobres e ricas.

A urbanização não pode ser mais concebida apenas com vistas a concentração populacional nas cidades, pois a sociedade criou a inter-relação e/ou distanciamento entre os lugares, o que mudou as relações interpessoais, sociais e direcionou o fenômeno para além do simples fato de um grupo de pessoas se deslocarem do agrário e se concentrarem para formar a cidade. Nesse ínterim, não se pode confundi-la com o êxodo rural e seus resultados, que causam nas cidades o efeito do crescimento desordenado, todavia o fenômeno é uma dinâmica social de reformulação da própria sociedade que se transforma continuamente e muda as suas relações com a natureza com base nas necessidades da circulação do capital.

Portanto, atualmente, um dos maiores desafios é conceituar a urbanização no contexto da industrialização no capitalismo. É preciso analisar como esses processos influenciam a configuração e produção do espaço mundial e brasileiro, uma vez que condicionaram as metamorfoses das formas de produção sociais para atender as demandas do capitalismo. Para Sposito (2005), compreender a urbanização no contexto da industrialização é chegar ao entendimento do próprio desenvolvimento do sistema capitalista e para isso a investigação minuciosa dos fatos é imprescindível.

2.1. O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAETITÉ.

A urbanização é o fenômeno de transformação da própria sociedade em que os grupos humanos se concentraram, como também criaram as relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas mediante o rastro cultural num dado espaço-tempo. Pode ser distinguido, de acordo com Santos (1993), em duas fases, a saber: a urbanização pretérita e a urbanização atual em que multiplicaram, dentre outros aspectos, os aglomerados urbanos no Brasil nas contradições econômicas da luta de classes e definições espaciais das cidades.

Nesse processo, a sociedade sedentária, passou a relacionar-se com uma porção do espaço onde implementou os sistemas de engenharia, assumiu um novo parâmetro de vivência, se reproduziu e produziu para a subsistência. Ademais, impulsionou a formação das cidades, “[...] forma concretizada deste processo” (SPOSITO, 2005, p. 11).

A cidade é uma construção socioespacial de uma classe dominante que maximiza politicamente e aprofunda a divisão do trabalho, cria e mantém um exército de reserva funcional que vive as margens do sistema em condições miseráveis. Assim, as relações político-econômicas e sociais desenvolvidas ao longo do tempo sustentam as bases estruturais que garantem a composição morfológica dos conjuntos periféricos desse espaço.

O processo de urbanização estendeu-se por todo o mundo e, a partir do século XV, conforme Santos (1993), na fase pretérita, (re)configurou os espaços além-mar, que abarcaram os aglomerados humanos coloniais em que implementaram-se: as vilas e as cidades onde erguiam as moradias conforme as

classes sociais; a consolidação da divisão social e internacional do trabalho; a comercialização de mercadorias excedentes com a metrópole; as reuniões e imposições de eventos religiosos e o lazer; baseados na cultura portuguesa em detrimento da africana e indígena, no caso específico do Brasil. Esses arranjos temporais conferiam ao espaço os significados dos conteúdos de sua morfologia urbana.

As cidades brasileiras surgiram, portanto, no contexto da urbanização pretérita em que a exploração das terras colonizadas perdurou por mais de três séculos e meio na inovada interrelação sociedade-natureza-capitalismo.

Nas áreas interioranas do Brasil garantiu-se a manutenção do sistema socioeconômico que, por meio da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), enriquecia a metrópole. O novo ciclo econômico aurífero impulsionou a exploração no interior, sobretudo nos Sertões Baianos, uma reserva natural mineralógica do ouro, da prata e da ametista, em terras que futuramente formariam as pequenas cidades, dentre as quais, destaca-se a cidade de Caetité.

A urbanização que configurou o espaço que denominou-se Caetité tornou-se uma expressividade geográfica temporal-econômica, em que elite branca colonizadora impôs o regime escravocrata com fins de dominar e explorar a população negra comercializada. Os indivíduos “libertos”, no transcorrer dos séculos, arregimentaram moradias precárias nos espaços mais afastados do pequeno centro da cidade, a saber: as periferias pobres contraditórias àquelas de alto poder aquisitivo.

A origem da pequena cidade sobredita ocorreu no contexto da urbanização “pretérita” em que se formaram inicialmente as relações sociais, econômicas e políticas, baseadas na economia escravagista de exploração mineral nas sesmarias baianas. Estabeleceu-se nessas terras a subordinação entre os dominados e dominadores ao longo do tempo. Esse processo produziu as diferenciações socioeconômicas no país entre os séculos XVII e XVIII.

É pertinente analisar a origem das cidades e “[...] apreender quais processos dão conformação à complexidade de sua organização e explicam a extensão da urbanização [...]”. (SPOSITO, 2005, p. 11). Percorrer esses passos é fundamental para conhecê-las e categorizá-las.

Na metade do século XIX os processos de urbanização e industrialização potencializaram a ocupação desigual assim como a segregação socioespacial, o

que criou as múltiplas facetas que complexificaram a morfologia urbana da cidade pequena, à semelhança das médias em que distanciaram-se do simples “[...] resultado da reunião de pessoas e de formas urbanas construídas para abrigar-se e encontrar-se”. (CARLOS, CARRERAS, 2005, p. 63).

Com o desenvolvimento industrial, Arruda (1988, p. 9) destacou “[...] o papel do aumento populacional, das transformações agrícolas, mas sobreleva a substituição das regulamentações típicas do sistema corporativo de produção pela competição, [...]”. Houve o aprofundamento da estratificação social distanciamento da classe burguesa e proletária que solidificam a dinâmica capitalista. A rápida dispersão industrial ocorreu no final do século XIX e atingiu todos os países do mundo, inclusive o Brasil, que tardiamente foi industrializado.

Para Monte-Mor (2006, p. 6), a cidade se tornou, nesse momento, “[...] lócus do excedente, do poder e da festa, cenário privilegiado da reprodução social, ficou assim subordinada à lógica da indústria. [...]”.

A urbanização atual, no contexto da industrialização, interliga os espaços e cria os relacionamentos entre as cidades pequenas com fins de estruturar a mobilidade do trabalho e do capital. A industrialização no final do século XX incorporou os sistemas de fixos e fluxos na rede urbana. Disto resulta a expansão do tecido urbano.

No final século XX e início do século XXI esses dois processos ocorrem quase que simultaneamente a ponto de confundir-se. “[...] Com a industrialização, a urbanização experimenta um impulso considerável a ponto de constituir-se num aspecto indissociável [...]” (CARLOS, 1991, p.46). Todavia, bifurcam-se, quando a primeira compreende a transformação da própria sociedade que absorveu o conhecimento científico, desenvolveu a tecnologia, criou os meios de comunicação e processamento de informações que transformou o espaço geográfico em técnico-científico-informacional.

A urbanização é complexa, visto que o trabalho realizado com a utilização dos objetos técnicos e a espacialização industrial culminou em uma intensa concentração de equipamentos e pessoas que expressam riquezas e pobreza ao mesmo tempo e no mesmo espaço em que se estruturaram os conjuntos periféricos. O “esfacelamento” do espaço, atendeu as demandas da reprodução do capital e essa “[...] efetiva passagem da cidade ao urbano foi marcada pela tomada da cidade pela indústria e trouxe a produção - e o proletariado - para o

espaço do poder”. (MONTE-MOR, 2006, p. 1).

Para Santos (1994), a espacialização da indústria permitiu, do ponto de vista sócio-histórico-geográfico, o desenvolvimento: dos objetos técnicos e sua utilização; da ciência, tecnologia e da informação, em alta escala. Outro fator importante a se considerar foi o aprimoramento técnico, incorporação e usos dos sistemas de fixos e fluxos que, finalmente, disseminaram a velocidade da circulação de mercadorias, condições imprescindíveis para o desenvolvimento das forças produtivas e a reorganização dos espaços.

As técnicas utilizadas para a produção do espaço são denominadas por Santos (1988) como sistemas de objetos, que ao se agregarem aos sistemas de ações fundamentam a lógica da morfologia que o espaço assume pouco a pouco. Nesse sentido a urbanização é desigual e contraditória, todavia necessária.

O processo de industrialização, na concepção de Carlos (2000), tornou-se o pilar das constantes transformações sociais, sobretudo nas cidades de pequeno porte. Essa atividade está concentrada nos diversos territórios do mundo com elevada capacidade de gerir e dominar grandes porções do espaço geográfico, arquitetados através do trabalho especializado e tecnificado, o que permite as condições necessárias para o desenrolar das forças produtivas.

Com esses novos arranjos espaciais a urbanização dialetiza-se a ponto de expressar multifacetadas quando segrega os lugares e as pessoas com base nas ofertas de bens de serviços, capitais, produtividade, emprego, renda. Intensificou a pobreza e a fome. Essa tendência dificultou a conceituação frente as complexidades da atuação dos fenômenos. Multiplicam-se as aglomerações e reelaborações espaciais.

Para Seabra (2000), a divisão espacial, social e a mobilidade do trabalho dinamizaram e inovaram a produção, a reprodução do capital, as formas de urbanizar as cidades, principalmente as que se referenciam como fragmentos espaciais de desenvolvimento dos processos urbanos pálicos e ao mesmo tempo dialéticos: a cidade pequena. Por isso, o capitalismo transformou o urbano e interligou os lugares numa tentativa de homogeneizar os espaços de interesse do capital. Cada cidade passou a apresentar em sua morfologia os conteúdos adequados à viabilização do capital em suas funções e formas no sistema de redes.

A cidade também abarca, dialeticamente, as possibilidades diversas que incluem, dentre outros usos: fornecimento de serviços; mão de obra e capitais. Nessas condições, incorporou no espaço urbano, a semelhança das demais consideradas médias, periferias diversas que, para Monte-Mor, (2006, p. 6), organizam a cidade como “[...] lócus do excedente, do poder e da festa, cenário privilegiado da reprodução social, subordinada à lógica da indústria [...]”.

As lutas pelo espaço decorrem dessas diferentes formas de ocupação dos atores hegemônicos, que transformam a cidade em um local de concentração de capital e mercadorias, mesmo que contraditória. “[...] A cidade sofreu então um duplo processo: sua centralidade implodiu sobre si mesma e sua periferia explodiu sobre o entorno sob a forma de tecido urbano, que acabou por carregar consigo o germe da polis e da civitas. [...]” (MONTE-MOR, 2006, p. 1).

A cidade pequena, outra porção espacial cuja morfologia difere das médias e grandes, se tornou depositária do capital e se expande com a urbanização à medida que amplia as relações de poder. Nessas condições, os fragmentos do solo urbano passam a agregar valor e incorporar equipamentos de serviços públicos e funções que divide o espaço interno em bairros distintos que se configuram ora como áreas de status sociais ora como subprodutos populares de menor preço, quando comparados. Não obstante, o parcelamento da terra é para viabilizar o consumo, trocas e vendas, um ciclo vicioso de geração de lucro do sistema. Como negócio lucrativo apresentam “[...] desigualdades que se revelam nas morfologias [...]”. (CARLOS, 2015, p. 66). Nessa situação, as áreas pobres e de baixo custo são comercializadas na lógica da segregação socioespacial.

A urbanização recente provocou maior concentração urbana, o que torna a cidade palco de acirrados conflitos pelos direitos de sua apropriação. De acordo com Carlos (2015), a cidade centraliza os meios de produção num espaço exíguo, que produz riqueza, mas também a pobreza. O espaço urbano que está contido nas cidades é a materialização da produção social, que passa a conter valor de uso e de troca.

A classe de maior poder aquisitivo se considera responsável pelo crescimento econômico, pois detém os instrumentos ideológicos-políticos, de produção, cria e perpetua a sociedade desigual e as condições desumanas que sustentam o sistema capitalista. Sposito (2004) corrobora ao afirmar que na

atuação do poder da classe dominante formaram-se as periferias pobres, caracterizadas como áreas suburbanas, que, atualmente, nem sempre se localizam ao redor da cidade e estão compostas de uma infraestrutura e saneamento básico inadequados, quando comparados as áreas periféricas de status social.

A cidade concentra as principais atividades motoras do capital, sejam elas comerciais, político-administrativas e/ou financeiras. Para Lefebvre (2001), essa aglomeração humana acumulou riquezas e constituiu-se pelos sistemas técnicos, moradias, intenso comércio, serviços, indústrias e, por fim, a exploração da terra condicionada pela usura da classe burguesa.

A classe pobre, por outro lado, se reproduz nos subúrbios cujo crescimento exponencial é “sem planejamento” e saneamento básico, o que explicita os desmandos do poder público. O tipo ocupação não lhes permite adquirir moradias adequadas, nem tão pouco a qualidade de vida desejada. As condições míseras reproduzem as crises e caos social. Resta lutar ou alienar-se às imposições burguesa, principal produtora da desumanidade, resistente aos ideais de honestidade e ressentida quanto à perda do poder.

Os conflitos sociais nas cidades pequenas do Brasil, na atualidade, é conforme uma realidade pretérita Inglesa do século XVIII, analisada por Hobsbawm (1998, p. 316), em que a elite adotou a “caridade” e o vínculo religioso como estratégia política-ideológica para “suavizar” a luta da classe menos favorecida, quando direcionou suas forças políticas, em geral, “[...] para as campanhas morais e religiosas, como as que multiplicaram as missões estrangeiras, o antiescravagismo e as agitações em prol da moderação dos costumes [...]”.

O individualismo sobrepõe o bem comum e enfraquece os movimentos coletivos pois, os indivíduos distantes da salvação interpessoal, distanciaram-se do nocivo mundo externo e associaram-se paradoxalmente aos “[...] grupos autocontidos, que constantemente significava que rejeitavam a possibilidade de qualquer alteração coletiva de suas condições seculares. [...]”. (Hobsbawm, 1998, p. 316). Essas ferramentas ideológicas continuam a deter os pobres fora do pensamento coletivo da luta pela equidade, o qual é constantemente suplantado pela promoção de festivais, cerimônias e rituais em detrimento à militância. Os pobres, “inconscientes” dos seus direitos, não abdicam dessas migalhas e

conformam-se com a construção urbana assistemática que os relegam a permanecer como marginalizados ao sistema.

Diante do exposto, é nítido que a industrialização marcou a passagem da hegemonia da sociedade agrária à urbana. Assim, ao produzir o proletariado, como também a periferia pobre em seu entorno, materializou áreas de produção de miséria e segregadas, que na lógica das reflexões de Monte-Mor (2006) expandiram-se em sua especificidade e criaram novas morfologias periféricas, aglomerando ricos e pobres em lugares opostos, ao formar um tecido urbano díspare, que passou a fazer parte do espaço do poder.

2.2. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CAETITÉ-BA

O Brasil, de acordo com o IBGE (2010), possui 5.848 municípios cuja população corresponde a aproximadamente 207,7 milhões de habitantes, em que 4.957 possui até 50.000 habitantes, o que representa cerca de 84,77% do total de municípios e 32,65% da população. As cidades desses territórios em suas diversas escalas podem ser apreendidas e definidas através da análise dos dados quantitativos, qualitativos e como se dá a lógica da dinâmica socioeconômica que arranjam esses espaços.

O município de Caetité está localizado nas coordenadas 14° 04'16" sul e 42° 23'11" oeste, como parte do Território de Identidade Sertão Produtivo⁶. Conforme o IBGE (2018), dista da capital do Estado da Bahia Salvador a aproximadamente 757 km. Limita-se, ao norte, com Tanque Novo e Paramirim; ao sul, com Ibiassucê, Pindaí e Licínio de Almeida; a leste, com livramento de Nossa Senhora e Lagoa Real; e a oeste, com Guanambi. (Ver mapa 1).

Na base de cálculos do IBGE (2018), a área total de Caetité é de 2.835 km² em que são agregados cinco principais povoados em sua hinterlândia mais imediata, dentre eles, Jacaré, Campinas, Cercado, Aroeira e Santa Luzia. Integra ainda os distritos de Maniaçu, Pajeú dos Ventos, Caldeiras e Brejinho das Ametistas, interligados pelas rodovias principais e vias municipais que possibilitam a circulação de mercadorias e abastecem o mercado interno, bem

⁶ Regionalização por critérios multidimensionais, dentre outros: a economia, sociedade distinta, cultura, políticas e as instituições, que abrange pequenas cidades do semiárido, com fins de melhor atendê-las através de políticas públicas que minimizem as desigualdades regionais. (SEPLAN, 2004-2007).

como proporcionam acesso para a oferta de serviços na sede.

A malha rodoviária que interliga o município aos demais é composta, principalmente, pelas BR 430 e a BR 030, que exercem influência significativa no escoamento da produção, no transporte de matérias-primas entre sua hinterlândia, os municípios circunvizinhos e parte da rede urbana brasileira.

A BR 430 interliga o Sudoeste ao Oeste Baiano, assim como ao Distrito Federal, e a BR 030 é a principal via de acesso à leste para Vitória da Conquista e Salvador e à sudoeste para Guanambi que, de acordo com os dados do IBGE (2018), tornou-se uma linha divisória que bifurca a cidade em duas vertentes espaciais distintas: o zoneamento de moradores pobres, com infraestrutura precária, oposto ao conjunto de residentes de maior poder aquisitivo, que materializa certa discrepância absorta de uma segregação socioespacial.

Com menor expressividade interestadual, a BR 122 é a principal via de escoamento da produção de urânio e de sua ligação com a cidade de Paramirim. Essas rodovias são imprescindíveis no intercâmbio econômico bem como na própria configuração geográfica da cidade.

Em relação aos demais municípios baianos Caetité ocupa o 42º lugar do PIB total e, na atualidade, tem as seguintes participações nos setores econômicos: como o industrial em 25º, seguido do terciário com 49º e agropecuário 184º lugar, o que a identifica como uma cidade de pequeno porte que possui influência significativa na economia baiana, em que se compõe como um dos pequenos nós da hierarquia das redes no Brasil e que possui polarização, como constata o IBGE (2008).

O município de Caetité apresenta em seu subsolo, conforme a Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA, 2018), descontínuas quantidades de olhos d'água dispersas no território. No decorrer do tempo a atuação antrópica influenciou substancialmente na alteração paisagística, o que incorreu em perdas da maior parte de suas riquezas naturais, destruição de muitas nascentes, assim como eliminação dos cursos dos rios intermitentes. No entendimento de Silva (1978), No passado, constituía-se como ponto de descanso e suprimento hídrico dos animais das expedições de desbravamento paulistas que, ao adentrar o interior do Brasil, entre os anos de 1672-1740, prospectava novas jazidas de ouro e pedras preciosas.

Os portugueses, ao colonizar o interior do país, encontraram o vale do São

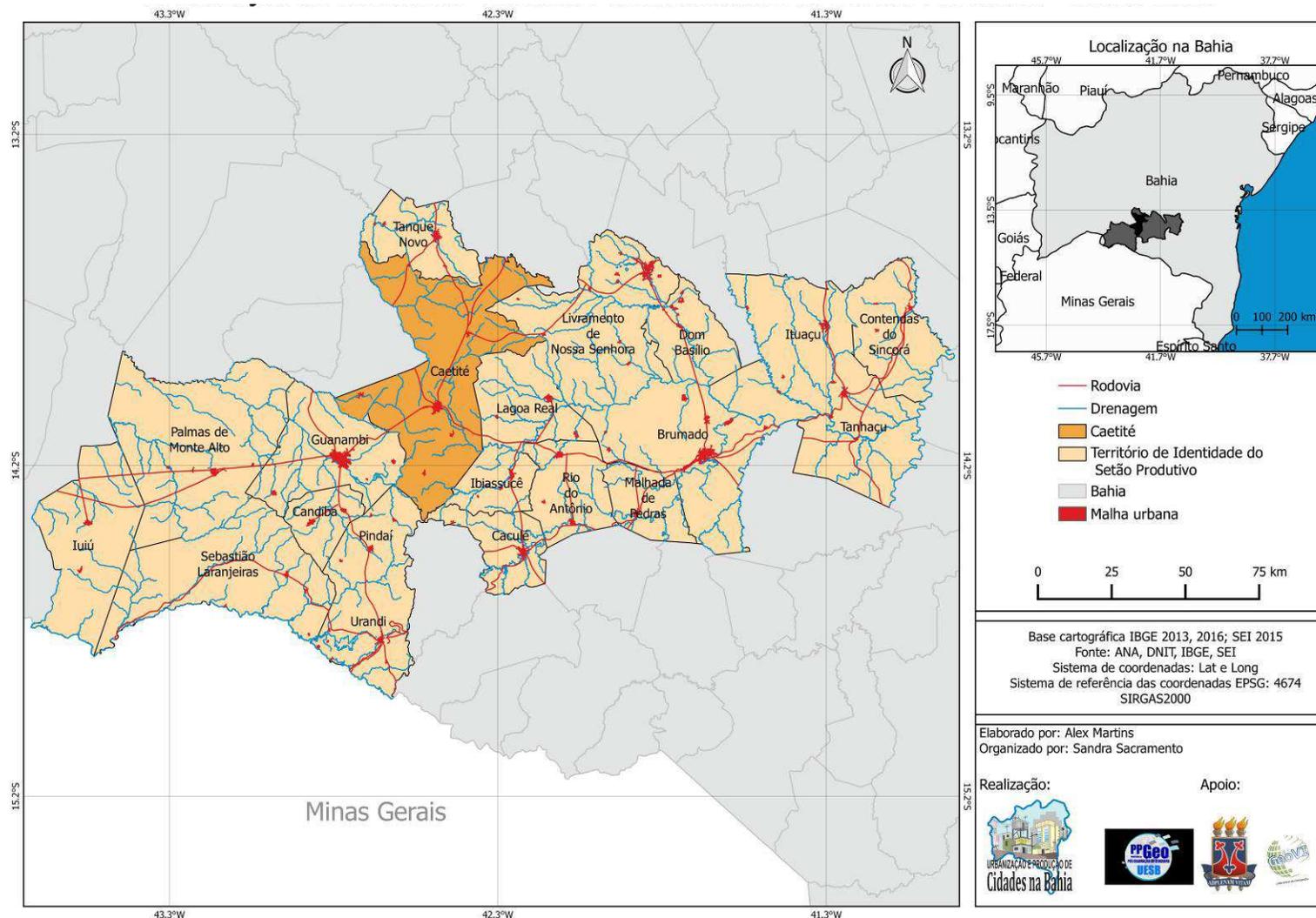
Francisco, que Silva (1978) denominou de “Pará”, originário do Tupi que significa “grande mar”, o lugar que abriu caminho para a expansão da “civilização” que iniciou a urbanização do interior da Bahia. A primeira expedição que penetrou nos sertões, segundo o autor, foi a de Francisco Bruzza de Spinosa, no ano de 1553, juntamente com o padre João Aspicuelta Navarro da Companhia de Jesus, que implantou os primeiros postos de Catequese como auxílio para a exploração e administração com intuito de garantir o total domínio colonial.

O vale do São Francisco era a região dos sertões dos currais da Bahia, que foi explorada sob a custódia da Casa da Torre e a Casa da Ponte, comandadas por Francisco Dias d’ávila e Antônio Guedes de Britto, os respectivos proprietários de muitas sesmarias em que se desenvolviam as atividades agrárias.

A descoberta desse importante rio despertou o colono Gonsalo Coelho ao aproveitamento fluvial, uma vez que considerava-o como uma excelente via de tráfego potencialmente navegável, imprescindível à formação dos primeiros núcleos adensados que deram origem as cidades baianas dessa região. Para Silva (1978), as margens eram ocupadas pelos nativos que foram vencidos pela hostilidade do europeu numa luta sangrenta que perdurou por mais de dois séculos, em que esses últimos possuíam profundo interesses em utilizar a terra para sobrevivência e/ou acúmulo de capital respectivamente. O autor destaca ainda dois combatentes, dentre os quais estão: Antônio Guedes de Brito e Mathias Cardoso de Almeida, considerados como “heróis sertanistas”, dominadores das terras interioranas do país que “desprenderam as trilhas” ao remover todos os percalços para assegurar a “paz” fronteira entre Bahia e Minas Gerais, no período denominado de bandeiras, quando do mercantilismo aurífero no contexto da origem do capitalismo, bem como da Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

As bandeiras foram iniciadas na segunda metade do século XVI e consolidadas no século XVIII ao atingir o ápice de sua evolução, quando a Coroa Portuguesa reassumiu a ocupação do território brasileiro, que, consoante a SEI (2001), foi arruinada pela invasão holandesa em 1624. Nessas condições, os portugueses lançaram suas expedições interioranas que resultaram nas descobertas das minas de Jacobina e do Rio de Contas.

Mapa 1 – Localização de Caetité no Território de Identidade do Sertão Produtivo da Bahia, 2018.



Na visão de Silva (1978), 800 garimpeiros, aproximadamente, migraram de São Paulo, Minas Gerais e Serro Frio para as minas recém descobertas em Rio de Contas, o que deu origem ao povoado que rapidamente se transformou em vila, um dos primeiros aglomerados urbanos nas imediações das antigas terras conhecidas como Sítio Caetatés, que foi incorporado ao termo da vila de Rio de Contas.

O antigo sítio pertencente a Casa da Ponte era complemento das sesmarias do mestre de campo Antônio Guedes de Brito. Essas terras foram usurpadas pelo Capitão Estevam Pinho, o que marcou a formação de sua primeira “ilha” econômica territorial pelo seguinte tripé: transformação em um grande latifúndio agropecuário; fornecimento de metais preciosos, através da exploração aurífera das minas de ouro no Brejo dos Padres, minas do Paty, na cabeceira do rio das Rãs; e fornecedor de escravos negros, através da compra e venda para toda Bahia, como corrobora Pires (2009). A partir de 1731 tornou-se ponto significativo de passagem entre as minas de Rio de Contas e Minas Gerais, o que aglomerou os recém-chegados que atraídos pelo clima ameno e distribuição hídrica de qualidade povoaram essas paragens na primeira metade do século XVIII.

Consta que as missões religiosas se estabeleceram como principal elemento responsável pelo êxito nas explorações, pois os lusitanos agiam com fins de submeter o autóctone à civilidade camuflada de escravidão. Nesse tempo, a Igreja estava aliada ao Estado e, portanto, possuía grande influência política e ideológica com a finalidade de conservar os povos não considerados civilizados ao trabalho servil. Em conformidade com os dados do IBGE (1958), argumenta-se que a Igreja materializava no espaço construções imponentes como: capelas, palácios e catedrais como demonstração de sua autoridade, que não se limitava apenas ao dogmatismo eclesiástico, mas a (re)afirmação de sua posição social e poder retratados nesses elementos primordiais para a gênese da cidade.

Para o IBGE (1958), em tempos remotos, as terras de Caetitê constituíam-se como postos de catequese, que pertenciam ao Senhor da Casa da Torre; o fundador foi o mestre de Campo Antônio Guedes de Brito. Ao adentrá-las, encontraram autóctones, habitantes primitivos identificados como Caetés. Na interpretação de Silva (1978), eram perigosos, selvagens e causadores da desordem civilizatória, visto pelo sertanista como possessos demoníacos. Assim,

as missões lusitanas tinham em seu cerne catequizá-los, posto que ocupavam as terras economicamente promissoras. Esses, por conseguinte, deveriam ser eliminados, pois se constituíam como obstáculos que vedavam a possibilidade da paz e da exploração colonial, no contexto do capitalismo comercial. Dessa forma, a natureza selvagem deveria ser subjugada e desobstruída através das “alianças” com os indígenas, que os bandeirantes consideravam vantajosas para o enriquecimento e domínio efetivo desse espaço. Os sertanistas, genocidas cruéis, identificados nos relatos históricos como heróis bravios, cometeram uma série de holocaustos que dizimou os agrupamentos indígenas dos sertões. Para Pacheco (2015), os registros antigos apontam que a hostilidade para com o nativo ocorreu em toda Colônia como marco fundamental para a extorsão portuguesa nos espaços interioranos do Brasil.

As terras dos Caetés, na menção de Santos (1995), eram, dentre outras, uma riqueza hídrica que, em primeira instância, atraíram inúmeras famílias que descansavam nessa paragem entre as minas de Rio de Contas e Minas Gerais. Posteriormente, trouxeram africanos que foram escravizados e a edificaram na conjuntura do regime colonial. Nela fortaleceram a economia baiana, através da criação de gado, produção nos engenhos manufatureiros, extração de riquezas minerais, civismo e cultura, imposta por uma elite aristocrática vinculada aos comandos de Portugal, o que as distinguiu como uma das primeiras ocupações em relação aos demais aglomerados urbanos da região do São Francisco, identificado como Alto Sertão baiano.

A urbanização no município de Caetité é decorrente de processos históricos seculares ligados as conquistas dos portugueses, que inicialmente saqueavam a Colônia e, posteriormente, implantaram monoculturas, o que gerou os grandes latifúndios no interior do Brasil e a criação do primeiro núcleo comercial e residencial. A motivação para a exploração permeava a ganância do possuir ouro que, na interpretação de Silva (1978), aumentava os rendimentos dos colonos e, mediante as bandeiras, objetivavam dominar e encontrar novas terras que se constituíam como reservas de matérias-primas diversas que poderiam enriquecer os mercadores da metrópole.

Na apreensão de Silva (1978), em épocas remotas, foi em 1740 que erigiu-se a primeira capela em Caetité, o que implica a assunção do povoado enquanto importante fornecedor econômico dos Sertões. Como passagem estratégica para

os bandeirantes que faziam a rota entre Minas Gerais e Rio de Contas, isso se constituiu como excelente rota comercial de mercadorias e de africanos que foram escravizados, o que criou o primeiro ciclo econômico escravocrata do sítio e possibilitou o aumento dos aglomerados de cunho agrário português.

O IBGE (1958) ratifica que a família católica dos Carvalhos, donatária das terras nas intermediações do rio do Alegre, foi quem construiu a capela de Santa Ana, filiada à matriz de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas e doou terras para a criação da freguesia. O 8º Arcebispo brasileiro, Dom José Botelho de Matos, concedeu o Alvará Régio no ano de 1757, que transformou o arraial em freguesia identificada como Santa Ana do Caiteté. Nos dois anos seguintes as terras foram agregadas à Coroa Portuguesa, a qual, após 44 anos posteriores e sob a Provisão do Conselho Ultramarino, datado em 12 de julho de 1803, ordenou a criação da vila. Contudo, a efetivação só ocorreu em 26 de fevereiro de 1810, quando passou a ser chamada de vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caiteté, numa homenagem ao príncipe regente D. João. No mesmo ano o desembargador Antônio Gabriel Henrique Pessoa criou o município, ao desmembrá-lo de Jacobina. As famílias tradicionais que compunham a classe social burguesa davam-lhe pouco a pouco, diante de seus interesses particulares, o formato de cidade.

Silva (1978) reafirma que Caetetés foi um sítio abrangedor de zonas auríferas que se ampliavam e, ao chegar no final do século XVIII, administrava: Morro do Chapéu, Curralinho, Banho, Conceição, Riachão, São José e Jacaracy. Isso consistia em um intenso foco de exploração que formou a primeira “ilha” econômica de terras férteis e acelerou o processo de ocupação populacional, o que a interligou as demais zonas auríferas dos sertões. Dessa área foram retiradas volumosas quantidades de ouro e outras pedras preciosas.

Os trabalhadores escravos do país não eram, na visão de Freitas (2011), somente os africanos negros, mas também indígenas, que no caso específico do Brasil foram caçados e exterminados, quase em sua totalidade, pois a maioria lutou e abjurou-se da imposição da Coroa Portuguesa que os estereotipava como demônios, selvagens, bravos, incivis e ignorantes. Na idealização de Moraes (2000), o colonizador visava a força de trabalho que poderia ser adquirida somente com a expropriação territorial.

O processo pretérito de urbanização do Caetetés foi marcado por lutas intensas, semelhantemente aquelas ocorridas em todo país, cujas consequências foram anos de escravidão e de domínio das classes burguesas brancas sobre os africanos. Esses, na visão de Freire (2003), foram trazidos para o Brasil nos navios negreiros e chegavam aos antigos latifúndios agrários, alguns dos quais tomaram cunho de cidade, quando paulatinamente foram erguidos diversos monumentos considerados pelo português essenciais na identificação dos povoados importantes para a economia, a qual se desenvolvia na congruência do capitalismo comercial.

A sociedade de caetetés foi fundada no hibridismo de escravos negros e senhores latifundiários donos de engenhos, o colonizador branco, além do índio nativo. Nesse contexto, os colonos que exploravam a agricultura, pecuária e o ouro aceleraram o processo de ocupação. O núcleo urbano ganhou importância com a vinda de diversas famílias que ora o conheciam pela fama de sua prosperidade, ora se tornaram fugitivos da Coroa Portuguesa no alibi da Inconfidência Mineira. Nesse período, uma série de agrupamentos residenciais barrocas foram edificadas, cujos detalhes externos apresentavam eiras, beiras e logo abaixo das janelas as cimalthas, uma espécie de moldura que embeleza a obra arquitetônica e demonstra o contexto do colonialismo, o status social das famílias que o habitavam e o Clero que compunha a classe nobre. As ruas compridas e estreitas, casas baixas e espaçosas cobertas de telhas caiadas localizadas no núcleo inicial de povoamento são identificadas por Mendes (1996) como a Caetité Velha. A repartição das residências antigas denuncia a que classe social pertencia determinada família. Essas possuem salas entre um corredor, quartos grandes e cozinhas na parte inferior próxima a outros cômodos que abrigavam a população negra que foi escravizada. A Igreja de Nossa Senhora de Santana, chamada de Matriz, ainda hoje está cercada por esses casarões que denotam a pujança da elite do passado remoto da cidade, na acepção de Santos (1995).

A evolução urbana foi marcada pela lógica escravocrata que, nas reflexões de Pires (2010), retrata o período histórico em que a mercadoria rentável era a posse de negros africanos por meio de registro em cartório. Outro marco fundamental foi a construção de um conjunto arquitetônico na praça principal, onde se formou o primeiro núcleo comercial, cujas casas possuíam no interior

repartições demonstrativas da dominação branca europeia sobre africanos negros, estabelecidos como escravos domésticos que pernoitavam nas senzalas localizadas nos fundos ou no porão das casas.

No parâmetro da expansão ultramarina foram erguidas moradias que pertenciam aos grupos de pessoas da mesma família lusitana, que formavam parte da elite burguesa europeia residente em Caetité e, por isso, edificavam moradias bem próximas umas das outras, que deu forma ao vilarejo. Em 12 de outubro de 1867, pela lei provincial nº 995, a Vila do Príncipe passou a ser considerada uma cidade com alteração do topônimo para Caetité, como comprova o IBGE (1958).

A partir do século XX, no contexto da proclamação da República, o imperador Dom Pedro II prescreveu no ano de 1908 a instalação do primeiro observatório meteorológico do Brasil em Caetité com fins de registrar as alterações climáticas do Alto Sertão baiano. Em 20 de outubro de 1913, o Papa Pio X desmembrou Caetité da Arquidiocese de Salvador para torná-la sede diocesana, o que contribuiu para a criação de um clero forte, cujas habitações, continham dentre outras, o Palácio Episcopal localizado ao redor da Igreja Matriz na praça da Catedral Senhora Sant'Ana, que forma o centro. Nesse período, consoante Marques, Fernandes e Pires (2013), a diocese de Caetité contava com 35 paróquias e sua criação converteu a cidade em um dos maiores centros urbanos da Bahia.

Em 1950, a Escola Normal, que em 1955 passou a ser o Instituto de Educação Anísio Teixeira, foi implantada por ocasião de importantes mudanças político-educacionais brasileiras, fomentadas por Anísio Teixeira, Diretor Geral da Instrução Pública baiana e um dos maiores educadores do Brasil, que na interpretação de Santos (1995) alcançou o objetivo de expandir o ensino público de qualidade para formação de docentes em sua terra natalícia. Ela foi incorporada pela Universidade do Estado da Bahia, identificada em 1962 como Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caetité (FFCLC), no ano de 1983, cujas reformulações estaduais passaram a denominá-la de Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Campus VI na sede. Essas estruturas atraíram um número significativo de mão de obra, algumas mais qualificadas, que poderiam atender as novas exigências do mercado educacional em toda região. Nesses estabelecimentos educacionais ofertavam-se cursos de Licenciatura

Plena para a formação docente e possibilitaram a expansão da cidade para suas margens e como obras embrionárias foram de suma importância para a evolução urbana de Caetité.

Outras instituições, bem como empresas e indústrias adentraram o território, dado o fato de tantos outros recursos naturais e mineralógicos disponíveis, como manganês, na divisa com Licínio de Almeida e Caculé, extraído pela Companhia Vale do Rio Doce; urânio, na divisa com Lagoa Real, explorado pela Indústria Nuclear do Brasil; ametista, no distrito de Brejinho das Ametistas, cinturão de minério de Ferro; e granito, pela Bahia Mineração, com sede em Salvador, cujo foco era a obtenção de aproximadamente 20 milhões de toneladas de minério de ferro em Caetité, projeto que intitula-se Pedra de Ferro e reafirma o município como importante polo econômico do país (BAMIN, 2018).

Entre os anos de 1989 e 1990, outras indústrias de bens de consumo foram trazidas, dentre as quais estão a Fortiori, Sketch, Maluana, Art'Silk e Chispan alimentos, cerâmicas e a Renova Energia, que foi implantada entre os anos de 1999-2012 e inaugurou o maior complexo eólico da América Latina em território caetiteense. Na concepção de Pires (2010), dentre as pequenas indústrias manufatureiras é possível destacar, ainda, os alambiques que produzem artesanalmente a cachaça nas imediações da comunidade de Santa Luzia, contudo enfrenta os reveses do mercado e a agressividade dos atravessadores.

Para Santos (1995), outro setor que sustenta a economia são as gráficas, que foram instaladas inicialmente no século XIX, como a gráfica d'A Pena, do proprietário e jornalista João Gumes. Atualmente, existem três gráficas de tipografia e off-set que marcaram a imprensa. A Saboaria Astro, localizada na comunidade da Tabua, a oeste da cidade, inaugurada em 1995, assim como uma pequena produção artesanal de farinha de mandioca no distrito de Maniaçu, mas não possui quantidade suficiente para preencher o mercado interno.

A cidade de Caetité se tornou ao longo do tempo uma área altamente rentável dentro do processo produto do capital, em que, por mérito da dinâmica econômica local, intensificou a exploração do solo urbano, que nos argumentos de Carlos (2015) é um negócio rentável, cuja especulação imobiliária estabeleceu preços elevados por metro quadrado, o que nega o direito de posse de terra para a maior parte da população que vive em condições precárias. Contraditoriamente,

mesmo que a cidade se constitua como de pequeno porte, também se tornou fornecedora de matérias primas capazes de abastecer indústrias modernas. A chegada das empresas impactou o município, pois, no contexto da mobilidade do trabalho, a urbanização intensificou-se e os modos rurais absorveram características urbanas que foram capazes de transformar *pari-passu* as relações do rural-urbano no desenrolar das forças produtivas.

A produção cafeeira do Sudeste, alicerce econômico colonial, que estendeu-se para o Sudoeste baiano dentre outros municípios, contemplou a produção em Caetité, juntamente com as seguintes culturas: cana-de-açúcar, fumo, milho, mandioca, feijão; associadas a criação de gado leiteiro e a exploração mineral no território, o que incorreu em crescimento exponencial da população residente e ocupada no campo entre os anos de 1940-1950. A tabela 1 espelha o fenômeno.

Tabela 1 - Taxa de Crescimento Geométrico Anual da população urbana e rural, Caetité - Bahia, 1940-2010.

Períodos	Crescimento geométrico anual	
	Rural	Urbana
1940-1950	1,87	1,67
1950-1960	-5,15	6,06
1960-1970	4,44	-2,16
1970-1980	0,8	2,58
1980-1991	-3,34	3,81
1991-2000	-0,9	3,69
2000-2010	-1,25	1,95

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Os dados demográficos da tabela 1 representam o Crescimento Geométrico Anual da população rural e urbana, em que entre os anos de 1940-1950 apresentaram elevados índices de residentes no campo. Entre os 1950-1960 houve um decréscimo de habitantes no rurais. Todavia, a partir de 1960-1970, o efeito se torna reverso, posto que população urbana diminui e chegou em ambos os espaços a taxas negativas, certamente de desmembramentos. No decorrer dos anos de 1970-2010, houve sucessivas quedas no contingente residente no campo, o que apresentou déficit no total. O crescimento da população citadina se efetiva a partir de 1970-2000, embora entre os anos de

2000-2010 as taxas caíram novamente.

A tabela 1 aponta discrepâncias, posto que há oscilações na fixação de residentes em ambos os espaços, principalmente quando indica que entre os anos de 1940-1950 os residentes no espaço rural superavam os residentes urbanos. Na leitura de Scarlato (1995), o setor agrário é o principal pilar da atividade econômica e se fez como base da reprodução do capital no período da colonização portuguesa. Todavia, ocorreram perdas de residentes rurais entre 1950-1960, assim como em 1980-1991, por ocasião do desmembramento de 45 distritos importantes, dentre outros: Igaporã (1953-58), Guanambi (1962) e Lagoa Real (1989) que atingiram a emancipação. A partir de 1980-2010 elevou-se substancialmente a taxa de crescimento geométrico anual urbano, o que também acelerou o processo de urbanização e fez a cidade absorver novos eventos em sua dinâmica.

Nas concepções de Semeghini (1991), a monocultura do café criou condições especiais para o desencadear da industrialização no Brasil e acumulou o capital necessário para erigir uma infraestrutura que favorecesse a circulação de mercadorias, pessoas e capitais, através dos transportes que acelerou a dinâmica dos processos industriais no país. Não obstante, essa cultura não incluiu patamares tão significativos para a economia caetiteense, ainda que o cultivo praticado em algumas médias propriedades se interpôs entre o mercado interno e internacional.

O capital cafeeiro, para o autor supracitado, foi transformado em capital industrial no Sudeste, o que propulsou a passagem do país de agrário-exportador para urbano-industrial, quando proporcionou mudanças na vertente social e arregimentou um conjunto técnico distinto que diferencia o modo de produzir no espaço agrário. Isso materializou os elementos de produção e circulação econômicos num dado tempo, cujos resultados implicaram em transformações de alguns espaços camponeses em adensamentos urbanos, por absorver novas características nas relação sociedade-natureza.

Nesse ínterim, a população total de Caetité, em 1940, era de 33.848 habitantes, em que 5.091 representavam o total da população que habitava na zona urbana, cujo percentual era muito inferior a rural. Isso demonstra a superioridade da importância das atividades agrárias sobre as urbano-industriais, que perdurou até o ano de 1991. Em 1960, a população urbana duplicou, ainda

que não houvesse suplantado o contingente rural. Entre 1960-1970, houve o decréscimo da população urbana e o aumento da rural, fato que denota a criação de novos municípios baianos e também dúvidas sobre a confiabilidade dos dados como pode ser analisado.

A tabela 2 demonstra que somente entre os anos de 2000-2010 a taxa de urbanização obteve novos patamares e pela primeira vez na história de Caetité a população urbana superou a rural, pois a maioria da população passou a residir na cidade e isso contribuiu para que a taxa de urbanização elevasse para 59,87%.

Tabela 2 - População total rural, urbana e da cidade; Taxa de Urbanização, Caetité - Bahia, 1940-2010

Períodos	Total	Rural	Urbana ¹	Taxa de Urbanização ²
1940	33.848	28.757	5.091	15,04
1950	40.624	34.615	6.009	14,79
1960	31.236	20.409	10.827	34,66
1970	40.200	31.501	8.699	21,64
1980	45.318	34.100	11.218	24,75
1991	40.380	23.455	16.925	41,91
2000	45.090	21.631	23.459	52,03
2010	47.515	19.068	28.447	59,87

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

Notas: 1 - São inclusas as pessoas que vivem nas sedes de outros distritos e povoados;

2 - Percentual da população urbana sobre a total.

A população urbana chegou ao total de 23.459 no ano de 2000, mas atingiu o ponto mais volumoso a partir do ano de 2010, quando Caetité se interpõe como cidade de pequeno porte, mas assume funções específicas no quadro econômico baiano, assim como na hierarquia das redes brasileiras. Ainda assim, há um número significativo de residentes e produtividades rurais, o que indica um desenrolar definitivo dos processos de transmutação espacial, em que o setor terciário passa a prevalecer paulatinamente sobre o agrário, ao tempo que também se correlacionam no desenvolvimento da economia local.

2.3. CAETITÉ: UMA CIDADE PEQUENA NA ATUAL CONJUNTURA DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

A cidade pequena é um campo teórico de análise geográfica que ganhou maior notoriedade acadêmica a partir do século XXI em decorrência das

profundas mudanças econômicas globais que influenciaram na (re)definição do espaço urbano local. O maior desafio para os geógrafos na atualidade é conceituar e compreender a cidade pequena com maior solidez, evitar tantas discrepâncias em suas correntes de análise e chegar a um quociente cuja caracterização conduza o leitor a identificá-la com maior facilidade.

A maioria dos estudos sobre a cidade pequena traz, não raro, definições com base na escala ou mesmo no quantitativo de sua população, o que torna sua conceituação inconsistente ao diferenciá-la das médias e grandes. Todavia, no processo capitalista, tornou-se um agregado espacial complexo.

As pesquisas sobre as pequenas cidades ainda são insuficientes para gerar um corpo teórico consistente, o que implica em prejuízos para a ciência geográfica que pouco trata dessa categoria de análise, ainda que se apresente como uma fonte inesgotável que conduz a reflexão da realidade mundial. “[...] Embora pareçam isoladas, enquanto dimensão espacial da sociedade, encontram-se relacionadas às transformações do modelo de consumo no mundo [...]” (FERREIRA, 2008, p. 4).

A dificuldade em conceituar a cidade pequena se estabelece quando os fundamentos teóricos-metodológicos que a determinam dependem em grande parte da elaboração de pesquisas, cujos dados são estritamente escassos. De fato, a tendência do capitalismo é homogeneizar os espaços, contudo, a organização de “[...] cada cidade apresenta-se com características próprias e isto vem se tornando cada vez mais evidente, principalmente nas regiões que absorvem um maior incremento das novas técnicas, informações, etc. [...]”. (MAIA, 2005, p. 10).

Apresenta-se então a cidade de Caetité que possui expansão territorial limitada, infraestrutura precária, um agrário que quase sobrepõe o urbano, tecido urbano limitado, inexistência de intensos fluxos comerciais nas redes. Não obstante, assume inovadas formas tecnicista em algumas porções do seu território que fazem parte de uma espécie de padronização capitalista moderna de usos e consumo do espaço.

Nessas condições, explicar as causas de suas alterações, seu papel e seus relacionamentos na rede tornam-se imprescindível para se chegar precisamente à sua classificação. É necessário observar sua representatividade política e quais são os elementos socioculturais internos e externos que, ao

mesmo tempo, a configuram para assegurar o acúmulo do capital.

As fontes primárias de pesquisas geográficas sobre a cidade de Caetité são reduzidas e, por isso, houve dificuldades em elaborar as reflexões teóricas-metodológicas que auxiliariam na compreensão da complexa dinâmica de sua organização e conceituação.

O maior número dos estudos sobre essa cidade está concentrado nos diversos contos ou memórias de historiadores, cujo o foco é destacar e “engrandecer”, por meio de relatos históricos, uma minoria burguesa branca, polarizadora, descrita como heroína social local. Transpor esses obstáculos implicou na possibilidade de entender a classificação e a função de Caetité na economia Baiana.

Nessas condições, ao conceituar as cidades em grandes, médias ou pequenas recorre-se as variáveis que estão para além das análises da escala, dimensões ou quantidade populacional, pois é necessário observar sua evolução ao longo do tempo, sobretudo para apreender o que está implícito em seus arranjos espaciais, impressões, e incorporação dos objetos tecnológicos que mudam suas interações, suas atribuições nas redes e composição de sua morfologia urbana.

A pesquisa explicita outros seis aspectos em que os autores “[...] atinam-se ao tratar do tema cidades pequenas: a escala, o grau de modernidade, a vida cotidiana, a questão demográfica e a dinâmica urbana [...]”. (SANTOS, 2017, p. 07). Nesta dissertação, portanto, enfatizam-se também suas funcionalidades nas relações da hierarquia das redes econômicas.

As definições das cidades variam de acordo com os países, quer sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento. No caso específico do Brasil, autores da Geografia, a exemplo de Santos (1982), Corrêa (1986), Soares (2003) e Ferreira (2008), consideraram as funções específica, seu dinamismo e desenvolvimento para categorizá-las mesmo em meio a confusões teóricas, a saber: a cidade pequena pode ser definida ou confundida como cidade local, centros locais, cidades de pequeno porte, áreas não metropolitanas, espaços de pequenas escalas, pequenos núcleos ou centros, local bucólico, de uma vida relacional cotidiana isolada, que atende as necessidades materiais consideradas pertinentes à vivência do lugar.

Neste subtópico apresenta-se Caetité como cidade pequena que possui

centralidade, funções na rede, tamanho territorial, demográfico e um papel regional muito parecido com as cidades médias. Para o IBGE (2007), é uma cidade de pequeno porte que possui multifacetadas em sua formação complexa de funcionalidades. Trata-se agora de uma composição espacial que se realiza com base na política socioeconômica desenvolvida internamente, mas também à interligação às demais cidades de médio e grande portes. (Ver mapa 2).

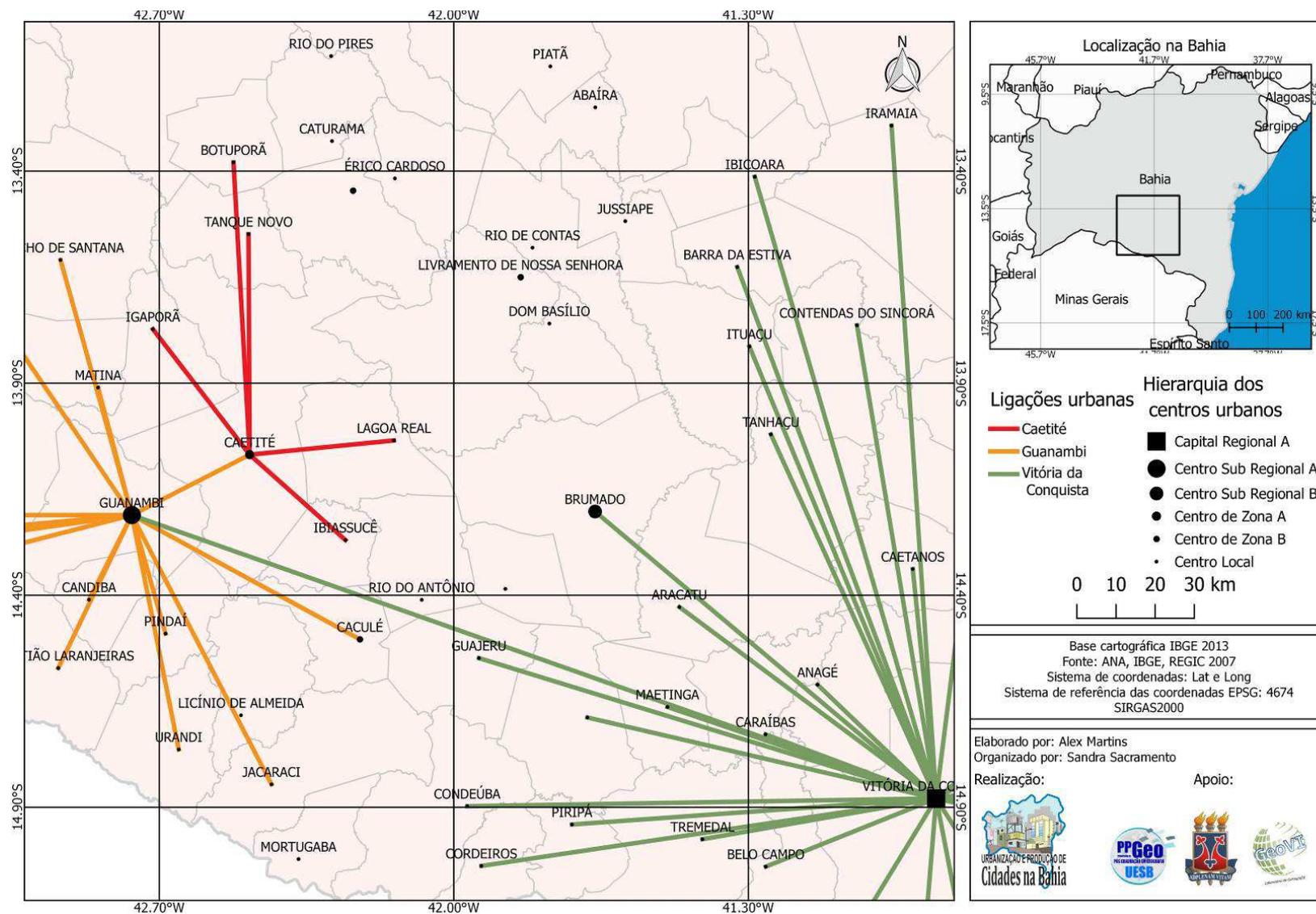
Os debates teóricos de Geiger (1963), Ferreira (2008) e Santos (1982) esclarecem que definir uma cidade pequena apenas pelo viés quantitativo implica em vaguidade teórica metodológica.

Os novos arranjos econômicos apontam que a cidade de Caetité tem classificações específicas quando comparadas a outras da Bahia. O IBGE (2008) diferencia as cidades pequenas com base em seus relacionamentos externos, assim é possível defini-las em suas especificidades, como cidade de menor porte (cidade pequena), Centro de Zona “A”, contida na rede de relações de uma Capital Regional “A”, Vitória da Conquista, que polariza 70 centros, se articula diretamente a polos de maior influência na rede urbana. Se caracteriza como cidade pequena que tem funcionalidades inferior às cidades médias (Vitória da Conquista) e, conseqüentemente as metrópoles.

Todavia, ainda que ofereça um conjunto de atividades, exerça influência sobre alguns municípios, possui uma rede urbana mais circunscrita. No ínterim da hierarquia dos centros urbanos brasileiros, sobretudo na região Sudoeste da Bahia, a atuação político-econômica restringe-se apenas a cinco municípios circunvizinhos, tais como Botuporã, Ibiassucê, Igaporã, Lagoa Real e Tanque Novo; e cria uma pequena rede de centralidade e funcionalidade em seu território.

O IBGE (2010) classificou como cidades pequenas aquelas que contêm até 50 mil habitantes; as médias variam de 100.001 a 500.000 habitantes; e aquelas que representam mais 500.000 habitantes são consideradas grandes cidades. Para Ferreira (2008, p. 5), “[...] a qualificação ou não de cidades, deva ir além do número de habitantes e, que esse critério não deve engessar as discussões e análises [...]”. Esse critério é somente uma variante, pois as relações presentes no lugar é quem deve definir as lógicas do urbano ou rural.

Mapa 2 – Rede de Influência Urbana de Caetité, 2007.



Para Santos (2017), não há sentido conceituar as cidades pequenas somente pela questão demográfica. Qual é a realidade implícita nos dados estatísticos? E as cidades que não se enquadram nesses limites? Como estabelecer critérios para classifica-las? O marco numérico é sempre artificial e disfuncional, pois poderia desfocar uma realidade e expor outras perante as exigências internacionais, o que poderia criar uma imagem “melhor” do país frente as nações desenvolvidas. É imprescindível associar os aspectos qualitativos para entender suas funções e seus papéis no contexto da rede urbana.

Ao analisar apenas os aspectos quantitativos das cidades pequenas, no entendimento de Santos (2008), perde-se de vista importantes aspectos morfológicos próprios de cada cidade, enquanto que a generalização de um dado mínimo incorre em erro grave, pois as cidades são funcionalmente diferentes, possuidoras de conteúdos que mudam constantemente, não raro, instantaneamente, o que dificulta a compreensão de suas complexas relações. É necessário defini-la a partir dos serviços, bens de consumo oferecidos no setor terciário para atrair consumidores e os sujeitos que as consomem.

Na atualidade, é desafiador estabelecer um parâmetro para a definição das pequenas cidades, posto que existem tantas divergências de análises entre os estudos já apresentados. Mas existe diferença entre cidade pequena e cidade local? Na concepção de Santos (1982), nem todas cidades locais podem ser consideradas verdadeiras cidades, porque nem sempre suprem as carências mínimas de sua população, a qual recorre aos centros de maior porte para terem acesso a serviços e equipamentos urbanos mais diversificados e especializados, pois apresentam menor nível de complexidade funcional.

Os estudos geográficos para as cidades são importantes para a construção e execução de projetos e planejamentos que podem nortear as atuações dos vetores de crescimento de sua expansão urbana. Estudá-la é imprescindível para entender como se dá a configuração dos recortes espaciais, objeto de estudo da ciência geográfica.

A própria investigação torna-se mais complexa assim como discerni-las. O estudo sobre cidades pequenas não é tão atraente, visto à exibição da complexa teia de explicações dos fenômenos ora visíveis ora invisíveis, que as representam. Essas dificuldades se fazem pela explicativa de que “[...] um grande número de cidades, que pouco apresenta de inovações e mesmo de capacidade

de suprir a população do próprio município com a oferta de serviços e produtos necessários estariam mais próximos da categoria “povoado” do que cidade [...]. (MAIA, 2005, p. 10).

O tema é uma riqueza teórica para a Geografia Urbana brasileira, posto que as cidades pequenas se apresentam na diversidade do seu quadro urbano, que é disforme, e por isso não devem ser analisadas apenas pelo número de habitantes, mas também através de sua organização socioespacial no contexto histórico dialético da reprodução capitalista que, aprofunda substancialmente, as contradições no país.

De acordo com Endlich (2007), o campo de estudos das cidades pequenas começou a ganhar mais notoriedade a partir do século XXI, pois os debates analíticos das cidades de grande e médio portes se tornaram quase que generalizados e não mostravam maiores particularidades em suas dinâmicas, o que difere em muito daquelas impressas nas diversas cidades de pequeno porte do país.

Ao destacar alguns autores como Santos (1982), Corrêa (2011), Soares (2003), Maia (2005), Geiger (1963), Damiani (2006), Bacelar (2003), Endlich (2007) e Santos (2017), que investigaram e contribuíram com pesquisas que diagnosticaram o desenvolvimento das pequenas cidades, cabe salientar que, ainda assim, há contínua escassez de informações científicas-geográficas nesse campo de trabalho. É imprescindível compreender que esse tema é muito relevante, pois a dinâmica espacial dessas cidades e suas funções tem papéis preponderantes na hierarquia da rede urbana brasileira, além de se constituírem como demarcações para o desenvolvimento do país.

Endlich (2007) corrobora ao afirmar que a falta de consenso na definição de pequenas cidades deve ser uma preocupação para os estudos geográficos, pois abrigam parcelas significativas da população em espaços cuja representatividade para a rede urbana se torna imprescindível. Toda sua dinâmica, articulação e desenvolvimento inclui uma estratégia significativa para a reprodução do capital. Esse estudo é inesgotável e amplia a análise científica dos diferentes modos da reprodução humana.

Para Santos (2017), compreender a cidade pequena ou mesmo conceituá-la é possível quando no campo das pesquisas adota-se uma base epistemológica ou pressupostos baseados na dialética da elaboração intelectual da percepção

que o pesquisador tem da realidade circundante, não apenas no transparecer dos números que podem indicar o que não é uma cidade pequena.

Ao refletir sobre a realidade do Brasil e os critérios adotados para identificar uma cidade, que legalmente é a sede do município⁷, verifica-se que a maioria delas não presta serviços a caráter. A classificação de cidades locais não absorve as novas perspectivas de análises para os estudos atuais, pois quando se fala em cidades locais pondera-se que algumas aglomerações dentro dessas análises seriam, ao ver de Santos (1982), “pseudocidades”, adjetivadas erroneamente de “rurais”, visto que rural e urbano se interpenetram. Ao argumentar que essas cidades estão completamente ligadas à prestação de serviços de atividades primárias e não-primárias, interdependentes das cidades intermediárias ou de grande porte.

Desde o Brasil imperial as vilas são consideradas como sedes dos municípios. No caso de Caetité, foi elevada à categoria de cidade em 12 de outubro de 1817, quando continha um fraco aspecto urbano e apresentava apenas duas ruas calçadas com pedras: A rua 15 de Novembro que passou a se chamar Rua Barão e a rua dos correios e telégrafos.

De acordo com Santos (2017), com base no decreto da Lei Nº 311 de 1938, toda sede municipal passou a condição de cidade. Assim, um centro urbano, por si só, não pode ser considerado como cidade, pois a sua conceituação perpassa pela ideia de que suas características exprimem as marcas estruturais produzidas pela cultura de uma sociedade que produz sua funcionalidade no âmbito econômico.

Ao classificar cidades pequenas os pesquisadores encontram uma diversidade de conceitos que, na maioria das vezes, as identificam dentro de uma generalidade superficial. No pensamento de Santos (1982), as cidades se apresentam dentro de suas funcionalidades, outros indicam que o aspecto demográfico as diferencia, mas em algumas análises é o desenvolvimento industrial e das comunicações que as discriminam, numa espécie de determinismo tecnológico.

A cidade pequena, no dizer de Corrêa (2011, p. 5-12), “[...] se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa

⁵ Art. 3º A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome. (BRASIL, 1938).

dedicada sobretudo às atividades agrárias. [...]”. Assim, incorpora distritos ou mesmo cidades ainda menores, são essenciais às redes, não possuem exclusivismo para gerar tipos regionais, mas também podem se tornar ilhas econômicas com antítipos regionais, a depender de sua especificidade no quadro econômico. Possui multifacetadas e originam-se na nova divisão internacional do trabalho, consoante as colônias clássicas, que produziram, comercializavam produtos primários, adquiriam produtos manufaturados e posteriormente industrializados.

Os centros locais, dentre outras características, nos processos de urbanização e industrialização brasileira, assumiram profunda relação econômica com o campo, o que revela uma complementariedade entre esses espaços, que possuem visíveis diferenças, mas não podem ser desvinculados ou subsistir um sem a presença do outro, posto que os comerciantes locais equipam o campo com os produtos industrializados, como insumos agrícolas, ferramentas e máquinas de alta tecnologia, transportes etc., e ao mesmo tempo que abastecem a cidade com produtos oriundos do campo. Ao apoiar-se as reflexões de Souza (2013), infere-se que alguns fazendeiros, comerciantes e profissionais liberais são a composição da elite da cidade pequena, que possuem grande influência política e social e influenciam significativamente na funcionalidade da rede urbana.

A conceituação está impregnada de encaminhamentos distintos, controversos e por isso, acredita que “[...] a pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico [...]” (CORRÊA, 2011, p. 5-12). O autor investigou esse espaço no contexto dos anos pós 1970-1975, uma realidade em que apresenta pontos de intercessão a dinâmica de sua formação atual. Distingue-se então esses centros em sua complexidade e no ofício que desempenham enquanto um ponto importante na economia política da rede de cidades.

O autor acima referenciado aponta que para entender a cidade pequena é necessário antes atentar para sua origem ou criação, sua localização e os agentes econômicos e sociais que interferiram no momento histórico de sua configuração, uma vez que, no passado, esse recorte espacial tinha funções de pousio de tropas e animais, que viajavam rumo as minhas de ouro do interior do Brasil. Isso possibilitou que a cidade se tornasse resultante de múltiplos processos formativos. Para esse autor, a cidade pequena é considerada como um

exíguo nó de uma vasta rede urbana em que as relações urbano-rural foram alteradas consubstancialmente com a industrialização.

As mudanças oriundas da dispersão industrial afetaram bruscamente a urbanização nas cidades pequenas e isso foi diagnosticado por de Corrêa (2011), que chamou a atenção para o fenômeno da emigração da maior parte da população rural, sobretudo para a periferia pobre, que passou a concentrar quantitativos de pessoal com baixo nível de escolaridade e desempregada, mas também ao contrário nas periferias de alto poder aquisitivo.

Para Sposito (1999), a pequena cidade não se tornou apenas um agregado de todos os capitais e formas de trabalho, mas também parte espacial das grandes atividades industrial planetária, que inclui tecnologia, o organizacional, o financeiro, o previdenciário e o fiscal. O seu espaço urbano é o resultante de injunções políticas e financeiras e que, conseqüentemente, se expande conforme a “vontade” política das famílias tradicionais que compõem a classe burguesa local dominante.

A inserção dos elementos tecnológicos mudou o conteúdo das cidades e do campo, quando esses espaços recebem financeiras internacionais ou mesmo indústrias agrícolas não urbanas, que mudam a estrutura das cidades locais e as transmutam em centros locais, que passam a ser economicamente viáveis ao capital. A modernização é aplicada muitas vezes para atender a produção agropecuária. Existe também um grande número de cidades pequenas com baixa capacidade de suprir com serviços e produtos a própria população. Então, Santos (2017) indaga: como é possível caracterizar esses diversos espaços e como entendê-los?

A vida cotidiana dos habitantes das cidades pequenas não está condicionada apenas pelo que se produz internamente, mas pelo que se produz externamente. O campo ainda está implicitamente imbricado na cidade a partir dos dados econômicos, mas também nos costumes, hábitos e na própria diversidade de trabalhadores residentes no local. Certos produtos consumidos, como os objetos tecnológicos são introduzidos no território e absorvidos como novos elementos culturais que modificam o estilo de vida da população. De acordo com Maia (2005), o tecido urbano foi estendido sobre todos os espaços, mesmo aqueles que têm características de pequenos centros onde a realidade e o sentido urbano permanecem. A autora identifica as pequenas cidades como

semicolônias das metrópoles e megalópoles, que buscam intensificar seus mercados para escoamento da produção e da mobilidade do trabalho, que é endêmica e contrapõem o ideal da globalidade, ora por se constituir como tempo lento, ora veloz.

A globalização possibilitou a instantaneidade na comunicação, que interligou e modernizou, através dos objetos técnicos, os múltiplos espaços citadinos. Os relacionamentos mudaram e a rede não mais possui uma hierarquia tradicional, o que infere em um planejamento estratégico para sua composição e dessa forma, as cidades das mais diversas escalas e contingente populacional são absorvidas nessa nova hierarquia.

Para Damiani (2006), não há processo modernizador abrangente a todos os recortes espaciais, e as cidades pequenas são o reflexo diminuto disso. Isso configura também as diferenças sociais e econômicas, pois a divisão social e territorial do trabalho pressupõe diferenças temporais e espaciais comparadas as formas de produção pré-capitalistas. Esses recortes espaciais realizam dinâmicas específicas, o que se constitui no diferencial dos modelos padrões das cidades grandes e médias.

As contradições impostas pela lógica do capital desenvolvem a perversa inserção de algumas cidades pequenas onde se fecham os ciclos dos negócios. A financeirização para a modernização e conseqüentemente acúmulo de riquezas é volúvel e a estrutura urbana com hierarquias estáveis tornam-se inexistentes. No processo de inserção econômica, há produção e reprodução das áreas periféricas com características diversas, consoante afirmações de Maia (2005).

Algumas cidades pequenas também ganharam status na economia, porque se transformaram em centros dinâmicos, cuja divisão territorial e social do trabalho deu-lhe novas feições e funcionalidades em escala internacional, o que as distanciaram do isolamento ao serem “incluídas” nas relações da rede. Essa construção social coletiva não apresenta adensamento industrial, cujo funcionamento é influenciado pelos conjuntos macroeconômicos reestruturados pela mundialização da economia que as atravessa, multiplica nesses espaços diferentes periferias e centralidades cuja função é a produção de novos processos econômicos, políticos e culturais consoante (DAMIANI, 2009).

Ao perceber a importância econômica, bem como a sua produção cultural dentro da diversidade das expressões sociais, surgiram várias incógnitas em

torno dessa dialética: como é possível tanto antagonismo morfológico, estrutural e político no contexto da fase mais atual da globalização, nos quais os pequenos centros locais, ao mesmo tempo, servem aos atores hegemônicos e aos modos de vida do novo urbano? Como categorizá-los, quando absorvem parte da cultura global e mantêm relativamente alguns pontos da tradição local, o que difere os processos em seu espaço, ora avessos às imposições do capital para sua circulação, ora submissos para produção de seu espaço?

Diante de tantas indagações é ainda pertinente ressaltar que o aumento paulatino do número de estudos sobre os pequenos municípios baianos é notório, todavia demanda um trabalho excessivo e exaustivo para arregimentar e sistematizar as informações. Na interpelação de Santos (2017), existem carências a serem supridas no tocante as pesquisas metodológicas e reflexões substanciadas para essas escalas.

Os estudos teóricos metodológicos geográficos mais difundidos, que distinguem o papel das cidades na rede urbana, são geralmente embasados na Teoria das Localidades Centrais, proposta por Christaller (1966), o que dar a entender que outras especificidades teóricas são inexistentes diante das novas morfologias e conteúdos impressos nos mais diversos recortes espaciais, sobretudo nos pequenos municípios. Isso se deve em virtude das inovadas relações oriundas das evoluções técnicas, que, para Santos (2008), impõem modernos arranjos às (re)configuração espacial e faz notar que as novas conjunturas e complexidades do meio técnico-científico-informacional estabeleceram outros focos à produção dessas cidades.

A reestruturação produtiva, nas interpelações de Endlich (2006), transferiu empresas para algumas pequenas cidades, que se tornaram centros locais com novas espacialidades econômicas vantajosas, ditadas pelo desenvolvimento industrial difuso e disperso, que torna o espaço múltiplo e contraditório, porque não mais se caracterizam na lógica de uma única forma de industrialização dominante, o que torna o papel das cidades mais complexo, contudo significativo para a nova hierarquia da rede urbana do Brasil.

De acordo com as ideias sobrepostas, os pesquisadores procuram então desvendar as incógnitas da reprodução capitalista mundial, ao analisar as mudanças locais, uma vez que as cidades pequenas se tornaram os centros locais viáveis a exploração das forças produtivas. Por outro lado, os desafios

econômicos fizeram surgir novas formas de exploração para driblar os impasses econômicos.

Para Roma (2008), conceituar não corresponde apenas a classificação das cidades com base na hierarquia, todavia é compreender as funções urbanas que determinado local executa. Daí a autora numa tentativa de distinguir as cidades locais e regionais, chama a atenção para a importância de diferenciar o que seria de fato a cidade pequena. Não é fácil chegar à concepção do que de fato é a cidade pequena, pois apresenta-se como uma localidade com requisitos de cidade e pseudocidade, que é o centro local que ocupa a quarta ordem na escala de classificação da rede urbana do território brasileiro.

A divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas se deu, de acordo com Corrêa e Lima (1977), em decorrência dos diferentes desempenhos e formas de atuação dos centros. Por exemplo, os centros locais são compostos de cidades interligadas e subordinadas aos centros sub-regionais, ou diretamente congruentes aos centros regionais ou às metrópoles. Os centros locais possuem funções urbanas, todavia, mais simples, que atendem apenas a demanda das áreas rurais e agrícolas. É notável a sua dependência em relação a outras localidades, por não dispor de serviços e equipamentos especializados ou mesmo funções urbanas mais elevadas.

A cidade pequena apresenta um nível funcional mínimo que está acima dos centros locais, com população entre 2.000 e 20.000, e inferior as cidades com níveis funcionais mais complexos. Conforme Roma (2008), é mais simples entender as cidades pequenas ao identificar o que elas não se constituem e diferenciá-las ao observar as características das cidades locais, médias ou intermediárias, grandes e metrópoles.

A cidade pequena pode ser qualificada pela morfologia urbana: quando se considera o seu tamanho e/ou desenho geométrico a partir das medidas de sua expansão e extensão física composta ao longo do tempo; os equipamentos que oferece para atender a necessidade da sociedade; quantitativo de cidades que polariza na rede; sua finalidade. Refuta-se conceituá-la somente pelo contingente populacional ou o número de habitantes, como propõe as demais reflexões teóricas.

Para Maia (2005), esses estudos apontam para uma espécie de hierarquia urbana fixa, que atualmente não é estática dentro das redes. Portanto, não devem

ser analisadas somente por um dado estatístico, pois há discrepâncias entre os espaços em virtude de sua origem, tamanho, novos conteúdos, morfologias urbanas e funções na rede.

A partir do ano 2003, várias mudanças no país se refletiam nas pequenas cidades, que incrementaram, dentre outros setores, a indústria e arrecadação de impostos. Essas alterações reduziram a produtividade agropecuária, que foi intensificada nas pequenas e médias propriedades, mas também, ao mesmo tempo, reforçaram em outras instâncias as relações campo-cidade, na compreensão de Souza (2015).

A instalação de novas empresas, indústrias nacionais e multinacionais, no ano de 2010, diversificou as atividades econômicas em Caetité, posto que a mineração, geração de energia eólica e solar, ainda que concentradas no campo, novamente tornaram o fenômeno da urbanização mais complexo. Por um lado, a cidade alcançou um papel de destaque em relação aos demais municípios baianos, ao compor também no espaço urbano atividades que apontavam para a formação de um núcleo comercial que oferece serviços e equipamentos para sua hinterlândia, o que a classifica pela sua dinâmica peculiar como cidade de pequeno porte, polarizadora na hierarquia de redes da Bahia, como certifica o Regic (IBGE, 2008).

O PIB municipal no ano de 1949, apresentado na tabela 3, incluía maior soma de riqueza no setor primário, que apresentava 81,07% do total da produção municipal. Em 1999, o setor terciário alavancou pela primeira vez e permanece como principal atividade econômica devido a queda brusca no valor agregado do setor primário, que ainda assim destaca-se na produção e na soma das riquezas. Em 2002, o setor industrial ganhou maior expressividade, mas não superou as atividades comerciais e de serviços que avolumam a renda e concentram capitais.

Entre 2002-2009 o setor secundário chegou ao apogeu quando da inserção de empresas nacionais e capitais estrangeiros, o que tornou Caetité polo de atração de migrantes de todo país. Conseqüentemente, agentes imobiliários reforçam a transformação da terra urbana em mercadoria para acúmulo de capital, o que relembra as reflexões de Carlos (2015), quando afirma que os usos e consumos do espaço, no contexto da cidade como produto comercial, impulsionaram a expansão urbana desigual, estabeleceram contraditoriamente a pobreza, mas também concentraram as riquezas para as famílias tradicionais.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto (PIB), por setores (%), Caetité - Bahia, 1949 - 2015.

Setores	Primário	Secundário	Terciário	Impostos
1949	81,07	0,76	18,18	-
1959	56,06	1,42	42,52	-
1970	50,41	6,13	43,46	-
1980	47,71	15,20	37,08	-
1999	13,67	10,95	75,37	-
2002	14,40	17,64	62,14	5,82
2009	5,66	21,44	67,37	5,53
2015	3,15	32,25	55,82	8,78

Fonte: IBGE (1949, 1959, 1970, 1980, 1999, 2002, 2009, 2015).

As informações sobre a economia local apresentadas pelo IBGE (2015) indicam queda brusca no setor primário, o que difere daquelas da ocupação, em que uma quantidade considerável da mão de obra municipal realiza as atividades primárias. Percebe-se que os dados do PIB e de ocupação apresentados pelo IBGE não se harmonizam e por isso é preciso considerar outras referências, ou seja, definir a dinâmica de um município apenas pelo valor agregado torna impossível compreender a discussão da totalidade econômica de um território.

Diante do exposto, é possível afirmar que a produção agropecuária é uma atividade econômica importante para Caetité e representa uma complementação à tabela 3, a qual mostra que no ano de 2015 a produção do setor primário foi de apenas 3,15%. Por conseguinte, as atividades terciárias despontam com o percentual de maior valor, 55,82%, e dinamizam o grupo de pequenos comércios e distribuidoras de produtos diversos que, além de escoar mercadorias de consumo, fornecem equipamentos e serviço.

No falso ideário do progresso, houve inclusão de uma pequena parcela da mão de obra local e marginalização da maioria não especializada, que ficou impossibilitada de assumir funções nessas indústrias ou empresas, o que incorreu em impacto no desenvolvimento social da maioria da população natalícia. Outros investimentos foram implementados no território pelo governo federal, a exemplo da ferrovia de integração Oeste Leste-FIOL, principal obra de infraestrutura da Bahia que abarca o trecho Caetité-Ilhéus, inconclusa e também com sérios problemas pela desapropriação de famílias rurais.

Ao analisar a tabela 3, verifica-se que foi inserido no ano de 2002-2015 mais um setor de arrecadação monetária, os impostos, em que, por um lado, as

grandes corporações financeiras passaram a explorar o território e, conseqüentemente, geraram esse acréscimo pelo uso da terra, o que elevou significativamente a soma de suas riquezas; e por outro, as loteadoras e empresas imobiliárias aqueceram a construção civil, ao criar os novos loteamentos que gerou novos impostos pelo uso e consumo dos lotes.

A população caetiteense ocupava-se, entre os anos de 1970-1980, das atividades agropecuárias, enquanto que somente a partir de 1991 o comércio e serviços englobaram a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA). No entanto, a partir de 2010 o setor primário desacelerou para mais uma vez dar margem ao terciário atingir seu ápice, ao apresentar o maior percentual da população ocupada. Ainda assim, a ocupação no setor primário, notadamente, quase que equiparou-se ao setor terciário, ainda que esse último se tornou responsável por agrupar maior número de trabalhadores. Observa-se que a tabela 4 reúne algumas informações importantes sobre uma considerável parcela da população que está, entretantes, ocupada no setor primário.

Tabela 4 - População Ocupada por década e em percentual, Caetité - Bahia, 1970-2010.

Períodos	Primário	Indústria	Construção Civil	Terciário
1970	73,78	6,20	-	20,02
1980	66,52	8,02	2,80	22,66
1991	23,95	15,05	10,61	50,40
2000	42,97	13,58	7,37	36,09
2010	39,03	12,88	6,27	41,81

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

A dinâmica econômica ocupa maior parte da população da zona rural, no comércio e serviços na cidade, em que o trabalhador ainda reside no campo, mas trabalha na cidade.

A industrialização incipiente de Caetité arregimentou novas conjunturas políticas, econômicas, ideológicas e sociais ao absorver as novas relações capitalistas de produção do espaço. O comércio e os serviços são, atualmente, os motores econômicos do município, que abarcam 41,81% da ocupação da população, que nem sempre reside na cidade, e 55,82% do PIB. Nessa lógica, na interpretação de Santos (2016), supera-se a urbanização pretérita e são

absorvidos outros elementos que condicionaram as mudanças em que novas lógicas sobrepujam sobre as iniciais que, no contexto, evidenciaram o papel que a cidade de Caetité assume como importante centro econômico dinâmico, ainda que apresente características de cidade de pequeno porte.

A urbanização intensificou-se na fase atual do capitalismo, pois a globalização criou áreas de atração nas cidades e repulsão do campo. A população rural migra para a cidade, teoricamente, em busca de melhores condições de vida, o que acelerou a concentração do maior contingente populacional e expandiu o espaço urbano em Caetité. A concentração de mercadorias e pessoas foi muito desigual na sede municipal. Nesse período, as realidades urbana e industrial se contrapõem violentamente, o que reforça a ideia de Lefebvre (2001), que distinguiu a ação desses fenômenos no espaço em sua complexidade, posto que a industrialização não corporificou apenas empresas, mas também materializou a pobreza, o que torna o feito urbano algo dialético.

Todavia, os dados realçados na tabela 4 indicam que o pessoal ocupado entre os anos de 1970-2010 no setor primário excede a própria produção nesse mesmo setor, o que contrasta com aqueles espelhados na tabela 3 do PIB baseada nos cálculos do IBGE (1949-2015), em que reitera a diminuição na produção especialmente entre os anos de 2009 e 2015. Ou seja, o PIB por si não contempla a dinâmica de um município e, no caso de Caetité, não reflete a realidade dos arranjos e produções econômicas quando se compara esses dados.

Segundo análise dos dados do IBGE (2015), percebe-se que a partir do final do século XIX e início do século XX o município de Caetité recebeu importante destaque na conjuntura econômica baiana e incorporou nos setores agrícolas, os equipamentos tecnológicos. Isso fortalece o fornecimento de uma variedade de serviços e transportes, o que diversifica a economia e atrai maior contingente de trabalhadores das diversas regiões do Brasil, os quais fixaram moradias e se dispersaram pelas bordas das cidades, de forma desigual, o que deu origem aos novos bairros e a formação de suas áreas periféricas.

O evidente crescimento do comércio exterior, a política nacional voltada para o sistema de crédito rural e as alterações na base técnica de produção proporcionaram uma ampla absorção de capitais, o que resultou no processo de modernização do setor agrário. Para Santos (2016), em relação aos setores industriais e terciários, convém dizer que somente a partir do ano 2000 houve a

súbita elevação da população urbana em detrimento à rural, que foi paulatinamente transformada em urbana-industrial-comercial, o que aponta para o conjunto de transformações da própria sociedade nos usos e configuração do espaço como convêm na dinâmica de acumulação de capital, bem como suas estruturas culturais e políticas impostas pelas famílias burguesas tradicionais.

A face pretérita da urbanização de Caetité revela-se pelos seguintes fatores: o desejo dos sertanistas em explorar o território e acumular riquezas para a capitania de São Vicente, a lógica do desbravamento interiorano do sertão baiano e a exploração que também visava efetivar as terras brasileiras como áreas de controle permanente da metrópole portuguesa. Esses desdobramentos ainda estão arraigados na atual conjuntura econômica, quando a industrialização introduziu novas relações sociais, de trabalho e produção, que originaram o setor terciário, principal motor da economia, seguido do primário. Juntos, absorveram a maioria do pessoal ocupado em suas atividades, o que modificou a dinâmica intraurbana e deu origem as novas morfologias e conteúdos espaciais, aspectos a serem tratados nos próximos capítulos.

3. NOVOS CONTEÚDOS ESPACIAIS DAS CIDADES PEQUENAS E A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS RICAS E POBRES EM CAETITÉ.

A palavra morfologia vem do grego *morphe* e *logos*, portanto sua etimologia a define, de acordo com Ferreira (2010), como forma e estudo respectivamente, ou seja, o “estudo das formas”. No campo multidisciplinar, a morfologia apresenta diversos conceitos, a exemplo: no enfoque de Aragão (2006), a Geografia Urbana enfatiza as frações espaciais que descortinam todo arcabouço da paisagem, condição essencial para o estudo do meio urbano; no contexto linguístico sua definição permeia os processos da classificação, origem e flexão das palavras; a Botânica, por sua vez, analisa os aspectos físicos da composição vegetal; para a Geologia, assim como a Geografia, é a geomorfologia, enfim, o estudo da origem e evolução da superfície, formação e as transformações do relevo terrestre. Essas últimas definições não serão aprofundadas nesta pesquisa, posto que busca-se analisar o estudo da morfologia como conceito na Geografia Urbana, em que as definições estejam vinculadas aos debates teóricos propostos, dentre outros, por Sposito (2004), Oliveira (2014), Miyazaki (2013), Aragão (2006) e Nascimento (2013), cuja finalidade é chegar as explicações das complexidades de todo processo de construção, formatação e transformações decorrentes da dinâmica, que contribui para a reformulação do pensar sobre o espaço urbano.

Por conseguinte, quando adjetivada do verbete “urbana”, indica múltiplas acepções, que a qualifica, dentre outros aspectos: como uma área do conhecimento, que, na interpretação de teóricos como Mendes e Cabrita (2012), Oliveira (2004), Rosaneli (2009), é identificável por um objeto de estudo que investiga sistematicamente as formas pela sua função, com a finalidade de elucidar os eventos urbanos que contribuem na estruturação do formato das cidades. Pode ser análoga ainda a um método dialético, analítico, dedutivo e sistêmico, que define um procedimento de estudos; por fim, entre outros, na ótica de Miyazaki (2013), Fernandes (2010), Sposito (2004), Meneses (1996), Aragão (2006), e Nascimento (2013), é o conceito que se traduz como viés fundamental à discussão teórica-metodológica, que subsidia a compreensão das novas morfologias das periferias urbanas, no contexto dos vários recortes e (re)arranjos espaciais das cidades ao longo do tempo, cujas concepções contribuem para o embasamento teórico desta temática, que remete ao leitor à compreensão da

lógica capitalista na expansão do tecido urbano.

A morfologia urbana é, para Rego e Meneguetti (2011), um método dialético capaz de desvendar a relação sociedade e natureza na construção da teia urbana, em que a cultura local, juntamente com os vetores de crescimento, influenciam no formato da cidade. O estudo das formas urbanas, impressas por processos construídos socialmente, sejam econômicos ou políticos, espelham em suas dinâmicas singularidades que levam à compreensão das características físicas e espaciais de toda a estrutura urbana. É notável que as abordagens metodológicas elevam diferentes lógicas internas para cada espaço formatado, como, por exemplo, as cidades, que, por sua vez, organizam-se em diferentes tempos, não aleatoriamente, pois seguem leis identificáveis pela morfologia urbana. Os estudos morfológicos analisam a gênese e as transformações ocorridas nos diversos espaços ao longo do tempo. Para os pesquisadores, a morfologia urbana permite entender e estudar a cidade por intermédio de seu talhe físico urbano.

Na visão de Oliveira (2014), é uma área do conhecimento, cujo objeto de estudo identifica o tecido urbano como “organismo vivo”, que reúne os seguintes elementos em seu conjunto arquitetônico: ruas, quadras, lotes, praças, monumentos, parques, fachadas e etc., de usos públicos ou privados, em que há constantes transformações no decorrer do tempo. É notável que as abordagens metodológicas indicam diferentes lógicas internas para cada espaço formatado. Para o autor supracitado, os estudos da morfologia urbana contribuem com o embasamento teórico que facilitam o desenvolvimento de um conceito que explique o espaço consolidado. Os estudos científicos para sua estruturação teórica possuem duas vertentes que ora remete ao debate das formas urbanas e ora prescreve o planejamento para construções futuras. Em suma, pode remeter à compreensão da formação da cidade e de sua forma geométrica.

Aragão (2006) traça uma discussão consistente ao distinguir a morfologia urbana como um conjunto que ao agrupar equipamentos históricos, econômicos e sociais, sob a ótica urbanística, reúne relações sociais e usos de equipamentos materializados no espaço, que lhe confere delimitação geométrica peculiar, uma espécie de desenho que se forma num arcabouço que muito se assemelha a um corpo funcional, devido a interligação entre uma ordem sistêmica dos usos dos objetos para a viabilização do capital na lógica da exploração da natureza. Por

outro lado, a difere das acepções tipológicas arquitetônico-urbanísticas em que considera a descrição de apenas um elemento que não representa o desenho interconexo com o todo. Essas diferenças conduzem para compreensão de que não é o desenho de um equipamento que exprime a morfologia, mas a representatividade e as funções que exerce dentro do conjunto de outros elementos que lhes conferem significado. Para a autora, é assim que esse conceito se forma para a Geografia Urbana.

De acordo com Rosaneli (2009), as formas urbanas no capitalismo comercial no século XV indicavam uma riqueza maior de detalhes artísticos do que em sua fase mais atual da globalização, visto que as transformações do espaço construído são a própria transmutação cultural e social, ainda que algumas etnias conservem memórias antigas de suas produções através das morfologias materializadas no tempo-espaço. Para dissecar melhor o tema faz-se necessário reunir fatos para uma análise mais consistente. Em suas considerações, o autor argumenta que, na Europa, a partir do final do século XVIII em tempos remotos, os teóricos franceses, ingleses e italianos pesquisaram e formularam conceitos sobre o estudo da forma e da paisagem urbanas. O tecido urbano representa homogeneidades morfológicas. A paisagem urbana é a memória do desenvolvimento físico da cidade porque retrata todas as suas características impressas nos elementos que as compõem.

A leitura italiana é baseada nos tipos históricos para a caracterização dos tecidos urbanos, enquanto que os franceses as distinguiram respaldados nas reflexões histórico-geográficas, não distante da ciência italiana. O objetivo dessas escolas era questionar os conjuntos arquitetônicos modernos que transparecem os modos de vidas das populações. Para o autor supracitado, os ingleses fundamentaram suas discussões teóricas especificamente nas contribuições de Conzen (1907-2000), geógrafo e planejador alemão que se dedicou as pesquisas sistêmicas da forma urbana, principalmente no período do exílio para a Inglaterra. Nessas escolas recorreram-se as concepções mais descritiva, analítica e explanatória, que revelavam um método mais detalhado de leituras históricas, que consolida o reconhecimento do desenho, ou seja, do estudo detalhado do tecido físico, e induz a morfologia urbana como método funcional que analisa as transformações de uma sociedade urbana no tempo e no espaço.

As ciências da forma, formação e transformação dos seres orgânicos são termos que faziam inferências quanto a morfologia. Ao adentrar o século XIX, a discussão urbana incorporou os mapas topográficos como fontes históricas. Esse feito se tornou imprescindível para a interpretação histórica das cidades, analisada sob a ótica da fisionomia da paisagem. De acordo com Rosaneli (2009), o pioneirismo alcançado pelo historiador Fritz, em relação aos demais autores europeus para os estudos da morfologia urbana, permitiu o repensar sobre seu discurso teórico-metodológico. Esse campo de estudo foi, gradualmente, consolidado a partir da metade do século XX, quando pesquisadores se interessaram por uma abordagem teórico-metodológica-sistêmica que sustentasse com precisão o debate da estrutura espacial das cidades. De fato, vale lembrar que interpretar um fenômeno que é reconhecido por diversidades linguísticas não é simples, pois é entrave para uma construção dialógica mais disciplinar e decisiva.

3.1. MORFOLOGIA URBANA E ANÁLISE MULTIDISCIPLINAR DA GEOGRAFIA

A morfologia urbana é o conceito chave que explica as composições estruturais das cidades e as contextualiza aos debates teóricos do objeto de estudo da Geografia, ao partir dos pressupostos do geoprocessamento, associados às temáticas socioculturais, políticas e econômicas, que, para Miyazaki (2013), podem dirimir a dinâmica das transformações espaciais das cidades.

As explicações teórico-metodológicas, no pensamento do autor, dificultam as elucidações que podem contribuir para o desenrolar do tema, interdisciplinar, que não pode ser analisado somente com base em concepções, dentre outras ciências da Biologia, que limita a conceituação apenas à questão da forma em si, portanto, fora da reflexão dialética dos processos históricos, sociais, políticos e econômicos. Em suma, não pode ser estudada em função de uma única corrente de pensamento que sugere o nortear da discussão a um ponto de vista unilateral.

Nesta pesquisa, a morfologia urbana será trabalhada enquanto conceito que explica as complexidades impostas pelo capitalismo na materialização das formas e dos elementos básicos que organizam o espaço urbano, dentre os quais cita-se: os tipos de construções erguidas e o desenho que transforma o espaço

numa espécie de sistema de engenharia geométrica, composta aquém do plano diretor, uma vez que sua estruturação depende do papel que assume na reprodução do capital.

No pensamento de Nascimento (2013), dista do método de pesquisa e da ciência interdisciplinar porque esses descrevem as formas urbanas apenas pela fisionomia da paisagem, o que implica em análise superficial, distorcida, além de ofuscar a compreensão da realidade posta.

A visão geográfica do conteúdo da morfologia urbana limitou-se em um dado momento à análise descritiva das formas. Contudo, no entendimento de Miyazaki (2013), “[...] mesmo se restringindo apenas à descrição do visível num primeiro momento, mostrou ser necessário buscar compreender, posteriormente, as dinâmicas e processos que levaram à configuração da forma em questão [...]”. (MIYAZAKI, 2013, p. 30).

O espaço construído atualmente, no século XXI, é (re)ordenado pelos atores hegemônicos do capital, no contexto das temporalidades do modo de produção vigente, por isso é necessária uma análise minuciosa, que impulse a compreensão das novas dinâmicas socioeconômicas que modificam a arquitetura paisagística resultantes das relações sociedade-natureza.

A morfologia urbana deve ser oposta ao sentido estrito de forma, pois “urbana” é, para o autor, a qualidade que associa a intrínseca ligação à sistêmica urbanização, que revela elementos internos e externos correlatos, que remetem a organização social nas cidades em decorrência de sua configuração espacial.

Para Sposito (2004), quando se considera a definição de morfologia apenas no sentido etimológico da palavra há possibilidade de eliminar análises sólidas, no tocante ao estudo das cidades e do urbano, visto que sua caracterização está para além da mera percepção das formas. É primordial apoiar-se em sua tipologia, o que implica em várias acepções para dos estudos morfológicos urbanísticos.

O reconhecimento superficial dos aglomerados físicos em sua extensão ou volume não é o único ponto de análise para a compreensão da morfologia. É bom lembrar que a maioria dos geógrafos que dirimem conclusões ideológicas imponderadas ao ideário da descrição e das formas neutraliza as explicações plausíveis da realidade.

A presente pesquisa remete o leitor para a reflexão das seguintes ponderações: o que desvela o espaço circunscrito, isto é, a silhueta dos objetos como figura? Quais aspectos vão para além da forma? Assim como os dados estatísticos quantitativos do IBGE (2017) não conseguem por si só classificar as cidades em pequeno, médio ou grande portes, tão pouco pode-se limitar o conceito de morfologia urbana ao significado estrito de forma.

No entendimento de Sposito (2001, 2004), a morfologia urbana é a forma espacial que a cidade assume e que possibilita a leitura da realidade urbana pelos processos históricos que a urbaniza. Em seu conceito é a abordagem ideal para o escrutínio e compreensão da origem, desenvolvimento e transformações do espaço das cidades pequenas.

A cidade pequena é uma aglomeração densa e complexa que agrupa áreas de zoneamento residenciais e comerciais cuja produção territorial, econômica-especulativa, política, cultural, incorpora historicamente, formas, funções e significados, “[...] não importando sua dimensão ou característica, é um produto social que se insere no âmbito da ‘relação do homem com o meio’ [...]”. (LECIONE, 2008, p. 115). Pode ser identificada como um artefato que remete a representação e ao visual, compostos por práticas sociais heterogêneas construídas com base no conhecimento, na ideologia e nos valores que a integram no território e a estabelece como paisagem regional.

O tecido urbano é uma importante representação do seu reconhecimento, que não reflete apenas uma mera morfologia abstrata, mas expressa “[...] uma construção discursiva, que depende das formas históricas de percepção e leitura, das linguagens e técnicas disponíveis, dos conceitos e valores vigentes. [...]”. (MENESES, 1996, p. 152). Os seus conteúdos políticos e sociais revelam os significados de sua forma ao longo do tempo.

A imagem da cidade ilustra três aspectos importantes do tecido urbano: promove a orientação, por meio do reconhecimento dos locais; do tempo, ao apresentar características históricas que podem influenciar nas decisões; e valor estético, que representa em sua constituição elementos que definem, a exemplo das franjas de status sociais. Sposito (2004, p. 293) elucida que “[...] é necessário considerar a gênese e evolução, nunca linear, dos processos de produção do espaço e, por meio dessa análise avaliar como se estabelecem as mudanças de conteúdo econômico, social e político do espaço [...]”

Os cinturões urbanos periféricos solidificam os processos de expansão das cidades, que compõem suas zonas mistas e do solo, com certo grau de crescimento espontâneo uniforme e ao mesmo tempo disforme, dentro das variáveis do setor privado e principalmente dos investimentos públicos, que favorecem a infraestrutura.

As condições sobrepostas são explicadas quando os estudos de suas morfologias “[...] apresentam inserção considerável ao facilitarem não só o entendimento da forma característica de um bairro, uma cidade, uma paisagem, mas também a análise da sua gênese e das transformações [...]”. (REGO, MANGUETTI, 2011, p. 124).

As transformações no espaço das cidades ocorrem para além do planejamento urbano, o que permite entender que sua construção é um imbricado histórico-geográfico que produz os conteúdos fundamentais, a saber: ruas traçadas, com ou sem o planejamento. “[...] Outra indicação importante versa sobre a agregação desses elementos em um plano urbanístico, recaindo em dois tipos de composições possíveis: ou se concebe o plano como uma agregação de quadras ou se estrutura-o pelo sistema de circulação [...]” (ROSANELI, 2009, p. 10).

As porções de lotes ou terrenos individuais e seus agrupamentos em quarteirões e edifícios agregados em conjuntos habitacionais construídos são configurados na lógica da dinâmica de mercado para a viabilização do capital, o que incorre em desconsideração do plano diretor. Essa passa a ser uma representação irreal do espaço da cidade.

Diante do exposto, indaga-se: as composições desse plano são uma mera agregação de quadras, baseadas no parcelamento de lotes estruturados para a viabilização dos sistemas de circulação do capital privado ou são reflexos culturais, a-políticos e sociais que se materializam no espaço ao longo do tempo?

Há deficiências de análises geográficas nesses planos urbanísticos, o que significa um lastro para o desenrolar de debates sistematizados. O autor ressalva que a própria preempção do plano diretor pode se tornar sujeito às anomalias diretoras do capital, que modifica a cidade de acordo com a mobilidade da classe de maior poder aquisitivo que se dispersa no território com fins de expor seu potencial de consumo e elevar seu status socioeconômico.

Para Meneses (1996), fazer leituras históricas-geográficas são primordiais

para se entender as proporções, o eixo físico e o feitiço de quadras, que fazem da cidade um artefato complexo organizado à imagem da reprodução do capital. O autor lança inquietações quando infere que a morfologia urbana ainda não está totalmente incluída como conceito para a ciência geográfica e por isso reitera-se que as fontes que fundamentam os debates urbanos atuais reduzem suas análises e concepções às cidades grandes e médias, e desconsideram que seus critérios de análises não se aplicam à realidade das cidades pequenas ou centros locais, o que incorre em prejuízos para os estudos urbanísticos.

No olhar de Fernandes (2003), os geógrafos podem, a partir de inúmeras variáveis elementares, dentre elas, análises dos elementos cartográficos, normatizações qualitativas, quantitativas e principalmente, as observações das constituições físicas, socioeconômicas ou culturais, outorgarem aos debates hipotéticos-práticos a efetiva apreensão conceitual da morfologia urbana.

Embora as linhas de pesquisas tenham se tornado um conhecimento cumulativo que privilegia os estudos de cidades de escalas maiores, objetiva o reconhecimento das “morfo-tipologias” “urbanas”, identificáveis quer pela cartografia, quer através de “perfis/cortes”, que clarifique a ponto de “[...] explicitar os elementos morfológicos e compreender a complexidade da sua estrutura e organização, considerando quer os meios, quer os instrumentos [...]” (FERNANDES, 2003, p. 6).

Esta pesquisa absorveu a morfologia urbana como conceito fundamental que, teoricamente, reconhece os atributos específicos e as funções das formas que dão lógica à configuração do espaço urbano, visto que os recortes dos espaços públicos e privados, bem como aqueles apropriados pelos especuladores se transformam em mercadoria lucrativa e, conseqüentemente, o expande, mesmo no limiar da disputa dos direitos à moradia entre as classes sociais distintas.

Os planos podem também contribuir para a compreensão da forma da cidade, mas é preciso descrevê-las e compreendê-las para aprofundar as reflexões sobre a morfologia urbana, posto que as inúmeras cidades apresentam conteúdos que identificam as particularidades na formação de seus conjuntos elementares e formação. Em suas interpretações, Sposito (2004) corrobora que a simplista observação das formas nega a percepção dos diferentes períodos temporais, a-temporais e dos significados dos arranjos, o que implica em análises

obscuras da forma urbana, quando feita somente do ponto de vista do desenho dos objetos estruturados na paisagem urbana.

Nas observações de Miyazaki (2013), a planta da cidade é, portanto, a culminância de sua história que não limita o entendimento de sua composição apenas ao aparente do tecido urbano, mas a sua própria história social. “[...]. Se apreender a forma apenas a partir da forma em si não é suficiente, temos que reunir esforços no sentido de assimilar os conteúdos das formas [...]”. (MIYAZAKI, 2013, p. 30). As formas apresentam conteúdos cumulativos da dinâmica espaço-tempo.

A análise morfológica, para além das formas, possui elementos importantes para o campo de estudo desta pesquisa, dentre os quais destacam-se as relações sociais que organizam o espaço urbano. Mesmo que a morfologia esteja ligada ao contexto de sítio urbano, nega-se essa discussão, posto que as situações e formas, que originam um conjunto de múltiplos elementos acrônicos e temporais diacrônicos devem ser observados e pesquisados, pois, na visão de Fernandes (2010), essas relações acontecem em diversos contextos históricos e subsidiam as reflexões melhor elaboradas da forma urbana.

A morfologia urbana enquanto conceito aplicável aos debates teóricos sobre a realidade ganha robustez, pois é a partir da análise de uma gama de processos, causas sociais, elementos intrínsecos das formas e conteúdos que produzem a dinâmica de expansão do tecido urbano. Nascimento (2013) chama a atenção para as condições que dificultam a composição de uma abordagem teórico-metodológica que englobe inúmeros elementos arregimentados nos contextos históricos no delinear do tempo.

Os estudos dos processos sociais são indissociáveis das abordagens relativas as formas espaciais, pois constituem-se como ponto especial para a compreensão do espaço urbano. Para Miyazaki (2013), as formas apresentam conteúdos oriundos das dinâmicas socioespaciais temporais, que representam o movimento do todo social, ao manter e germinar outras formas e conteúdos que interagem e articulam entre si.

A Geografia Urbana no Brasil se apropriou timidamente do conhecimento sobre a morfologia urbana, o que implica em escassez de materiais de pesquisas no corpo teórico acadêmico e, em consequência, diminutas investigações acerca desse conceito valoroso, que pode desvendar as entrelinhas do sistema de

produção e, como resultado, instigar o pesquisador à compreensão de toda a dinâmica que caracteriza a paisagem. Todavia, a maioria dos geógrafos, fica à mercê de análises triviais ao se apropriar das reflexões tão somente como referência aos elementos físicos paisagísticos.

É importante lembrar que no domínio tecnológico cria-se uma relação espacial (des)contínua entre objetos, pessoas e as diferentes formas, que, no entendimento de Sposito (2011), perde sua unidade espacial local e une-se a diversos seguimentos formando uma espécie de nós que configuram verdadeiras teias econômicas de conteúdos designativos denominadas de sistemas de redes.

As redes são compostas por aglomerados de várias escalas, que passam a fazer parte de um conjunto territorial com estruturas urbanas polinucleadas. Nisso apresenta-se a situação urbana, que pode ser apreendida como uma condição em que os elementos dependem de outros numa relação distante ou de proximidade e revelam as situações de inserção da cidade à natureza. Para Sposito (2004), é a própria rede urbana que interage na estruturação das morfologias das cidades.

A análise morfológica, para além das formas, possui elementos importantes para o campo de estudo desta pesquisa, dentre os quais destacam-se as relações sociais que organizam o espaço urbano. Mesmo que as situações e formas, que originam um conjunto de múltiplos elementos acrônicos e temporais diacrônicos devam ser observados e pesquisados, na visão de Fernandes (2010), são as relações que ocorrem nos diversos contextos históricos que subsidiam melhores reflexões sobre o desenho geométrico do espaço.

Para Sposito (2004), a morfologia urbana não é somente o agrupamento dos elementos físicos, pois as antigas formas, sejam elas naturais ou edificadas pela sociedade, influenciam na composição das formas urbanas atuais.

Cada cidade expressa uma configuração distinta, ainda que o modelo econômico vigente não se diferencie, pois os aspectos culturais da classe dominante impõem seu modo de vida e, no contexto, a luta de classes, que impõem resistências da classe dominada e severas discrepâncias na apropriação e configuração do espaço urbano. Para Whitacker (2007), os sistemas de engenharia estruturados no espaço poderiam auxiliar na compreensão das novas morfologias urbanas.

A complexidade para conceituar a morfologia pode incorrer das ramificações socioespaciais existentes, que, na visão de Carlos (2007), bifurcam a morfologia urbana em formas de composição espacial e social altamente segregadoras, fundamentadas na dialética das contradições do direito de usos e apropriação desigual dos modos de acesso aos espaços de reprodução da vida. Esses aspectos transpõem o mero entendimento da forma física, pois neles está implícita a luta de classes analisada por Marx e Engels (1996).

Para Sposito (2001), esse debate teórico também está relacionado às análises das políticas elaboradas pela classe dominante, que faz da cidade uma indústria rentável de negócio, e por isso expande o tecido urbano ao criar as novas morfologias urbanas, cujas diversas formatações espaciais estão interligadas pelos meios de transportes e comunicações, que se estabelecem como complementariedade histórica das formas de manutenção do poder elitista.

Mesmo não sendo um estudo recente, Sposito (2004) considera que não há uma posição clara, entre os geógrafos, que defina a morfologia urbana por um viés de raciocínio, o que implica em uma análise sob a ótica da forma e a deformação em suas abordagens. Todavia, as formas estão em constantes alterações, o que indica que existem efeitos que as modificam e originam novas morfologias.

A leitura da cidade, embasada nos estudos morfológicos urbanos, pode contribuir para a apreensão dos significados, funções e formas impressas pelas classes que desenvolvem seus modos de vidas e sistematizam as novas lógicas da dinâmica do capitalismo.

Para Nascimento (2013), a análise pela morfologia urbana ainda é pouco difundida através das publicações acadêmicas nacionais, mas, devido sua importância na atualidade, ampliaram-se as discussões no leque das explicações, ao concebê-la como conceito na conjuntura das contradições da globalização, ainda que as contribuições acadêmicas continuem exíguas.

As análises morfológicas da gênese e das transformações ocorridas nos diversos espaços ao longo do tempo pontuam que a morfologia urbana admite entender e estudar a cidade por intermédio de seu talhe físico urbano, que permite desvendar as incógnitas de suas características. As cidades, por sua vez, organizam-se em diferentes tempos, não aleatoriamente, pois seguem leis identificáveis pela morfologia urbana, que, na ótica com Nascimento (2013), torna-

se uma produção oriunda das relações intelectuais de reprodução existencial, que não se limitam ao entendimento puramente dos aspectos físicos, porque é dotada de significados sociais.

Para Santos (2006), a materialização das formas impressas por meio do uso das técnicas de trabalho é definida como rugosidade, condição *sine qua non* que cria e modifica velozmente a cidade. O conceito de rugosidade aparece como sinônimo de forma. Assim, chama a atenção para as novas funções e os conteúdos de tempos passados ou atuais que marcam a própria forma.

A abordagem do autor acima citado é imprescindível visto que a análise temporal com base nos conteúdos é ferramenta chave para a percepção das mutações que ocorrerem ao longo do tempo. Sposito (2004) reforça que o conceito de morfologia urbana não decorre de uma dada forma urbana em sua extensão ou volume, mas da sua origem e evolução em tempos históricos, numa espécie de fusão do passado com o presente.

Para Nascimento (2013), essa análise ainda é pouco difundida através das publicações acadêmicas nacionais, mas, devido sua importância na atualidade, houve ampliação das discussões, que concebem a morfologia urbana como categoria de análise conceitual na conjuntura das contradições da globalização. Nessa fase atual do capitalismo que rege a instantaneidade de produção da mais-valia e do lucro, os espaços das cidades são transfigurados a semelhança de máquinas econômicas cujo aspecto físico das construções desconsideram o embelezamento arquitetônico dos lugares, o que explica a rápida expansão das edificações urbana nas cidades e ao mesmo tempo a composição das paisagens feias.

Os estudos morfológicos, para Meneses (1996), ainda que escassos, permitem a construção de teorias urbanas mais consistentes, além de inovar-se conceitualmente e contribuir para a solidificação e ampliação da investigação científica dos estudos pertinentes a Geografia Urbana. É a possibilidade concreta para se estudar e compreender os elementos primários das típicas e atípicas formas urbanas das cidades em geral. Assim, ao contemplar os estudos da evolução da morfologia urbana o pesquisador pode encontrar fontes históricas de diferentes períodos que estabeleçam relações entre os processos históricos-geográficos e as configurações das formas atuais.

Para Miyazaki (2013), a compreensão da morfologia urbana ocorre quando se contextualiza a forma de organização da sociedade por meio da divisão territorial e social do trabalho impressa pelas forças produtivas ligadas as lógicas e estratégias contraditórias do sistema capitalista.

Assim, nas cidades incrementam-se novos conteúdos e formas em virtude da velocidade das modificações espaciais que impulsionam a composição de formas arquitetônicas irregulares, defeituosas e destituídas de características que remetem a formosura e ao embelezamento. Por outro, também revelam maiores desigualdades socioespaciais, pois foram arranjadas diversas zonas periféricas, que expandiram a cidade e aprofundaram a segregação socioespacial.

Os diferentes campos de estudo que altercam teoricamente o conhecimento científico têm no conceito da morfologia abordagens distintas. Inúmeros pesquisadores, dentre outros: arquitetos, sociólogos, economistas, urbanistas e geógrafos, dedicam-se aos estudos das urbes e do transcurso da urbanização com intuito de depreender as vicissitudes que se seguem.

A forma urbana, de acordo com Oliveira (2014), é o substrato do mutante arcabouço histórico que agrega edifício, lote, quarteirão, a cidade e a região na lógica da política de intervenção e planejamento preestabelecido, bem como da reprodução capitalista. É ao partir dessa premissa que a leitura da cidade será proposta nesta pesquisa, que não sanciona a morfologia urbana pela sua forma física, todavia como um conceito que também abarca a sociedade-espaço-transformação-tempo, nos processos que os moldam. Tal conceito amplia as variáveis que delineiam a produção e expansão das periferias que conformam e estendem o espaço urbano. As formas espaciais e seus conteúdos não podem ser compreendidos fora da base dos processos históricos que revelam potencialmente as limitações e a dinâmica espacial que delimita o desenho geométrico um dado território.

3.2. ABORDAGENS SOBRE NOVAS MORFOLOGIAS DAS PERIFERIAS URBANAS

A periferia aparece na literatura geográfica em duas escalas: a global, abordada, dentre outros, por Hobsbawm (1998), Pallone (2005) e Lacoste (1975); e o espaço da cidade, sob outras duas perspectivas: a ideia de periferia como

pobreza, que abarca as concepções de Corrêa (1986), Santos (1993), Jordão (2009), Chaveiro e Anjos (2007), Fontoura (2005), entre outros autores; e a ideia de periferia como novas morfologias, propostas por, entre os demais, Domingues (1996), Sposito (2004), Silva (2015), Xavier (2005), Santos (2005).

Os estudos incluídos nesta pesquisa levam a compreensão das periferias na escala da cidade pequena de Caetité. O empírico em questão são os bairros São Vicente e o Nossa Senhora da Paz, foco elementar deste corpo teórico, em que se interessa pela compreensão da complexa teia que arquiteta os novos conteúdos e morfologias das periferias urbana.

Para Sposito (2004), as áreas suburbanas são tão antigas quanto a própria cidade. Ao perceber que, entre os séculos XIII e XIV, na Idade Média, se ergueram habitações em cabanas e tendas ao redor dos muros das cidades medievais. Os aglomerados se constituíam como uma espécie de periferia primitiva, composta por habitantes pobres que dependiam do centro e que abarcava uma pequena parcela da população burguesa, assim como o corpo político, econômico e os bens de serviços essenciais à vida. Todavia, as edificações episcopais e os castelos constituíam-se como sedes administrativas que detinham o poder político-ideológico, econômico e social, com influência no estabelecimento de toda infraestrutura urbana em todo o entorno. Dessa forma, o domínio sobre importantes burgos, dos quais extraíam impostos, reafirmava a gênese da periferia urbana.

Com a expansão ultramarina europeia, marco principal do “descobrimento” que imergiu o “Novo Mundo” numa intensa exploração, que, nas considerações de Galeano (1970), foi instigada pela cobiça do ouro e da prata, legitimou o capitalismo comercial e interligou economicamente, as metrópoles às colônias recém-formadas. Essa interligação foi possível por meio das rotas marítimas, que, entre os séculos XV e XVII, comportam-se como os principais veios de comunicação e comercialização entres as partes do mundo.

Os países ibéricos, a partir de 1530, estabeleceram trocas internacionais das suas produções manufatureiras e dos produtos primários com as coloniais, o que deu origem à Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e desenvolvera-se em detrimento às colônias de exploração, que, posteriormente, chegariam à condição de países periféricos do mundo. Em contrapartida, as metrópoles formariam uma economia forte, que, através da extorsão colonial, se ergueriam como países

centrais, num processo contraditório, desigual, dialético e combinado.

No desenrolar dos processos, e, já no século XVIII, a Inglaterra alcançou o pioneirismo industrial, porque arregimentou as condições necessárias à implantação das primeiras fábricas, dentre outras: mudança de ideologia; invenção e usos das máquinas à vapor; disponibilidade de matérias-primas; comercialização; exploração do trabalho; nova conjuntura política interna, que fez emergir novas classes sociais; mudanças radicais aos moldes da vida urbana; políticas para viabilização de capitais; o desenvolvimento e evolução das técnicas de produção, e no quadro mundial, embalou a interdependência entre os países no contexto do capitalismo fabril (HOBSBAWM, 1998).

A Revolução industrial, resultante de um processo secular, foi um dos maiores episódios históricos que contribuiu para o deslanchar dos aglomerados urbanos em todo o mundo, posto que as edificações tomaram novos formatos, lógicas e funções, que agregaram ao espaço geográfico especificidades nunca dantes existentes, pois havia a tendência dos operários em edificar suas residências em torno das fábricas. Disso, de acordo com Arruda (1988), evoluíram a condição de indústria e, no decorrer do século XIX, recebeu maior contingente de operários residentes às suas margens, o que configurou as periferias urbanas.

Essa tendência estrutural do capitalismo se estendeu para todas as cidades que, posteriormente, se urbanizaram no contexto da industrialização. Sua ampliação urbana decorreu da “[...] densificação dos espaços urbanos, gerada pela industrialização e pelo aumento dos contingentes populacionais vivendo em cidades, em detrimento do campo [...]” (SPOSITO, 2004, p. 268).

A descentralização industrial marcou a etapa de novas estruturas para as cidades da ex-colônias. O ambiente interno dessas cidades tornou-se, desde então, insalubre, repleto de equipamentos, comércios e pessoas que ocuparam todos os lotes mais próximos ao centro e provocou o seu adensamento. O centro é o lugar da agitação comercial, barulho, inquietude, circulação, propaganda e consumo, mas também é o ambiente miasmático e de todos os tipos de poluição. Essa situação impulsionou as mudanças sobre o pensar das periferias, que se tornou espaço de máximo “[...] interesse de “fuga” das elites, em busca de ares mais saudáveis e espaços mais amplos no campo. [...]” (SPOSITO, 2004, p. 269).

A intensa exploração do trabalho gerou a miséria, violência e tornou a convivência social conflituosa no centro. As maiores aglomerações urbanas que se localizavam nas intermediações industriais eram de pobres. Foi a burguesia que arquitetou a miséria, e contraditoriamente, acumulou mais riqueza e aprofundou os conflitos de classes sociais, conforme Hall (1988).

O distanciamento socioespacial era a garantia da “segurança” no pensamento burguês pois, em resposta as condições miseráveis de exploração, a classe de operários pobres passou a lutar por melhores condições de vida e pela sobrevivência, o que, inevitavelmente, gerou os constantes conflitos civis. Assim, foi na segunda metade do século XIX que ocorreram “[...] as primeiras iniciativas de recuperação das áreas centrais, de maior peso histórico e expressão política, promovendo, paralelamente, o afastamento espacial dos mais pobres [...]”. (SPOSITO, 2004, p. 269). Outro motivo da negativa quanto à permanência no centro foi o aproveitamento econômico de todas as parcelas do solo para a geração de mais riqueza. Para a autora, o centro comercial é transformado em um atrativo em que oferece diversas mercadorias produzidas e que podem ser consumidas no território.

As áreas ocupadas pelos pobres quando ampliadas para a produção poderiam ser úteis a aquisição do lucro. As centrais, que possuíam expressividade político-histórico estavam emaranhadas pelo caos do operariado e, portanto, deveriam ser reformuladas. Hobsbawm (1998), ao analisar as formações periféricas na Inglaterra, ponderou que a pobreza convergia em perigo público. Dessa forma, é possível compreender que a urbanização e a industrialização também criaram contraditoriamente nas cidades capitalistas as discrepâncias espaciais.

A industrialização, para o autor supratranscrito, envolveu todos os países do mundo, especificamente a partir do século XIX, em que, ao se estabelecer os intensos acordos comerciais, na economia liberalista e no contexto do imperialismo, intensificou a interdependência entre os países centrais e os periféricos, em que as classificações entre os diversos países do mundo se estabelecem dentro dos processos impressos pelas forças produtivas capitalistas.

De acordo com Arruda (1988), a evolução da divisão técnica e a expansão capitalista desenvolveram *pari passo* a industrialização e a organização das áreas urbanas diferenciou-se densamente em virtude da especialização do trabalho que

gerou contextos muito complexos, no tocante à periferização. Essa condição inglesa se repetiu um século depois, quando no Brasil implantavam-se as indústrias, o que indica que as composições pobreza e riquezas são indissociáveis no espaço, pois na lógica da reprodução do capital uma não pode se dá fora da outra.

Lacoste (1975) robustece a ideia de que os países do mundo estão subdivididos com base em critérios socioeconômicos em: “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”; “centrais” e “periféricos”; “ricos” e “pobres”; esses últimos, como “periferias do mundo”. Os critérios de regionalização ora apontados, na lógica comparativa entre os núcleos de pobreza e riquezas mundiais, dentre outras, fundamentaram os estudos acadêmicos da Geografia, que concebeu a compreensão das periferias na escala global sob duas óticas: os ambientes pauperizados foram apropriados por pessoas pobres contraditórias as elitizadas residentes em áreas de status sociais. Dessa forma, as periferias mundiais tornaram-se, geralmente, análogas à miséria, atraso tecnológico, segregação, autosegregação, calamidade social e/ou áreas de industrialização tardia.

O Brasil, antiga colônia de exploração portuguesa, a exemplo, é na visão de Santos (1982), um país periférico que não se enquadra totalmente nas elevadas economias mundiais, porque, dentre outros aspectos, apresenta: dívidas externas; economia vulnerável; defasagem nas taxas de alfabetizados; emprego; má distribuição de renda; elevados índices de natalidade, mortalidade infantil, baixa ou nenhuma produção tecnológica e saneamento básico etc.

Na interpretação de Becker e Egler (1992), o país é emergente e diversificado, potência regional entre as demais economias que ainda se constitui como periferia mundial, tardiamente industrializado, e que, no passado não muito distante, especificamente, na primeira metade do século XX, passou de economia agrária-exportadora para urbana-industrial.

O território brasileiro foi marcado por profundas mudanças na estrutura dos espaços urbanos, ao incorporar a tecnologia no processo produtivo, terceirização, especialização de trabalhadores, poder de consumo das massas populares e criar novas espacializações das atividades industriais. Seu espaço urbano foi subdividido em áreas periféricas ou centrais, que assumiram papéis de concentração e comercialização de bens e serviços, o que multiplicou e separou espacialmente os consumidores.

No Brasil, a partir de 1850, promulgou-se a Lei de Terras que foi o carro-chefe para se entender a estruturação dos espaços urbanos. A partir desse contexto, a propriedade privada da terra permitiu-se intensificar e observou-se maior parcelamento fundiário.

Os proprietários dos grandes latifúndios, herdeiros das terras das capitanias hereditárias, partilharam as terras com fins de acumular capitais, através dos elevados lucros e, assim, os maiores responsáveis pela concentração de capitais, renda, expulsão de um número considerável de famílias do campo, que se viu obrigada ao êxodo rural, o que propiciou aos aglomerados urbanos um crescimento altamente indefinido e desordenado.

O governo brasileiro, entre 1930/61, implantou a política de substituição de importações, segundo momento marcante da economia brasileira, que, após a crise de 1929, poderia se fortalecer e ampliar o setor industrial no território. Na interpretação de Jordão (2009), isso acarretou diversas mudanças na economia produtiva que implicariam em uma urbanização em que os fluxos migratórios, sobretudo a alteração do rural-urbano, incorressem em ocupação desordenada nas cidades e perdas populacionais no campo.

Para Sposito (2004), o contorno espacial que forma uma amálgama de usos urbanos e rurais com poucas definições em sua morfologia é definido como área periurbana.

A maioria das cidades brasileiras, ao final do século XIX, formava um arcabouço urbano organizado em torno de um único centro, cuja finalidade era conduzir toda a dinâmica espacial do tecido urbano. Essa conjuntura político-administrativo redefiniu a morfologia urbana, de modo que o espaço urbano pode ser melhor caracterizado, mesmo que somente pelo visível, ainda que não fosse possível perceber a realidade implícita que condicionava a expansão.

Moura e Soares (2009, p. 22-40) sancionam que o espaço periférico das cidades registra o tempo e os processos iniciais de sua formação. O que está implícito é uma mescla de elementos antigos e modernos, marcos importantes no processo de urbanização que a “[...] modificada de acordo com as consequências que essa urbanização provoca no cotidiano, no espaço construído pelo homem, segundo os seus anseios e necessidades, que serão refletidas na própria formação dos bairros [...]”.

A partir do final do século XIX, houve a expansão do tecido urbano da cidade quando, de um lado, ocorreu a formação multiplicada de bairros periféricos que apresentavam ruas estreitas, sem nenhuma condição mínima de saneamento, cuja mão de obra, atendia a necessidade da indústria que se diversificava na cidade. No século XX, houve maior aglomeração nas cidades e, conseqüentemente, a necessidade de sua expansão estava aliada à implantação dos loteamentos urbanos distantes, o que contribui para o estabelecimento das novas morfologias da periferia e a extensão dos tecidos urbanos. Para Santos (2005), o consumo dos pequenos lotes de terra orienta novos consumidores e expande a malha urbana da cidade comercializar outros lotes destituídos de residências, mas que tem cunho especulativo.

A periferia, para Xavier (2005), agrega em pleno século XXI, espaço-técnica-tempo no contexto da ideologia capitalista, em que as sociedades de classes divergem nas decisões políticas, econômicas e culturais, ao criar sistemática desigualdades, na escala da cidade. Tendo em vista que o desejo por riquezas e status transforma a cidade em produto e subproduto mercadológico em seus usos e consumos. A periferia ganha novos conteúdos e, conseqüentemente, novas morfologias, o que deixa de ser o lugar das gigantescas carências, embora ainda se caracterize como condição reveladora das injustiças sociais, quando o capital é o principal diferencial, que implanta nos diversos recortes da cidade, os sistemas de engenharia que valorizam ou desvalorizam as subdivisões espaciais.

As multiplicidades espaciais urbanas, no Brasil e no mundo, decorreram especialmente de dois processos: a urbanização e o desenvolvimento técnico industrial da Primeira Revolução, que distanciaram a humanidade da total lentidão; inovaram as formas de produção material; os solos citadinos passaram a ser produto mercadológico na ideologia socioeconômica, o que torna visível as disparidades entre os espaços de pobreza e os de riqueza que compõem o espaço das cidades.

As cidades brasileiras passaram a apresentar diferentes modelos periféricos, com é o caso de Uberlândia/MG, que na ótica de Moura e Soares (2009, p. 31), apresentam nitidamente “[...] a separação entre bairros habitados pela elite, bairros habitados pela classe média e bairros habitados pela classe trabalhadora [...]”. Semelhantemente, o mesmo ocorre nos conjuntos espaciais das cidades de menor escala, que recebem edificações que formam no seu

interior periferias distintas, “segregadas espacial e socialmente”, configurados como reflexo da organização socioeconômica mundial.

A periferia, na escala da cidade, é trabalhada pelos autores nas seguintes perspectivas: no primeiro viés de análise, a periferia é identificada como sinônimo de pobreza, na perspectiva clássica, que apresentam suas características morfológicas como um conjunto arquitetônico depredado e mal estruturado pela população miserável. Todavia, existem outras correntes filosóficas de análises da Geografia Urbana que buscam explicar as atuais tendências de viabilização da reprodução do capital, impressas na lógica dos usos e consumos do espaço, em que também estabelecem as periferias como novas morfologias, que incorporam inovados conteúdos, funções e formas em sua estrutura arregimentada pela classe de maior poder aquisitivo.

Nesse contexto, conceituar periferias, bem como espacializar os fenômenos no espaço urbano da cidade, tornou-se complexo, visto que o estudo por si só, para Sposito (2004), exige uma análise criteriosa que aponte para os fundamentos teóricos que transpareçam a realidade como de fato existe. O apreender da formação de todo o arcabouço, que, na dialética do sistema, cria o espaço de populares, isentos das mínimas condições para aquisição de lotes próximo ao centro comercial ou residencial da cidade.

As grandes aglomerações urbanas foram marcadas por sistemas que Santos (2008) denomina de verticalidades e horizontalidades, uma nova forma de (re)produção e ampliação das cidades que concentra o urbano. Essa concentração, influenciada pela produção industrial em larga escala, deu origem a expansão dos bairros industriais e operários que se deslocaram para a periferia ou áreas ainda mais distantes. Esses vetores diversificaram os arranjos do tecido urbano e consubstanciaram as dimensões centro-periferia, mas também induziram a ampliação da periferização que supre em parte a demanda das frações socioeconômicas.

O espaço impregnado por sistemas de fluxos e fixos passou a compor-se como uma colcha de retalhos em que se comercializa: o tempo; escoamento; mercadorias; capitais; os meios básicos de sobrevivência; o consumo. Em suas parcelas aparecem as zonas que passaram a abrigar moradores pobres e fornecer serviços precarizados, periferias de reprodução da pobreza, que contraditoriamente, inclui a população pobre que foi expulsa do centro comercial e

passou a adquirir lotes muito baratos, em áreas muito deslocadas e deficientes de serviços públicos, oferecidos no centro da cidade.

Dessa forma, esses indivíduos passaram a conviver nos espaços totalmente segregados. Na visão de Sposito (2001), a população pobre está alocada em lugares longínquos totalmente desprovidos de infraestrutura.

A autora ora referenciada afirma que esses vetores redefiniram o arcabouço urbano e as relações centro-periferia quando a morfologia ficou mais extensa e menos definida em razão do aumento de lotes vazios. As empresas imobiliárias sobrepuseram aos interesses industriais, comerciais e de serviços, assim como a criação dos conjuntos habitacionais, loteamentos fechados (1970-1980) e o planejamento das cidades.

Monte-Mor (2006), ao analisar as considerações de Singer, concluiu que a cidade é uma dilatada compressão elitista que arregimenta atividades de usos heterogêneos do solo, o qual é disputado na contradição dos interesses capitalistas dos especuladores imobiliários, que impulsionam a criação de uma periferia desurbanizada, áreas de subúrbios, que, teoricamente, deveria abrigar camponeses ou população pobre da própria sede.

No entendimento de Lefebvre (1991), o espaço da cidade é uma obra possuidora de valor agregado pelo intenso uso e troca, e por isso, sofre constantes metamorfoses, em virtude do urbanismo incauto prescrito pela lógica mercadológica, em que a segregação é considerada algo natural. A periferia pobre é considerada o lugar de convivência com indivíduos em extrema pobreza que produzem miséria, fome e caos social.

Para Freitas (2007), a periferia pode ser identificada como o espaço da pobreza, em que há problemas em seu desenvolvimento econômico, pois seus moradores são confinados a estreitos limites e falta de alternativa de vida. Esses espaços são a negação daqueles arregimentados para o usufruto da classe rica. Embora muitos autores da Geografia têm associado toda e qualquer periferia como recortes vinculados a pobreza, com graves problemas de saneamento básico, transportes, serviços de saúde deficientes, comunicação, falta de estrutura nas escolas, com edificações autoconstruídas, ou cubículos alugados localizados em fundos de terrenos, porões, enfim, zonas que aglomera residentes pobres, há na atualidade novas tendências nas formações periféricas das cidades.

Nas prerrogativas de Jordão (2005), espelha o espaço cujas estruturas integram equipamentos arcaicos, sujos, áreas constituídas das mínimas condições fitossanitárias, educação, lazer, moradias irregulares chefiadas, em sua maioria, por mulheres negras subempregadas, pobres, em que a falta de assistencialismo público, desemprego, recursos financeiros são insuficientes para o acesso à saúde. Como subproduto do capital organiza e reproduz as várias formas de violência social. Todavia, na atualidade, é também o espaço de poder sob nova óptica do capital, que foi construída no decorrer do tempo, e, paulatinamente, incorporou-se como produto altamente rentável, assim como decisivo na expansão do tecido urbano.

Para Xavier (2005), a periferia é a conexão lugar, espaço-tempo em que os grupos sociais impõem ações renovadas, segundo sua própria racionalidade e a referência, por meio de processos concretos não isolados do mundo, não somente contraditória aos ditames hegemônicos, mas também interligada com outros subespaços que se relacionam com as regiões.

Na atual conjuntura da reprodução do capital, na visão de Moura e Ultramari (1996), as periferias advêm das condições sociais de vida daqueles que a residem. Esse ponto se torna fundamental para compreender cada edificação e funções que compõem as particularidades que as estruturam e a definem enquanto expressão de relações de poder.

A nova tendência de reprodução sociocultural, político-econômico e administrativo, assim como os contextos urbanos, fixam realidades socioespaciais diversas em decorrência dos novos giros de capital na forma de especulação. Na interpretação de Pallone (2005), em muitas cidades existem os subúrbios e outras a periferia, e ambos são conceitos distintos, portanto não podem ser usados como sinônimos, todavia é necessário abstrair os novos conteúdos que os designam e lhes conferem significados dentro dos nós das redes. É preciso refletir sobre as novas conjunturas de configurações espaciais, que transformam as partes em um todo coerente a serviço dos interesses burgueses.

Para Sposito (2004), a partir do século XX, houve acentuada expansão territorial urbana por causa das novas determinantes e características dos processos capitalistas. Ao perceber que a estrutura da configuração do espaço urbano da cidade se fazia na lógica centro-periferia, os estudos atuais devem considerar os novos conteúdos compostos por suas dinâmicas, posto que uma

outra classe intermediária, que detém o recurso financeiro, também passou a ocupar porções urbanizadas ou suburbanas das cidades.

No modelo econômico atual, no limiar do século XXI, a periferia passou a comportar-se como nova centralidade, que, nas acepções de Lopes Júnior e Santos (2009), passa a compor quadras de moradias de alto nível, classe trabalhadora rica e infraestrutura adequada à qualidade de vida, ou seja, elementos de acumulação do modelo econômico, que lhe conferem novos significados políticos e sociais.

Os novos conteúdos das periferias inovam a estrutura e expandem o espaço urbano. Todavia não raro, ainda é, para a maioria dos geógrafos, um recorte espacial de residências contíguas pobres, totalmente dependente da prestação de serviços centralizados. Santos (2005) infere que há um movimento de luta pelo espaço, em que seus novos conteúdos são uma uniformidade de sistemas de engenharias alinhadas, casas bem elaboradas, habitadas por pessoas da classe média e/ou mesmo da elite burguesa, que formam uma espécie de comunidade aos moldes de uma metrópole central.

A globalização, fase mais recente do capitalismo, a política neoliberal e as novas tendências da cultura mundial, para Borges e Rocha (2004), mudaram as antigas formas de estruturação social, ao integrar no espaço, tecnologias que realizam o trabalho de uma boa parcela da população e mantêm os desempregados ou subempregados nas periferias pobres e, em contrapartida, geram as periferias de status, caracterizadas pelas novas morfologias e conteúdos, cuja finalidade é mostrar através do embelezamento o alto padrão e consumo que mantêm o domínio burguês nos setores econômicos, culturais, políticos e sociais no território.

Para Jordão (2009), a cidade passa a ser configurada de acordo com a regulamentação da lógica mercadológica global, o que influi no consumo, trabalho, lazer e edificações para as classes médias e altas, que segregam física, cultural, espacial e morfologicamente, ao estruturar aos recortes espaciais, novos conteúdos que julgam serem atrativos e de interesse à viabilização do capital e ostentação do poder e luxo.

Santos (1982) entende que não há uma estrita simetria urbana, contudo, coexistem bifurcações, dentre as quais identifica a periferia como novas morfologias: área dominante; de concentração de riqueza e de tomada de

decisões culturais políticos-administrativas; por outro lado, os periféricos como espaço de dominados pobres, precariedade, sede de modos de produção arcaicos complementares com o centro, que se tornaram necessários para atender a reprodução capitalista, em que apresentam relações complexa.

As periferias urbanas são porções do espaço geográfico em que os sujeitos residentes (re)constroem e autoconstroem seus modos de vidas como expressão política, cultural, econômica e social, cujas mudanças cotidianas resultam nos contrastes das morfologias urbanas e a criação de novos conteúdos em um determinado espaço. Essas áreas distantes do centro, no pensamento de Sposito (2004), são estruturadas em função dos processos que mobilizam equipamentos e serviços públicos que, conseqüentemente, oneram o valor do uso do solo, sobretudo quando os indivíduos lançam loteamentos de diversas características.

A cidade, para a burguesia, é implicitamente análoga: há uma “máquina de fazer dinheiro”, no entendimento de Carlos (2015), inerente ao próprio negócio crescente e contínuo; uma espécie de mercadoria lucrativa resultante das indivisíveis ações sociais e econômicas que se condensam paulatinamente. Essa é uma tendência atual de exploração da iniciativa privada, que expande a cidade dentro ou fora do contínuo padrão do planejamento, ao criar novas centralidades e, concomitantemente, as complexidades expressas no espaço urbano da cidade.

O espaço é a condição possível da realização dos fenômenos, que originaram os conjuntos, subconjuntos e as estruturas diversas no espaço-tempo arranjados pelo urbano. Na concepção de Sposito (2004), as periferias urbanas não mais se enquadram apenas como fragmento depreciativo ou negativo do que é visivelmente imponente, pois é contraditoriamente o espaço de poder que abarca também “gente rica”, que materializa casas luxuosas e sistemas de engenharia adequados que produzem qualidade de vida para seus residentes, quando comparadas aos outros subconjuntos espaciais, cujos elementos estão contidos não isoladamente um do outro.

As classes média e alta viviam no centro e permaneciam distantes das áreas periféricas precárias construídas “ilegalmente” pelos pobres, em sua ideologia. Sposito (2004) argumenta que os agentes de formação das periferias urbanas atuais podem ser: o loteador; o morador; o poder público que implanta os programas habitacionais, sejam eles estatais ou privados (pela iniciativa de empresários), que criam uma forma de periferização, incorporados por

financeiras, que na lógica de mercado se apropriam de áreas mais distantes do tecido urbano, para equipá-los de conjuntos habitacionais diversos. “[...] Assim, diferentes fatores concorrem para a formação da periferia, desde aqueles próprios do meio físico, passando pelas vias de circulação e pelas irregularidades da produção do solo urbano. [...]”. (SPOSITO, 2004, p. 120).

A periferia é a negação e a descentralização da centralidade e não uma complementariedade com relação ao centro da cidade, pois nem sempre seus moradores dependem dele para adquirir equipamentos e serviços, uma vez que outros sistemas físicos, assim como as infovias correspondem, na visão de Santos (1994)], as malhas materiais e/ou invisíveis de acesso imaterial no espaço, com fins de interligar os lugares aos demais centros urbanos às redes regionais, nacionais ou mundiais.

Sua pluralização advém da implantação de loteamentos urbanos que, de acordo com Corrêa (1986), atendem às classes média e de alto poder aquisitivo, o que induz a uma reprodução, ampliação e transformações diversas que segregam espacial e socialmente. As articulações entre os espaços urbanos diferenciam-se em virtude dos rearranjos dos elementos que os materializam, através das relações econômicas, sociais e políticas, que combinam contradições no processo de reprodução capitalista e do que significa nesse contexto o espaço das desigualdades e onde de fato ele está sendo (re)alocado.

O processo de reprodução espacial reforça a hierarquia entre os lugares e implanta novas centralidades nas áreas periféricas, que ganham novos conteúdos, funções e formas e contrariamente (des)arranjam os espaços que assumiram carácter de dominação na disputa de poder. Para Sposito (2004), é a desvalorização de algumas quadras ou ruas nas áreas centrais que o torna franja pobre. Dessa forma os espaços inovados de consumos são fixados na tentativa de descentralizar a prestação de serviços em decorrência do aumento da demanda populacional que se associa às diferentes escalas da rede, que influi na organização dos espaços urbanos, o que muda o conceito de cidade e de seus recortes.

Mesclar os estudos teóricos e empíricos é fundamental para se chegar a uma conceituação mais delineada, uma vez que as periferias, ao se apresentarem como expressão da formação e apropriação do lugar, revelam as relações que reorientam o fazer urbano nos centros locais contemporâneos. No entendimento

de Sposito (2004), os dados quantitativos não apresentam claramente os interesses que estão implícitos nas contradições que orientam o processo da máxima que representam as lutas de classes. Portanto, a periferia na escala da cidade não é apenas o espaço de reprodução da pobreza.

O processo de expansão urbana, para Sposito (2004), é realizado quando as forças produtivas elaboram outros conteúdos que diferem das formas arcaicas que compunham o espaço central para a burguesia e as bordas para a classe operária pobre. Essas formas de configurar o espaço apresentam novos elementos nas periferias das cidades, que, em contraste com o passado não tão distante, caracterizavam-se como áreas exclusivamente de população pobre, de ocupação desordenada de porções de terras distantes e produção dos espaços marginalizados.

A periferia foi transformada em uma possibilidade de aumento da renda e do lucro. Assim, passou a disputar com os pobres e vender os lotes muito baratos em relação ao centro tradicional. Outro ponto a se considerar é que a baixa qualidade de vida em decorrência dos mais variados tipos de dinâmicas no centro induziu as classes médias e altas a se apropriarem também de áreas que estivessem fora da “agitação” dos processos urbanos e em busca de segurança.

Ao conceber a periferia como área de status e não mais como estigma de miséria, Moura e Soares (2009) analisaram que a elite transformou uma fração do espaço não urbanizado e desvalorizado, antes ambiente exclusivo para reprodução dos pobres, ao reproduzir a ideia sua cultura do isolamento da marginalização. Dessa forma, como entender a dinâmica da expansão urbana por meio dessas novas áreas periféricas, em particular nas cidades pequenas?

A lógica da reprodução do capital segrega ainda mais pessoas e o próprio espaço urbano, quando produz os loteamentos horizontais, responsáveis pelas mudanças físicas na cidade. O fator deslocamento, através dos transportes individuais, também é uma condição estratégica dialética, posto que distancia ainda mais os pobres e aproxima os moradores da periferia rica.

A classe média, no entendimento de Jordão (2009), também prefere afastar-se da classe pobre, mas também não tem poder aquisitivo para residir em bairros da classe alta. Por isso, opta pelos bairros distantes de ambas as classes, em um outro aglomerado intermediário, que não é muito rico, nem tão pouco paupérrimo, e se apropria aos poucos de alguns meios básicos utilizados pela

elite. A tendência dessa nova configuração do espaço é criar novos centros com novos públicos e novas funcionalidades, pois a relação centro-periferia se faz no elo de poder econômico-social não com o espaço urbano.

As periferias urbanas se formaram enquanto conjunto histórico em que a população pobre a ocupava por ser bem distante e possuir uma infraestrutura precária em relação ao centro. Para Jordão (2009), a maior parte dos loteamentos é implantada nas periferias da cidade, por vezes, em áreas muito mais distantes dos aglomerados de baixa renda. Essa tendência contemporânea explicita os conteúdos das novas periferias urbanas.

Disso exposto, percebe-se que a Geografia contemporânea tem a incumbência de arrematar leituras teóricas, com base em reflexões sobre os significados que a sociedade impõe à natureza, e como a modifica. Os novos elementos implantados modificaram e foram transformados ao longo do tempo. A sociedade “racional”, produtora de significado, valor, identidade, estabelece os usos, funções, formas materializadas e conteúdos ideológicos, que se constituem como promotores sobretudo do campo econômico e, conseqüentemente, conferem novos significados, e, para Santos (2003), também impulsionam o processo de expansão do tecido urbano.

Vale ressaltar que Silva (2017) propõe o “novo” como a qualidade diferencial do tradicional estudo que envolve centro e periferia. O autor desperta a comunidade acadêmica para a tendência da descentralização urbana, que traz em seu cerne a compreensão de que as novas morfologias das periferias distanciam-se da concepção de espaços pouco valorizados ou até mesmo estereotipados, deslocados do ponto de vista do poder público, resididas somente por pobres, que vivem e reproduzem a miséria, todavia, marcados por complexidades de formas, usos e conteúdos.

3.3. FORMAÇÃO DAS NOVAS PERIFERIAS EM CAETITÉ: ANÁLISE SOCIOESPACIAL DOS BAIROS NOSSA SENHORA DA PAZ E SÃO VICENTE.

A cidade pequena de Caetité compõe periferias distintas, formadas e reformuladas ao longo de sua construção histórica. Esse espaço social foi configurado face à lógica cultural, política e econômica impressas por um grupo minoritário de sua população. Aos moldes nacionais, a mestiçagem entre as etnias negra e branca compôs seus habitantes na conjuntura escravocrata que,

na leitura de Pires (2009), fez dessa cidade uma referência da colonização portuguesa na Bahia.

Consoante Silva (1978), inicialmente, as terras que futuramente formariam a cidade de Caetité eram apenas um ponto de acesso, descanso e provisão para os viajantes que percorriam a rota entre Minas Gerais e as Minas de Rio de Contas. Nas acepções de Santos (1995), entre os anos de 1710-1735, passou a ser um agrupamento de fazendas que foram vendidas ou doadas pelos Condes da Casa da Torre e da Casa da Ponte. A configuração desse território ocorreu em um processo secular de exploração. No século XVII já se constituía como um forte núcleo de catequese e no início do século XVIII mesclavam, dentre outras, as terras de Caitaté, Boa Vista (Brejinho das Ametistas), Barracão (Santa Luzia) e São João (Lagoa Real), que foram empossadas pelos bandeirantes paulistas, cujos atributos eram a captura de negros escravizados que fugiam das torturas da casa grande dos diversos núcleos coloniais do país, aprisionamento de indígenas e a cobiça pelas minhas de ouro.

A construção da capela de Santa Ana, a partir de 1740, foi, conforme o IBGE (1958), o principal marco que suscitou as primeiras aglomerações humanas sob forte influência religiosa do catolicismo português, pois deu maior visibilidade ao agregado de terras dessa região. Essa agremiação quilométrica de fazendas engendrava a economia agrária, que gradativamente se modificava, até que em 1754 originou a freguesia, que futuramente se transformou no principal centro comercial de Caetité.

Discorridos mais de um século, aproximadamente, em 12 de outubro de 1867, Caetité tornou-se cidade mesmo com um número reduzido de ruas pouco urbanizadas e um núcleo comercial embrionário, conforme o IBGE (2018). As construções nesse período pertenciam ao conjunto arquitetônico colonial, dentre as quais: a cadeia velha, a feira livre e os palácios episcopais, destacados na Foto 1, e a praça da Igreja Matriz, na Foto 2.

Foto 1: Palácios episcopais da praça da Igreja Matriz de Caetité/BA 1817 - 1888.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité/BA.

Foto 2: Igreja Matriz da praça principal de Caetité/BA 1817-1835.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité. 2018.

Entre os séculos XVIII e início do XIX Caetité, considerada como “cidade”, dispunha apenas de duas ruas principais: a rua São Benedito, onde foi construída uma capela de mesmo nome, em que abrigava políticos e autoridades influentes da época.⁸ Essa rua passou a se chamar 15 de novembro até a Proclamação da República, em 1889. Posteriormente, denominou-se Rua Barão, porque nela residiu a família do Barão, detentora de muitos escravos e fazendas, conforme a foto 3.

Foto 3: Rua Barão de Caetité/BA, única via que agregava casas coloniais em 1867.

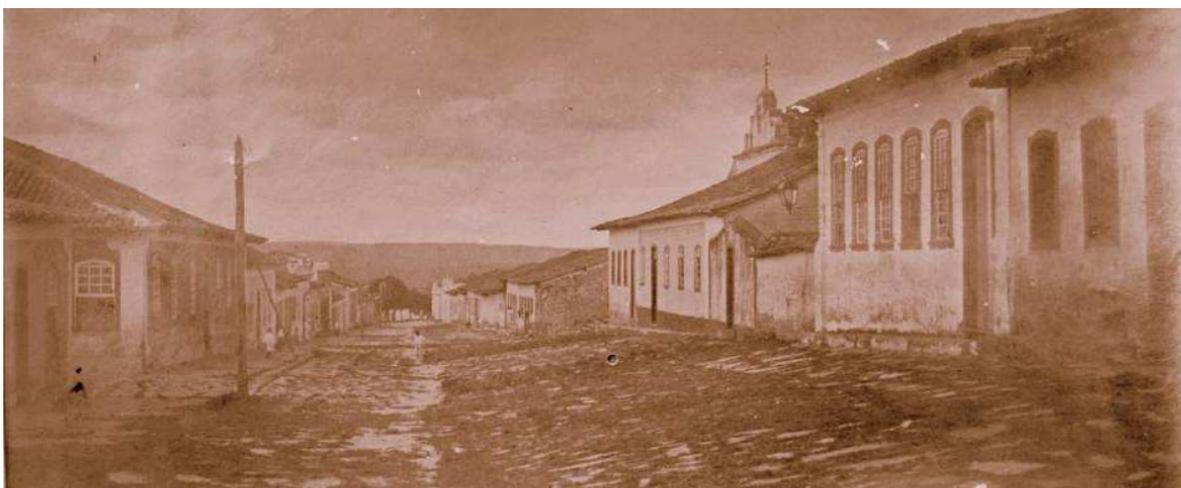


Foto. Luiz Benevides. Fonte: Acervo pessoal de Luiz Benevides.

A via paralela à Rua Barão chamava-se Beco das éguas, que, de acordo com os pesquisadores supracitados, ficava defronte para a Igreja matriz. Nesse, continha água suficiente para os animais dos feirantes e demais consumidores que frequentavam o pequeno comércio da feira livre no Mercado Público ou as quermesses da praça da Igreja principal. Nesse beco, havia um matadouro que perpassava à rua barão, no local em que posteriormente foi montada uma loja de brinquedos, a Casas das Meninas, atual comércio da Eletroson. A foto 4 mostra a praça da Catedral na sua formação inicial, em que agregava dois palácios eclesiásticos, que estavam defronte ao Cruzeiro.

⁸ Entrevista concedida por historiador e pesquisador em Geografia, ocorrida em 28/06/2018.

Foto 4: Beco das Éguas defronte ao Cruzeiro, local em que abriu a Avenida Santana de Caetité/BA, 1900-1912.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Na parte superior esquerda da foto 5 é possível visualizar os principais palácios clérigos e a sua direita ficava o “Beco das Éguas” (observa-se que nos fundos das residências há uma palmeira e algumas árvores frondosas, que pertenciam ao beco). Logo abaixo, havia uma casa branca e simples que continha cinco janelas e uma porta ao centro, seguida de outra edificação que apresentava em sua arquitetura colonial duas janelas à frente e uma porta de entrada na lateral.

O beco foi extinto na gestão do prefeito Odulfo Domingues (1955-1957), que idealizou criar mais uma via, a qual, posteriormente, se tornou o principal acesso à Escola Normal, reaberta por Anísio Teixeira, o Hospital, a Casa do abrigado e a futura Feira Nova, que mudou do antigo Largo do Severino, Feira Velha, para o Largo de São Sebastião.⁹ A foto 5 retrata modificações nos dois palácios pontifícios, uma provável demolição da casa branca e a retirada das árvores, o que coadjuvou no alargamento do beco e, conseqüentemente, na abertura da avenida principal de Caetité, o que possibilitou a expansão da cidade para o lado oeste, assim como para a gênese do loteamento do São Vicente. (Ver foto 5 e 6).

⁹ Informou em entrevista o pesquisador de Cultura Popular Heitor Lima na data de 04/07/2018.

Foto 5: Alargamento do Beco das Éguas para a origem da Avenida Santana, marco para a criação dos Bairros São José e São Vicente em Caetité/BA.



Fonte. Arquivo Público Municipal, Caetité/BA.

Foto 6: Avenida Santana ampliada – 2ª Via criada para acesso à Feira Nova em Caetité/BA, 1915.



Fonte. Arquivo Público Municipal. Caetité/BA.

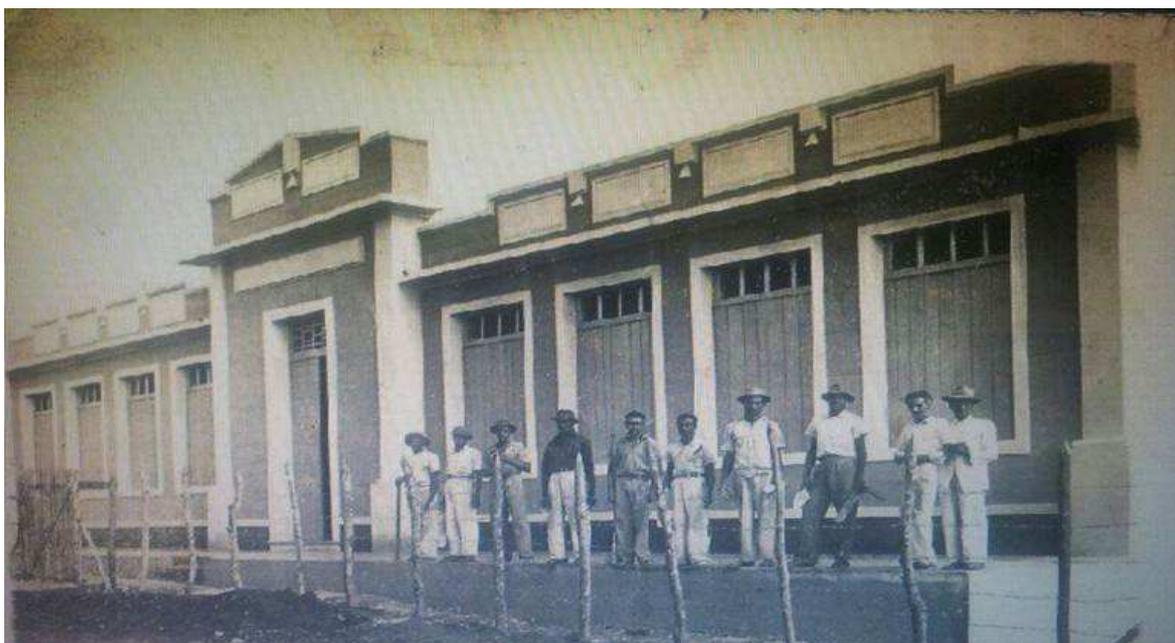
O pequeno centro, localizado nas proximidades da Igreja Matriz que continha: o Mercado Público, principal equipamento de movimentação econômica da época, em que, na feira livre, se comercializavam os produtos oriundos das fazendas¹⁰; os Correios e Telégrafos; as casas estilo colonial que abrigavam a

¹⁰ Entrevista outorgada pelo pesquisador em Cultura Popular de Caetité, na data de 04/07/2018.

população de alto poder aquisitivo, possuidores de toda renda oriunda da terra, inclusive de grandes quantidades de escravos, vendidos como principal mão de obra utilizada no trabalho.

A primeira expansão e transformação urbana de Caetité despontou entre os anos de 1901 a 1980, período em que a influência política das famílias ricas que detinham o poder do Estado constituíram mais instalações. Dentre outras, cita-se: o Observatório Meteorológico (1908), localizado no morro, com elevação de 90 metros acima do nível da Praça Matriz; o Colégio Jesuíta da Companhia de Jesus em 1912; o primeiro aeroporto do Alto Sertão da Bahia; a Companhia Aérea Sadia, utilizada para transporte da elite burguesa na época; a Diocese, sob a custódia do primeiro bispo dom Manuel Raimundo de Melo; a instalação do Grupo Escolar Monsenhor Bastos, na Rua Barão; e o círculo operário, a 500 metros do núcleo central, na Avenida Santana, em 1915.¹¹ Ver foto 7.

Foto 7: Construção do Grupo Escolar Monsenhor Bastos na Rua Barão de Caetité/BA, 1915.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

Os clérigos católicos que moravam na cidade exerciam, juntamente com outros caetiteenses políticos que residiam em Salvador, sua influência na construção de todos os equipamentos anteriormente listados, todavia para

¹¹ Entrevista concedida pelo historiador Kesley Souza na data 28/06/2018. O pesquisador é Fundador da Academia de Caetiteense de Letras. Atualmente trabalha pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

atender as necessidades de poucas famílias. Esses elementos contribuíram para tornar Caetité, sobretudo, um dos principais redutos educacionais da Bahia. Todavia, a escola era um privilégio apenas para a elite local, que depois da abolição da escravidão, renegou a maior parte da população negra ao desemprego, analfabetismo e exclusão social.

O sentido de ameaça política se estabeleceu quando o ensino dogmático da Escola Americana, cujos princípios presbíteros começaram a levantar um grupo de adeptos, formou a Igreja Evangélica Presbiteriana, na praça Dr. Deocleciano Teixeira¹². Desde então, o colégio Jesuíta foi instaurado como “contenção” de conflitos ideológicos-religiosos para a garantia da elite tradicional no poder. Ver foto 8. No entendimento de Santos (1995), os missionários estadunidenses estabeleceram os métodos de ensino mais modernos que superaram o oferecido pela Escola Normal e, por isso, gerou grande repercussão e frequência, o que permaneceu em funcionamento até 1925.

Foto 8: Instituto São José em Caetité - BA.



Instituto São José - Rua Rui Barbosa - Caetité - Bahia - Brasil - Foto do Sr. Fraga, gentilmente cedida por Célia Fraga

O crescimento da cidade e o adensamento das aglomerações populacionais aconteceram quando Caetité passou a receber uma gama de estudantes e funcionários públicos descendentes de famílias ricas de outros municípios, estados e nações, que continham maiores gastos na capital ao obter no interior a formação específica para o mercado de trabalho.

¹² Idem 9

A cidade de Caetité, mesmo como referência educacional baiana, nas acepções de Santos (1995), não incluía nas escolas toda população, apenas estudantes que tinham plenas condições financeiras e/ou eram de origem elitista pois para estudar e usufruir da mesma custava caro. Por outro lado, a população pobre e desempregada passou a residir em áreas isoladas do centro comercial embrionário e dos espaços de riquezas, para ajuntar-se nos diversos pontos da cidade e formar, no futuro, as periferias pobres.

A população pobre e destituída de muitos privilégios, dentre eles, o de frequentar a escola, sofreu no decorrer do tempo perdas de usufruto dos direitos.

Na foto 9 é possível observar a inexistência de estudantes negros. Essa classe negra e pobre, por muito tempo explorada e marginalizada, foi incorporada as escolas públicas a partir da década de 1944 e por isso, ficou aquém no tempo e espaço, em relação àqueles de maior poder aquisitivo.

Foto 9: População branca de Caetité/BA: acesso a privilégios, qualidade de vida e emprego formal 1926.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

O fator educacional, o interesse político e o estabelecimento da diocese foram, nesse primeiro momento, agentes preponderantes à sua urbanização pretérita analisada por Santos (2015), que alterou o espaço agrário, deu base para o futuro modelo urbano comercial e capitalista financeiro.

Contraditoriamente, o desemprego e a miséria foram o legado para a maioria dos negros do antigo sistema escravista que, ao longo do tempo, ficou privado da ocupação e do acesso à moradia e das condições sanitárias. As periferias em Caetité foram compostas pelo fator histórico. Esse processo desencadeou a diferenciação de classes, que, na compreensão de Sposito (2005), gerou as condições sociopolíticas para o crescimento do espaço urbano. O antigo conjunto de fazendas foi dividido em áreas de zoneamento que agruparam, de um lado, as periferias pobres, e do outro as de maior poder aquisitivo, cujas lutas de classes marcaram o início da segregação social e espacial. Esse processo redimensionou a cidade e, paulatinamente, transformou o espaço urbano, conforme pode ser analisado no mapa 3.

Entre as décadas de 1950 a 1970, a Prefeitura Municipal de Caetité e os proprietários fundiários foram os principais agentes que atuaram no crescimento urbano, pois garantiram, ao longo das décadas, benefícios à elite burguesa branca. Essas conveniências, de cunho político e social, viabilizaram a fruição dos equipamentos instalados na cidade, no contexto da luta de classes, pensada por Marx (1996) para quando o capitalismo atingisse seu estado de maturação e aproveitamento econômico de determinados espaços em detrimento a outros. A classe burguesa privilegiada obteve liberdade para criar os loteamentos privados e transformar a terra em mercadoria de venda e troca e consumo em detrimento à classe proletariada.

O sucessor de Odolfo Domingues, José Neves Teixeira, prefeito em Caetité por um único mandato, fez calçamentos de ruas e mudou a feira da cidade, atual praça Rodrigues Lima, conhecida como feira Velha, para as proximidades da BR - 030. O processo foi traumático, pois, na década de 1960, teve que demolir um prédio monumental que existia desde o século XIX, o Mercado Público, para forçar os comerciantes a se mudarem para o novo mercado nas proximidades da Rua Novo Horizonte. (Ver Foto 10).

Mapa 3 – Expansão Urbana de Caetité, 1867 – 2016.

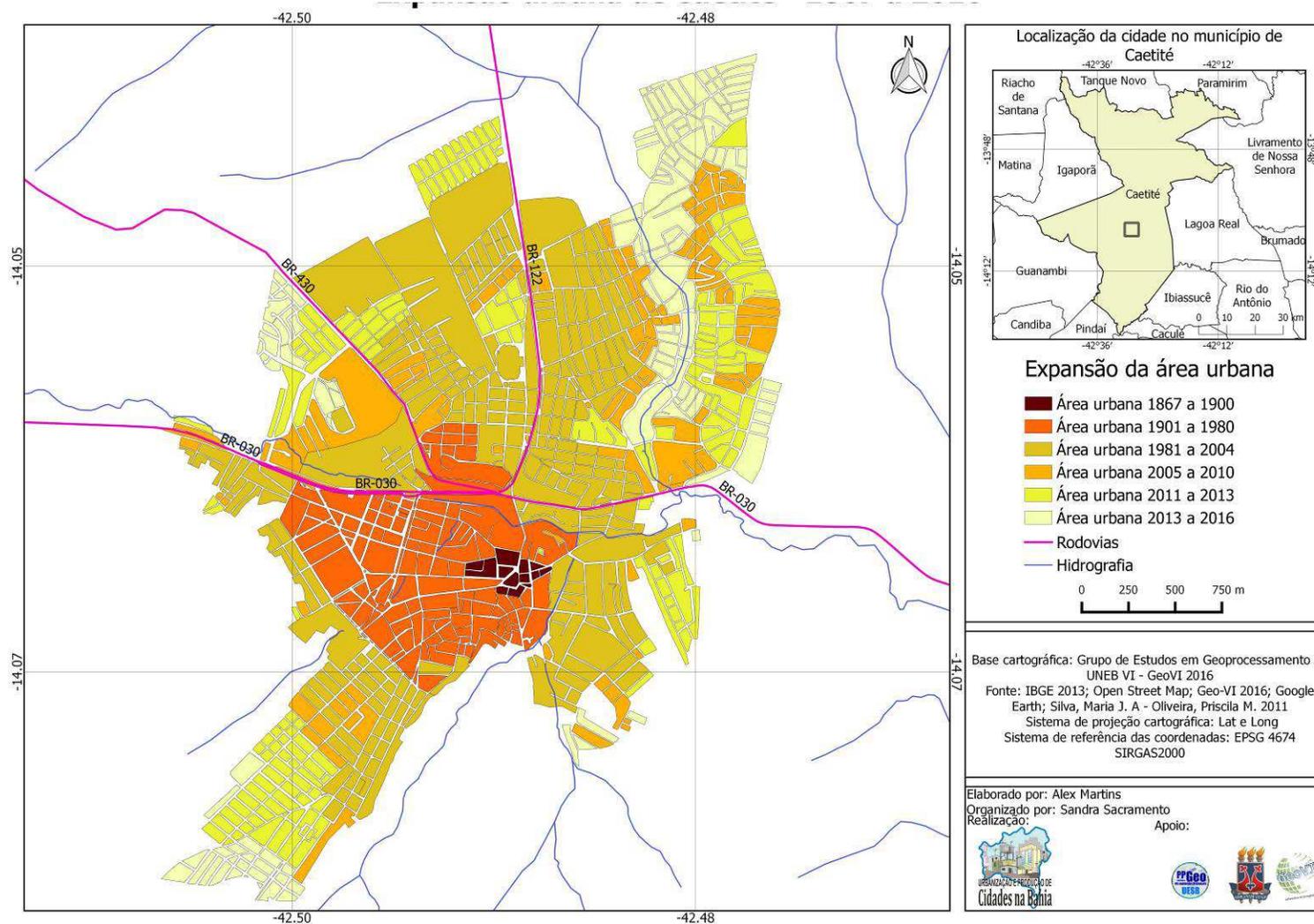


Foto 10: Feira Nova aberta no antigo Largo de São Sebastião em Caetité/BA em 1960.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

A localização da Feira Nova tornou possível o crescimento da cidade em direção ao Oeste do núcleo inicial onde, ao final da década de 1950, no governo de Antônio Balbino, foi construído um hospital regional que, na opinião de Fernandes e Pires (2013), por força diocesana, constituiu-se como o maior da região. Estruturou-se nas adjacências da Escola Normal, reaberta por Anísio Teixeira, que deu margem à ampliação da área educacional a qual recentemente agregou: o Colégio Estadual Tereza Borges de Cerqueira; Departamento de Ciências Humanas (DCH) do Campus VI; o Centro Técnico de Educação Profissional – (CETEP); um polo de Educação à Distância (EAD), do Grupo UNINTER, que alavancou à formação do bairro São José, onde foram construídos mais equipamentos, como Rádio Educadora, o Colégio Teológico do Seminário Católico, Centro Social Urbano, que influenciaram no estabelecimento do loteamento do São Vicente e se constituiu como a periferia de status mais importante, à sudoeste do centro principal, marco fundamental para o alargamento do tecido urbano.

As edificações foram instauradas na encosta do “Morro do Piolho”, área estereotipada e conseqüentemente não muito valorizada, porque abrigava uma pequena parcela da população negra em um aglomerado que se limitava a duas vielas bastante estreitas, localizadas no ponto mais alto do morro, à direita da Rádio Educadora Santana, faixa contínua de moradias, cuja maioria, composta por casebres mal estruturados, serviam como abrigo.

As famílias que residiam no Morro do Piolho foram apelidadas pela elite burguesa preconceituosa e racista que, de acordo com Munanga (2005), sempre generalizou pejorativamente a condição do negro, o qual foi identificado como “*proprôs*” ou “*piolhentos*”. Nas reflexões de Pires (2009), por muito tempo a classe de maior renda de Caetité não considerou o negro como “gente”, mas, como propriedade registrada nos autos civis. Dessa forma, até mesmo suas posses foram constantemente invadidas pela elite, por considerarem espaços vagos de população inexistente a ser apropriado à medida que houvesse interesse político ou socioeconômico.

A organização de novos equipamentos no Morro do Piolho, atual bairro São José, a oeste da cidade, (Foto 11), criou condições necessárias para a expansão em direção ao sul e sudoeste, especialmente por impulsionar a abertura dos bairros Alto do Cristo e do São Vicente em 1970. A criação desses implicou na ampliação do tecido urbano no sentido sul-sudoeste, o que deu novo formato ao território urbano.¹³

As terras das grandes fazendas foram inicialmente divididas sob iniciativa do poder público, na gestão do prefeito Professor Nivaldo Oliveira, que abriu o loteamento no Morro Alto do Cristo, assim denominado por apresentar altimetria muito superior ao núcleo central de povoamento. A Prefeitura Municipal relegou os afrodescendentes às bordas desse loteamento, nas zonas limítrofes íngremes e de difícil acesso, em local muito distante do núcleo comercial que ficava na sede, completamente isolados do convívio e das relações sociais com a classe de maior poder aquisitivo.¹⁴

¹³ Para o pesquisador de Cultura Popular de Caetité, Heitor Lima entrevistado em 04/07/2018.

¹⁴ Idem 11.

Foto 11: Expansão da cidade de Caetité/BA à Oeste no Início do séc. XX.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.

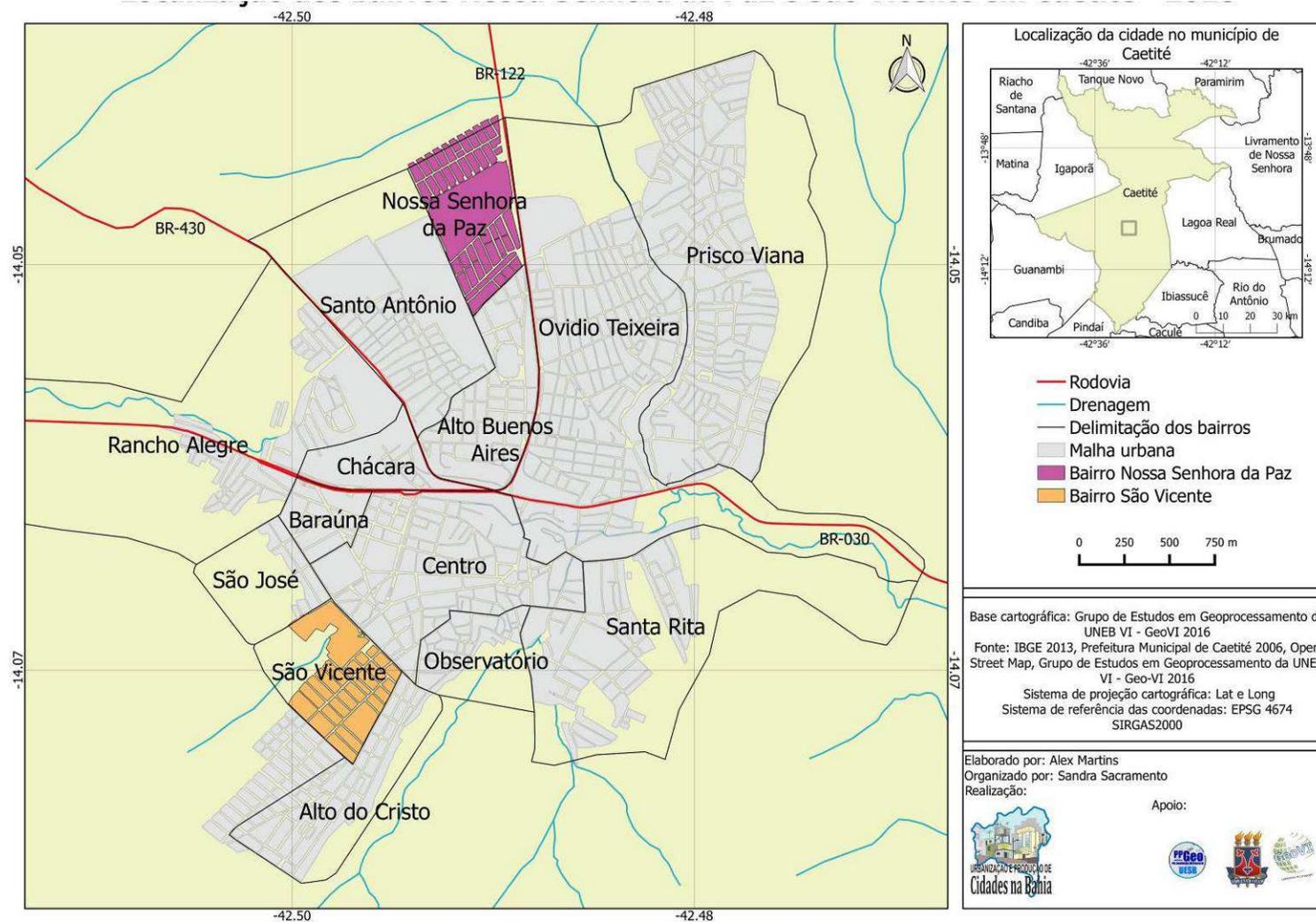
Nesse contexto, a posteriori, outro loteamento foi instaurado em terras de propriedades privadas. O loteamento São Vicente, por exemplo compunha as antigas terras do proprietário Dr. José Carvalho, vulgo Dr. Zequinha, que movido por interesses particulares de consecução de lucro formulou um conjunto habitacional, que assumiu formas peculiares ao agregar residências de alto padrão ocupadas, em sua maioria pelos descendentes da elite burguesa branca, donatária dos antigos conjuntos de fazendas, às quais edificariam a periferia de alto padrão econômico na cidade.¹⁵

Sobre sua formação, desde o início, o bairro já contava com calçamento e esgoto canalizado para o rio Jatobá. Para a prefeitura essa era uma forma de assegurar saneamento básico aos moradores residentes. O São Vicente, que se formou enquanto periferia de status, agregou as construções mais imponentes de moradores de alto poder aquisitivo.¹⁶ Localiza-se em um dos pontos mais extremos, em área de morros que refletem maior altimetria na sede. (Ver Mapas 4 e 5).

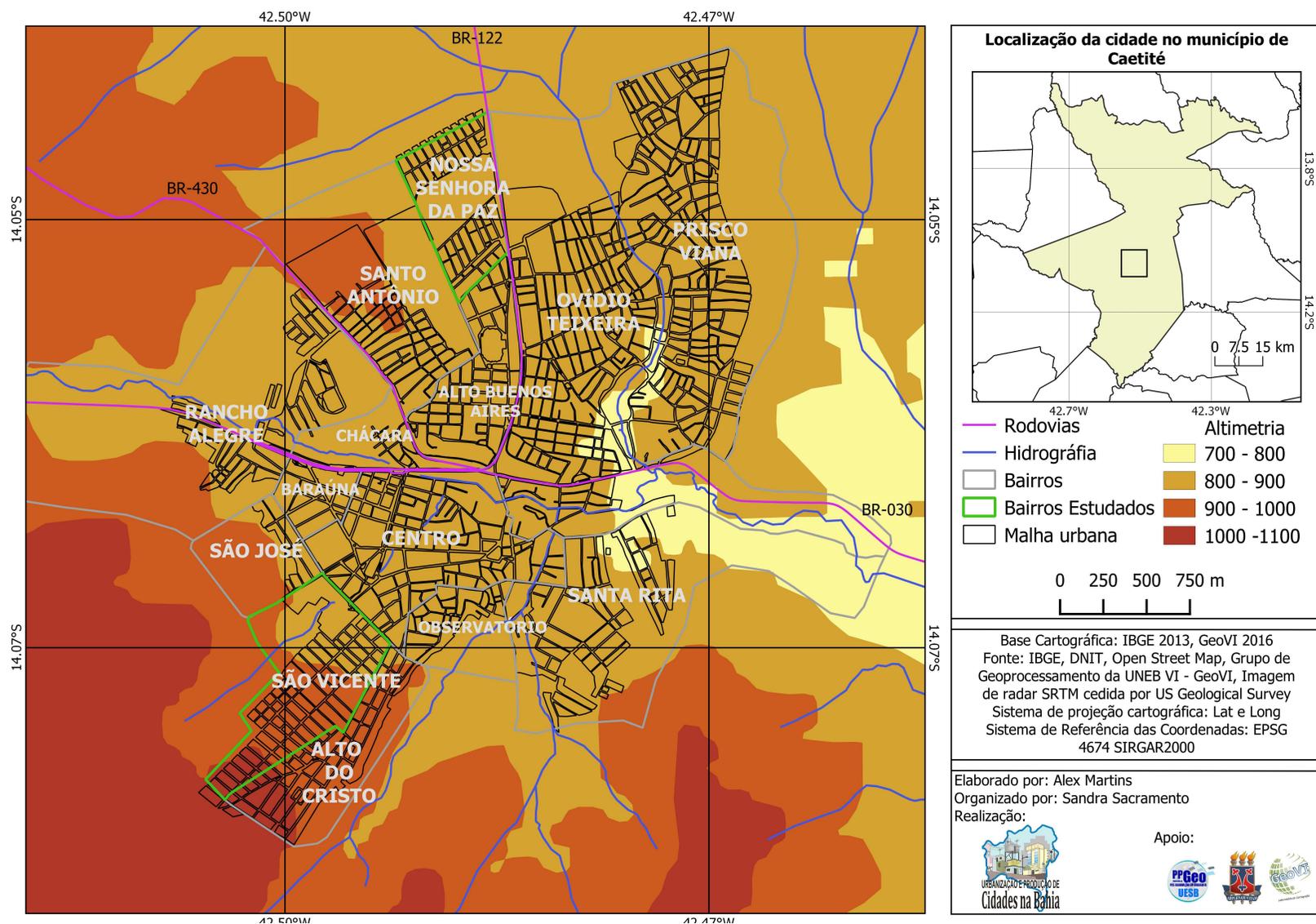
¹⁵ Visão do historiador Kesley Souza ao conceder a entrevistado na data de 28/06/2018.

¹⁶ Entrevista facultada pelos moradores antigos do São Vicente na data 04/07/2018.

Mapa 4 – Localização dos bairros Nossa Senhora da Paz e São Vicente, 2018.



Mapa 5 – Altimetria da cidade de Caetité, 2018.



Esse novo bairro é essencialmente residencial e, portanto, conforme análise em campo, quase não possui equipamento público ou privado, exceto um mercadinho e uma pequena papelaria no limite com o Alto do Cristo. Há uma pequena eletrônica na avenida principal do bairro, que faz pequenos consertos em eletrodomésticos. Para os moradores do São Vicente, portanto, foi oferecido um ambiente distante da “agitação” do Centro e, principalmente, dos conjuntos habitacionais mais pobres, cuja maioria se localiza ao norte da cidade.

O bairro contemporâneo ao São Vicente é o Santa Rita, que possuía dois equipamentos principais: o restaurante Giripoca e a Colégio da Cooperativa Educacional de Caetité (COOPEC), únicos que valorizaram ainda mais os lotes, os quais detinham para a especulação algumas residências com quintais muito grandes, além de “terrenos vazios”, que contraditoriamente desencadearam em um crescimento bastante lento. A instalação da ABB em um terreno doado pelo Estrela Futebol Clube tinha por objetivo atrair uma quantidade maior de residentes ricos.

Todavia, isso não aconteceu, pois essas instalações eram utilizadas por pouco período de tempo, o que deixou o bairro praticamente sem mudanças por vários anos.¹⁷ A partir do final do século XX, nele foi construído um novo fórum, Cezar Zama, bem maior, pois o anterior não mais comportava a demanda que a cidade passou a exigir.

Os lotes nesses dois bairros de maior poder aquisitivo, eram comercializados a preços mais altos, o que contribuiu para a “expulsão” da maioria das famílias pobres e negras para o outro lado da rodovia, na “Ladeira”, termo pejorativo usado para identificar os zoneamentos mais pobre da cidade de Caetité, o antigo refúgio do maior contingente da população de renda mais baixa. Todavia, como não tinha para onde ir, acabou a ocupar essa área de “poeira vermelha”, em que os pés rubros¹⁸, desse mesmo solo, faziam adobes para erguer suas moradias.¹⁹

¹⁷ Idem 13.

¹⁸ O solo é classificado como Latossolos-vermelhos-escuro, cuja característica avermelhada, tinge facilmente o solado do pé dos moradores que usavam alpercatas e deslocava até o centro. O pé da poeira vermelha, identificava os moradores da ladeira. Esse solo é conhecido popularmente com terra batom.

¹⁹ Declaração em entrevista o pesquisador de Cultura Popular Heitor Lima em 04/07/2018.

No decorrer do tempo, os seus descendentes, que construíram casas de adobão muito pequenas, ficaram renegados às ruas indefinidas, similares às estradas de terras para passagem de animais, posto que eram destituídas de serviços de infraestrutura e saneamento básico.²⁰ Sua localização está ao Norte, nordeste e sudeste da cidade e compõe o zoneamento que agrega maior percentual de terras na sede. Atualmente, correspondem aos bairros Alto Buenos Aires, Ovídio Teixeira, Santo Antônio e o Prisco Viana, terreno reservado para a implantação da antiga Escola Agrícola, agrotécnica, que, por desinteresse político local, na gestão do prefeito Dácio Alves de Oliveira foi transferida para Guanambi, onde hoje é o Instituto Federal da Bahia (IFBA).

De acordo com o mapa 3, sobre a expansão urbana, entre os anos de 1981 a 2004 Caetité conheceu o maior momento de crescimento, quando, por outros interesses políticos internos e particulares do prefeito Clarismundo Pontes (1982-1988), que não elegeu seu candidato, doou documentos que delegavam poder de posses de terrenos agrícolas para os seus correligionários. De acordo com o entrevistado Kesley Souza, foi na zona Nordeste da cidade, denominada de Escola Agrícola, que suas terras foram divididas em duas partes: a primeira ficou como lotes agrícolas propriamente ditos, destinados à plantação e criação; e a segunda foi transformada em lotes urbanos, que engendraram uma parte do bairro Pernambuco, a Barroquinha, e todo o bairro Ovídio Teixeira, que compõe na atualidade a área mais populosa da sede.

Nesse ínterim, houve rápido crescimento com a venda e a grilagem dos lotes, o que possibilitou a criação desses bairros. Diferente do que ocorreu no São Vicente, o Santa Rita e Alto do Cristo.

No bairro Ovídio Teixeira a ocupação foi vertiginosamente rápida, de forma que mesmo com a iniciativa de retomada dos lotes grilados pelo poder público, nas gestões posteriores, já era completamente impossível se manter o controle de compra e venda “ilegal”, o que implicou em multiplicação desordenada de lotes circunscritos nessa área mais plana da cidade, que agrupava mais quatro bairros, Alto Buenos Aires, Escola Agrícola, Pedro Cruz e o Santo Antônio, identificados popularmente como a “Ladeira”.²¹

²⁰ Idem.

²¹ Visão do historiador Kesley Souza ao conceder a entrevistado na data de 28/06/2018.

A população pobre e negra que ficou desempregada foi recrutada para a construção, dentre outros, do cemitério municipal Ladeira da Saudade, que foi todo aterrado com a “terra vermelha”, oriunda da Rua do Grotão. O transporte de adobes para a edificação do monumento era improvisado em bacias e baldes, ou carros de boi.²² Até final dos anos de 1980, a relação da classe de maior renda com esse espaço limitava-se apenas ao depósito de seus mortos.

Entre os anos de 1981 a 2004, a cidade absorveu características mais urbanas e expandiu consideravelmente na gestão do prefeito Dácio Alves de Oliveira (1989-1992), que, em seu segundo mandato, fomentou uma política para aquisição de uma propriedade privada, onde fez o loteamento Nossa Senhora da Paz. Posteriormente, concentrou a maioria da população pobre que vivia nas proximidades do cemitério ou no centro da cidade.²³ Localizado a um quilômetro e trezentos metros do cemitério, formou-se então como uma outra periferia paupérrima, não pertencente à ladeira, mas conhecida como “As Casinhas”.

A estruturação do Nossa Senhora da Paz se deu por uma demanda do processo industrial local de se criar uma área proletária na cidade de baixo custo. Os terrenos do loteamento Barro Preto, foram doados e estariam acessíveis à população de baixa renda.²⁴ Ao propagar-se o falso ideário do sonho da casa própria, aglomerou-se a maior parte da população de baixa renda em casebres, com “parede meia” e outras germinadas com aproximadamente 22 m². Contudo, o desfecho dessa ação política era expulsar a população pobre que abrigava-se nas bordas da periferia de maior poder aquisitivo mesmo nas proximidades do Centro. No bairro foram instaladas algumas indústrias ceramistas que empregavam boa parte dessa população masculina analfabeta.

Na visão do historiador referido no parágrafo anterior, não existem políticas públicas para moradia da classe proletária, “a menos que se considere um loteamento como o do Nossa Senhora da Paz”. Na sua concepção, o que existiu foi a interferência municipal junto às financeiras para “assegurar” o direito à moradia da classe pobre numa periferia formada pelo próprio poder público, que agrupou os miseráveis numa área ainda mais isolada da cidade. O loteamento Barro Preto foi o embrião para o surgimento e crescimento do bairro Nossa Senhora da Paz, que foi arregimentado pela Prefeitura Municipal, entre os anos

²² Declaração em entrevista o pesquisador de Cultura Popular Heitor Lima em 04/07/2018.

²³ De acordo com entrevista concedida pela Prefeitura Municipal de Caetité em

²⁴ Idem 18.

1992-2000, em que 350 casas populares foram construídas, na gestão do ministro Prisco Viana, no governo de José Sarney, que apoiava a gestão do prefeito Dácio Alves de Oliveira, eleito em 1989. A Prefeitura lançou como objetivo a criação de um bairro que possibilitasse a mudança dos pobres residentes próximo ao Centro e principalmente da Feira Velha²⁵.

O intuito era abrigar as famílias que não tinham acesso à moradia própria, seria uma espécie de política habitacional que pudesse atender as necessidades dessa população.²⁶ Nessas circunstâncias, argumenta que a Prefeitura “incentivou” à venda de suas velhas residências, com a promessa de que receberiam uma nova casa no bairro em formação. Nesse período, houve “doações” de casas populares com quatro cômodos, todavia muito pequenos.

O historiador Kesley Souza e os moradores do bairro Nossa Senhora da Paz informaram que a maioria das pessoas inscritas no programa de doação das casas populares era de classe média alta. Ao perceberem nas moradias indícios de desconforto, pois as casas tinham apenas 22m² e as instalações sanitárias eram precárias e mal-acabadas, revenderam a baixo custo para os mais pobres, que “não conseguiram” se inscrever no Programa de aquisição da casa própria.

Os moradores antigos do bairro também manifestaram seu descontentamento e frustração, posto que as casas não apresentavam nenhuma segurança e se localizavam em uma área muito distante do Centro, sem nenhuma oferta de bens e serviços públicos para uma população destituída de transportes.

Subsequentemente, o bairro Nossa Senhora da Paz foi ampliado à oeste, quando da atuação da Caixa Econômica Federal na construção de mais 300 casebres, destinados à funcionários públicos. Essas “casinhas brancas” foram abandonadas pelo público alvo e por muitos anos permaneceram fechadas, até que foram ocupadas por pessoas pobres de outros municípios, como Guanambi, Igaporã, Jacaraci e de outras nas zonas dos limites de Caetité. O bairro ficou conhecido pelo pejorativo de “As Casinhas”, o que denota o formato de uma periferia pobre construída e planejada pela Prefeitura, que segregou duas periferias, uma de maior renda e outra como lócus da pobreza quando do seu estabelecimento.

²⁵ Relato do Diretor de Projetos Arquitetônicos do Município de Caetité. Entrevista concedida em 11/07/2018.

²⁶ Informou a Prefeitura Municipal de Caetité por meio de entrevista em 11/07/2018.

Os moradores ainda relataram que, na época, o bairro não continha água encanada, energia, calçamento ou mesmo um sistema adequado de esgotamento sanitário. De acordo com a moradora antiga, esses benefícios, inclusive o asfaltamento, só foi feito 10 anos após a sua criação.

A partir dos anos de 2005 a 2016 os principais vetores de crescimento da cidade de Caetité, que geram as transformações urbanas significativas, num terceiro momento, foi a transferência da população da zona rural para zona urbana. Na apreensão de Jordão (2009), isso atendeu à lógica global, que, por ocasião da implantação das grandes corporações industriais, as mineradoras e do parque eólico de produção energética nos municípios do Alto Sertão, dentre eles, em Caetité, forçou uma nova saída do campo.

A nova fase econômica capitalista, a globalização, altera profundamente o espaço e seu consumo, assim como transforma as relações sociais e de trabalho. Para Becker e Egler (2010), a utilização das novas tecnologias impulsiona a industrialização e modernização no país, momento em que há uma abertura à globalização da economia, bem como a nova roupagem a urbanização, sobretudo nas cidades de pequeno porte, que absorvem, por um lado, “o progresso”, e dialeticamente, a miserabilidade. Os autores afirmam que o ritmo imposto pela globalização intensificou a produção primária, bem como a proliferação de outras atividades de produção, como a mineração das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), as indústrias de confecções e ceramistas, gráficas, torrefações, saboarias. No tocante à mineração, Caetité conta com importante jazida de ametistas exploradas no Distrito de Brejinho das Ametistas desde o século XIX. A exploração atingiu o seu auge no século XX, com a instalação de uma empresa alemã, que comercializava o minério.

No século XXI, o principal minério explorado é o urânio. Segundo a Indústrias Nucleares do Brasil (INB), suas características, teor e dimensão de reservas estimadas em 110.000 toneladas em mais de 38 depósitos, o que forma um dos maiores complexos uraníferos de maior potencial da América Latina, numa área de 1700 hectares, isso sem outros minerais de interesse associados. Nos últimos 16 anos produziu 3.750 toneladas com capacidade de produção de aproximadamente de 235 toneladas/ano do concentrado de urânio. A meta da INB

para os próximos anos é a sua duplicação para 800 toneladas/ano.²⁷ Envolta em inúmeras questões, o final do século assistiu ao declínio da extração, com forte impacto na economia local. No novo milênio, com a intervenção do Poder Judiciário e de outros agentes, foi feito um acordo que permitiu a retomada dessa atividade. Esse processo permite lembrar os argumentos de Carlos (2000), quando infere que esses elementos intensificam as aglomerações urbanas e complexificam a urbanização.

Também há manganês no município de Caetité, na divisa com Licínio de Almeida e Caculé, com ricas jazidas, cujo mineral é extraído pela Companhia Vale do Rio Doce, com restrito proveito econômico para a cidade. Também, com menor impacto econômico, mas igualmente relevante, a extração de granito em diversos pontos do município, destinados sobretudo ao mercado externo. Ainda que incipiente, a exploração pode afetar o crescimento futuro.

Nota-se que a urbanização pretérita, interpretada por Santos (2015), foi suplantada e os adensamentos atuais se fazem na perspectiva da Nova Divisão Internacional do Trabalho, em que há mobilidade de capital, pessoas, indústrias e do próprio trabalho. Nessa nova fase, o município de Caetité passa a absorver um conjunto de técnicas e de obras que permitem emoldurar-se das condições de infraestrutura, planejamento, organização administrativa e embelezamento consoante aos princípios do urbanismo.

Dentro desse processo, o impacto da inserção dessas mineradoras e das multinacionais em Caetité contribuiu para a mobilidade do trabalho, conforme corrobora Gaudemar (1977), o que permitiu a formação de novos espaços, assim como a ampliação do bairro São Vicente, que concentrou o pessoal de outros municípios na periferia de alto poder aquisitivo. Esses vetores de crescimento atraíram os trabalhadores das mineradoras, empresas e outros órgãos públicos e privados a fixar moradias, o que cria nova demanda no processo de urbanização. Os fatos comprobatórios foram a implantação de equipamentos públicos fundamentais que corporificaram a área urbana. Quando o poder público passou a explorar as extremidades para além do núcleo central, através da instalação de construções importantes, que melhorariam a prestação de serviços, geração de emprego e renda, expressou a continuidade de um processo histórico-geográfico

²⁷ Fonte: INB (2018)

de expansão urbana sob a cultura de sua classe burguesa que continua a moldar a cidade ao seu bel prazer.

Um outro aspecto interessante é que a maior parte das áreas de morros da cidade conformam os bairros mais ricos. Enquanto que a “ladeira”, que é a área mais plana da cidade de Caetité, paradoxalmente, na visão da elite da cidade, é assim considerada, como a “periferia” que, como é comum no Brasil, é compreendida assim somente para distingui-la das áreas elitizadas, conforme menciona Santos (2017).

A partir do século XXI Caetité avançou na criação de outros bairros, considerados recentes, como o Santo Antônio, Chácara e Rancho Alegre, ao Norte e Noroeste; ao Sul, o loteamento Bosque do Jacaraci; a sudeste o Santa Mônica. Todos esses frutos do parcelamento de lotes na cidade, resultados e sujeitos à especulação imobiliária, que garante elevados preços e nega o direito à ocupação de pobres em determinados bairros. Um outro exemplo é o loteamento o Santa Rita, conhecido vulgarmente como Gambá, que é contemporâneo ao loteamento São Vicente, e teve seu crescimento em pleno século XXI, embora suas matrizes iniciais sejam bem mais antigas, mais ou menos contemporâneas ao São Vicente.²⁸

A origem das famílias dos bairros em questão é diversa, pois, enquanto que a maioria dos moradores do São Vicente é natural de Caetité, seguida do grupo que vem da zona rural, os do Nossa Senhora da Paz têm origem em outros municípios, dentre os quais cita-se: Iuiu, Bom Jesus da Lapa, Lagoa Real, Brumado, Jacobina, Iramaia, Guanambi, Igaporã, Lavras da Mangabeira, no Ceará, e de São Paulo (SP). A maioria veio em busca de trabalho e passou a residir em Caetité, o que aumentou a demanda por moradias na cidade.

Os primeiros moradores eram pessoas da zona rural de Caetité que se mudaram para a cidade, mas depois não conseguiram sobreviver nela. As casas também tinham um custo mensal para os moradores que, pela falta de emprego tiveram que abandoná-las e retornar ao campo. Os ocupantes ilegais, também desempregados e sem condições financeiras para quitar o imóvel, passaram a residir clandestinamente e, por isso, pela falta de opção em sua cidade de origem, permaneceram em Caetité.

Os focos de violência no loteamento Barro Preto, recém-formado, eram

²⁸ Visão do historiador Kesley Souza ao conceder a entrevistado na data de 28/06/2018.

elevados, isso para uma cidade pequena como Caetité, em que não se convivia anteriormente com tal situação. Posteriormente, a Prefeitura Municipal renomeou o bairro, que passou a se chamar Nossa Senhora da Paz. Os moradores informaram que o nome está associado a uma questão religiosa em que uma santa católica de mesmo nome passou a ser a protetora do bairro. Todavia há também relatos de que a troca foi feita como “forma de chamar a atenção dos moradores à paz”.

Dado o exposto, o processo de expansão de Caetité demonstra que, enquanto a cidade se expandia em direção aos morros onde foram construídas mansões, de modo semelhante, se estendia para as áreas mais planas, através da construção de moradias paupérrimas, tanto por parte do poder público, quanto pela iniciativa da própria população, que necessitava de moradia.²⁹

“[...] Através de organismos interpostos, toma a seu cargo a construção de habitações. Começa o período dos “novos conjuntos” e das “novas cidades [...]” (LEFEBVRE, 2001, p. 25). Todos esses bairros delinearam a morfologia da cidade e suas funcionalidades, uma vez que, mesmo em pontos diferentes em relação ao Centro, polarizam o residencial de status, o comércio e as prestações de serviços públicos ou privados, mas também retratam a luta entre classes, capital e trabalho na nova Divisão internacional do trabalho (DIT), que, para Jordão (2009), se faz no contexto da globalização, ainda que, nas cidades de pequeno porte, ocorra num plano mais reduzido, quando comparado à dinâmica metropolitana, porém mais complexo.

Na dinâmica capitalista, algumas áreas tornam-se “repulsivas” para as camadas sociais mais pobres e, ao mesmo tempo, “hipervalorizadas”, pois a especulação imobiliária, que agrega valor aos lotes, provoca pressão na comercialização daqueles localizados na área central, o que eleva os preços de modo que se torna impossível para a classe trabalhadora pobre adquirir moradia no centro ou mesmo nas periferias de alto poder aquisitivo, conforme analisa Sposito (2004). Dessa forma, a segregação socioespacial é um fator sociohistórico que foi produzido pela elite, que na cidade pequena se confunde com o poder municipal. Isso pode ser constatado na morfologia das periferias de Caetité.

²⁹ Declaração em entrevista o pesquisador de Cultura Popular Heitor Lima em 04/07/2018.

A morfologia urbana, na concepção Sposito (2007), mostra que os vetores econômicos, políticos e culturais são enfoques especiais da produção do espaço quando somados aos conjuntos sistêmicos consubstanciados nas vertentes históricos-espaciais. Por isso é muito importante destacar seu estudo nos conteúdos geográficos.

Consoante a interpretação de Moura e Soares (2009), conceito recorrente da Geografia brasileira, a periferia é vista apenas como uma área muito pobre, sem infraestrutura e que possui casas e “gente” pobre, e com baixa condição financeira e social. Essa interpretação depreciou por muito tempo os bairros nelas compostos, o que deu origem as diversas formas de incompreensões das lógicas socioespaciais. Essa população é discriminada, além de ser desrespeitada nos espaços públicos, privados e de prestação de serviços que, por vezes, negou e nega direitos (Ver o Mapa 4).

4. CRESCIMENTO URBANO DE CAETITÉ: NOVAS MORFOLOGIAS E CONTEÚDOS DOS BAIRROS PERIFÉRICOS.

As periferias de Caetité formam o espaço urbano que define o substrato de um mutante arcabouço histórico o qual agregou: edificações, lotes, quarteirões etc., em que os indivíduos desenvolveram as relações para reprodução e manutenção de suas vidas. São os relacionamentos políticos, econômicos, sociais e os usos dos objetos incorporados que proporcionaram a formação, dentre outros, dos bairros Nossa Senhora da Paz e o São Vicente.

A materialização desses espaços é a culminância de um conjunto de temporalidades que absorveu novas morfologias e conteúdos, isso na lógica do sistema capitalista. Esses processos impulsionaram a urbanização no município que, por meio da mobilidade dos indivíduos, de mudanças econômicas e políticas, garantiu, por um lado, a acumulação do capital, e por outro formou uma camada de trabalhadores e/ou consumidores que se agrupam conforme as classes sociais e se apropriaram das periferias em análise.

A princípio, identificou-se os bairros o Nossa Senhora da Paz e o São Vicente como periferias que possuem morfologias distintas e exprimem a lógica de uma acumulação que se realiza no espaço e no tempo. Por meio dos estudos empíricos foi possível compreender que a dinâmica social e política que impulsiona o giro dos interesses econômicos e que mobilizou os agentes e os vetores de crescimento, transformaram e expandiram o tecido urbano em Caetité.

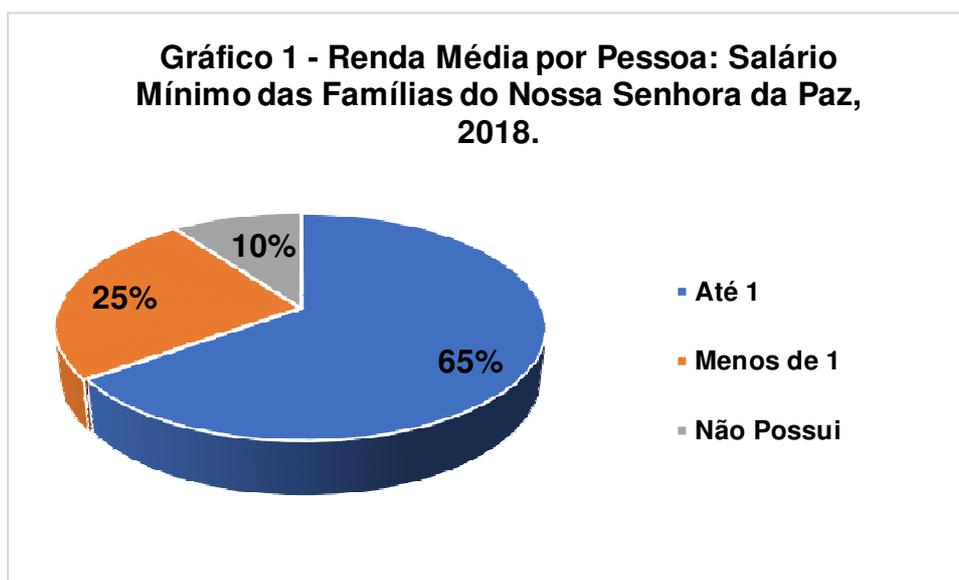
4.1. CONDIÇÃO DE VIDA DAS CLASSES DISTINTAS NAS PERIFERIAS DE CAETITÉ

As condições de vida das famílias residentes nos bairros São Vicente e Nossa Senhora da Paz denotam heterogeneidades resultantes das profundas discrepâncias sociais materializadas no espaço urbano de Caetité. Essas periferias são reformuladas constantemente pela dinâmica socioeconômica do município, mas também pelas características das famílias que, por um lado, são de maior poder aquisitivo e, por outro, constituem os mais pobres. Esse conflito se molda no âmbito das pressões entre o poder das forças produtivas e os valores e interesses individuais que provocam as tensões entre as classes sociais.

O gráfico 1 apresenta o contraste socioeconômico e a situação das famílias do Nossa Senhora da Paz. A maioria tem renda média de até 1 salário mínimo. Outro percentual significativo revela a existência daqueles que sobrevivem com menos de 1 salário. Dos 65% que recebem até 1 salário mínimo, 25% vivem do bolsa família, no valor de aproximadamente R\$ 120,00 reais.

Os dados apontam que a maioria das famílias de maior poder aquisitivo em Caetité possui uma renda que ultrapassa 10 salários mínimos. Há ainda aqueles que recebem entre 5 a 10 salários mínimos e o menor percentual entre 4 e 5 pessoas. Nessa parte da periferia também não há distribuição igual da renda.

O fator econômico é um dos aspectos que distingue as famílias nas periferias diversas da cidade de Caetité. No caso do São Vicente, as famílias têm rendas que favorecem melhores condições de vida em relação ao Nossa Senhora da Paz. (Ver os gráficos 1 e 2).

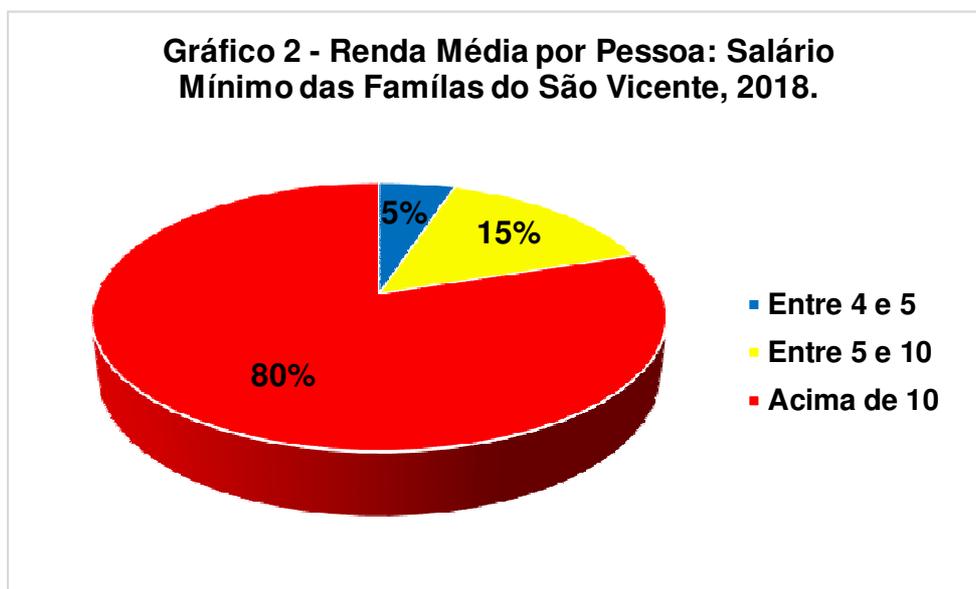


Elaboração: Sandra Sacramento. Fonte: Pesquisa de Campo.

As condições de vida de uma família do São Vicente ilustram essas desigualdades. De um lado, um certo casal que reside em uma mansão de 22 cômodos e 3 compartimentos, com renda fixa de mais de 20 salários mínimos. A residente Olivina Nascimento³⁰ exclamou indignada: “Boa é a situação dos pobres que recebem ajuda do governo, aqui a gente nunca recebeu ajuda nenhuma”.

³⁰ Olivina Nascimento: moradora (D) do São Vicente. Entrevistada em 03 de outubro de 2018. Aplicadora: Sandra Lician.

Não há registros entre as famílias mais abastadas com recebimento de bolsas oriundas do Governo Federal.



Elaboração: Sandra Sacramento. Fonte: Pesquisa de Campo 2018.

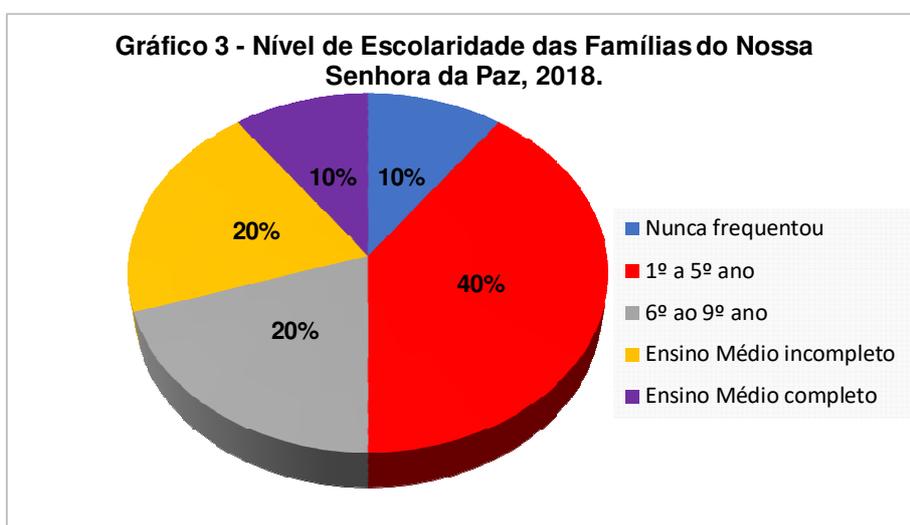
O relato da moradora do Nossa Senhora da Paz, Fabiana Prates³¹ de 18 anos, difere: “Moro aqui com meu marido, mas tudo o que preciso faço na casa da minha mãe. Estamos desempregados, não acho serviço e não tenho bolsa família”. Essas situações opostas indicam, dentre outros aspectos, que há um conflito social, ideológico e cultural por parte das famílias em cada uma das periferias em análise. Há o confronto nas informações entre os residentes do São Vicente, que desconhecem por completo a situação econômica e social dos indivíduos que vivem em situação de extrema pobreza e ainda fazem juízo de valor sobre a outra periferia.

Para as famílias pobres as suas péssimas condições de vida estão associadas à questão da falta de escolaridade. Foi constatado que nessa área a maioria das pessoas que tem um nível de escolaridade do 1º ao 5º ano (antiga quarta série), seguido dos jovens que cursaram até o 9º ano (antiga 8ª série), e outros que não têm o Ensino Médio completo e pouquíssimos que o completaram. Outro grupo nunca frequentou a escola e não houve registros de moradores que

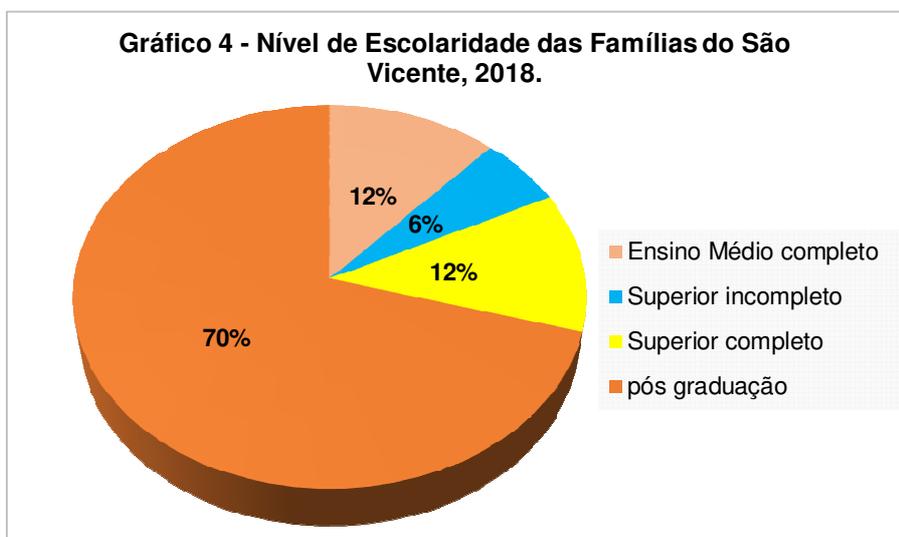
³¹ Fabiana Prates: moradora (12) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

tenham nível superior incompleto, completo e pós-graduação. De certo modo, isso aprofunda as crescentes disputas desiguais entre as classes pelos direitos.

As famílias do São Vicente, em contraponto, possuem nível de escolaridade em que todos frequentaram a escola em tempo regular e muitos desses cursaram pós-graduação. A maioria dos filhos também convive numa esfera social de usufruto de certos privilégios, do ponto de vista socioeconômico e relativo ao município. Ingressaram em universidades e frequentam cursos como os de Medicina, Engenharia Civil, direito e Administração, dentre outros. Alguns não completaram o ensino superior e os menores de idade estudam em escolas particulares, bem como cursam o Inglês e o espanhol. Observe os gráficos 3 e 4.



Elaboração: Sandra Sacramento. Fonte: Pesquisa de Campo.



Elaboração: Sandra Sacramento. Fonte: Pesquisa de Campo.

As crianças do Nossa Senhora da Paz são matriculadas pelos pais nas escolas do bairro, pois não há transporte para o deslocamento a outras partes da cidade. Somente a partir do Ensino Médio é que esses estudantes são inclusos e necessitam deslocar para estudar nos colégios públicos no Centro. Como não há condições de pagar o transporte para deslocamento, uma parte desiste dos estudos. Alguns tentam estudar no Pedro Atanásio Garcia, no distrito de Maniaçu, a quarenta quilômetros da cidade, devido a existência do ônibus escolar municipal que passa no bairro. Os que ingressam no Ensino Médio noturno normalmente trabalham no diurno.

Para os moradores do Nossa Senhora da Paz há dois motivos que dificultam o ingresso no mercado de trabalho em Caetité: a falta de escolaridade e o fato de pertencer a esse bairro pobre. Alessandra Ferraz³² afirmou: “Eu não tenho profissão porque não estudei, saí da escola quando cursava a 8ª série para casar, hoje me arrependo. Sou faxineira diarista e não arrumo emprego porque moro aqui”. Os seus pais não frequentaram a escola e, por isso, indicou que não possui emprego e renda.

A maioria das famílias que têm nível de escolaridade deficiente se ocupa do trabalho informal, como autônomos, dentre os quais cita-se: ajudantes geral, catadores de alumínio, manicure, descarregador de caminhão, lavadeira de roupa (para idosos do bairro), reforço escolar, pedreiro, vendedores ambulantes, proprietários de botecos, diaristas ou se ocupam nos seguintes subempregos: limpeza escolar, gari.

Em contraste, está a situação ocupacional das famílias de maior poder aquisitivo do São Vicente. A maioria presta serviços públicos e recebe remuneração mais alta, dentre os quais cita-se: engenheiros civis, médicos, advogados, funcionários públicos como: professores universitários, estaduais, vereadores, INSS, bancários, gerentes de empresas estatais, federais, internacionais, proprietários de indústrias de cerâmicas e comércios regionais e locais. Nessa parte da periferia pelo menos um dos residentes trabalha. Ver a relação da ocupação e o nível de escolaridade dos entrevistados quadros 1 e 2.

³² Alessandra Ferraz, moradora (15) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician

Quadro 1 - Ocupação das famílias do Nossa Senhora da Paz, 2018.

Local	Motivo	Escolaridade
Prefeitura Municipal	Escolaridade incompleta.	1º ao 5º ano
Outras cidades	Não consegue emprego em Caetité.	1º ao 5º ano
Bar/Cultivo de plantas	Proprietária autônoma.	1º ao 5º ano
Na própria casa	Não consegue emprego em Caetité.	6º ao 8º ano
construção civil	Pedreiro que gosta da profissão.	1º ao 5º ano
lixão de Caetité	único meio de sobrevivência.	1º ao 5º ano
Renova Energia	Único emprego que conseguiu.	6º ao 9º ano
Prefeitura Municipal	concurso público para gari.	6º ao 9º ano
Autônomo	Vende biscoitos no bairro.	1º ao 5º ano
Casa de Família	Trabalha na casa da irmã.	Ens. Médio incompleto

Fonte: Elaboração: Sandra Sacramento. Fonte: Pesquisa de Campo.

Quadro 2 - Ocupação das famílias do São Vicente, 2018.

Local	Motivo	Escolaridade
Indústria/INB	Engenheiro	Pós-graduação
Servidor Público	INSS	Pós-graduação
Clínica Particular	Atua na área da medicina	Pós-graduação
Hospital Particular	Atua na área da medicina	Pós-graduação
Empresa Particular	Proprietário de empresa em outro município	Superior completo
EMBASA	Concurso público/ gerente	Pós-graduação
Banco do Brasil	Concurso Público	Pós-graduação
Colégio Público	Professor (a)	Superior completo
Comércio local	Comerciante de bens de consumo	Superior completo
Rede de Lojas	Proprietário de lojas de eletrodomésticos	Superior completo
Escritório Próprio	Advogados	Pós-graduação
BAMIM	Gerente da Empresa Bahia Mineração	Pós-graduação

Fonte: Elaboração: Sandra Sacramento. Fonte: Pesquisa de Campo.

As ocupações dos moradores São Vicente e do Nossa Senhora da Paz transparecem que as condições de vida em cada um dos espaços seguem a lógica das desiguais oportunidades de acesso aos benefícios básicos para a sobrevivência. Isso interfere no Poder de Paridade de Compra (PPC), em que as condições financeiras para o consumo também se interpõem na qualidade de vida da população.

A esse aspecto somam-se as dificuldades que os pobres têm no tocante ao acesso ao emprego, renda e, principalmente, no direito do viver com melhor qualidade de vida. Uma parte dessa população é desempregada e convive, dentre

outros aspectos, com a pobreza, violência e a injustiça social. São famílias imersas no descaso social, que têm os direitos negados e uma existência marcada por dois tipos de conflitos: o interno, quando o indivíduo luta para ser aceito em um meio que o exclui, e o externo, quando faz parte de uma classe social destituída de qualquer valor em uma sociedade.

4.2. INFRAESTRUTURA NAS PERIFERIAS POBRE E DE ALTO PODER AQUISITIVO DE CAETITÉ

A infraestrutura assume papel primordial na distinção dos espaços consumidos, pois existe uma lógica por trás das formas arranjadas pelos elementos que constituem as periferias. Analisar as suas características por esse viés, dentre outros, é de suma importância para o reconhecimento e a apreensão das particularidades de cada recorte espacial, a saber: as residências, as ruas e toda arquitetura que, visivelmente, exprimem as desigualdades entre as periferias pobres e de alto poder aquisitivo, frutos das morfologias e conteúdos impressos.

As periferias de Caetité receberam investimentos em infraestrutura dos setores públicos ou privados, condicionantes *a priori* das áreas espaciais centrais. Dentre outros fatores, a pavimentação das ruas, que faz parte de um conjunto de medidas que garante aos bairros características mais “urbanos” em suas singularidades. Com efeito, não há padronização nesse sentido e cada um dos ambientes apresentou certas deficiências.

A infraestrutura oferecida às ruas do Nossa Senhora da Paz expressa as características do bairro: os tamanhos estão fora de um padrão, pois as vias principais são estreitas e nem sempre acompanhadas de meio-fio. Não obstante, foi observado também que existem os becos, localizados nas transversais, que servem apenas de tráfego para pedestres ter acesso entre as ruas principais, acúmulo de lixo e esgotos; construção de novos cômodos; a pavimentação ou iluminação é quase inexistente. Por outro lado, no São Vicente as ruas são mais largas e possuem calçamento com paralelepípedos.

Conforme Olímpio Rodrigues³³, “O São Vicente é muito inclinado, o que torna o calçamento com pedra mais adequado para minimizar a velocidade das

³³ Olímpio Rodrigues: Diretor de Projetos Arquitetônicos da Prefeitura Municipal de Caetité. Relatou no ato da entrevista em 02 de outubro de 2018.

águas das chuvas”. Foi citado também o custo benefício para o asfaltamento e, por isso, colocou-se material mais barato, e ambos aspectos são considerados antes de pavimentar cada bairro na cidade. Quando de sua expansão, os agentes loteadores implementaram o asfalto nas demais ruas que abarcaram os novos lotes. “A pavimentação com pedras é típica de uma cidade pequena como Caetité, o que difere das médias e grandes cidades”. (Ver foto 12 e 13).

Foto 12: Ruas inclinadas com iluminação precária e pavimentação com paralelepípedos no bairro São Vicente, 2018.



Foto: Sandra Sacramento; Fonte: Acervo pessoal de Sandra Sacramento.

Foto 13: Ruas planas sem iluminação pública e pavimentação no Nossa Senhora da Paz, 2018.



Foto: Sandra Sacramento; Fonte: Acervo pessoal de Sandra Sacramento.

As ruas transversais do São Vicente também são estreitas, todavia, é do mesmo tamanho que as principais do Nossa Senhora da Paz. Ainda assim, é possível o tráfego com carros. As vielas próximas a parte mais alta do bairro se encerram ao norte, na vertente do Morro do Cruzeiro, no vale do rio Jatobá, contaminado pelos dejetos lançados em seu leito.

Os moradores das duas periferias destacaram que as ruas deveriam ser melhor estruturadas, limpas regularmente, receber maiores investimentos em infraestrutura, pavimentação asfáltica, calçamentos e iluminação pública, e esse último foi destacado como necessidade de maior urgência, posto que, no geral, os ambientes são muitos escuros a noite, o que torna o tráfego perigoso.

A Senhora Josefina Santos³⁴ afirmou: “Paguei caro para colocar a iluminação em frente da minha casa”. Os próprios moradores, em alguns casos, pagaram para colocar o meio-fio e o calçamento de algumas ruas do São Vicente. Há casos em que a população arcou com a compra de assessorios de iluminação pública porque a prefeitura de Caetité não cumpriu com a sua obrigação. Dos principais serviços ofertados nas ruas dos bairros, destacam-se a iluminação pública, calçamento para ruas com fortes desníveis e o asfaltamento para as demais. A residente insatisfeita com a oferta desse serviço alertou: “O serviço é muito mal feito e insuficiente, isso também deixa o bairro feio”.

O contraponto é que em Caetité a periferia pobre, “planejada” pelo poder público, é também resultado da autoconstrução. Assim, algumas casas que foram entregues à população estavam incompletas e aos poucos foram acrescentadas: pia da cozinha, instalações do esgoto sanitário, luz elétrica, água encanada, fossa séptica, quartos, bares, açougues e banheiros. Aos inacabados, instalaram-se os vasos sanitários.

O morador antigo do bairro o Senhor Paulo Tavares³⁵ lembrou: “as casas eram malfeitas, sem reboco, dava pra ver a rua pelos buracos dos blocos, muitos recebeu, vendeu logo e voltou pra roça”. Isso ocorreu porque essas famílias ficaram desempregadas na cidade e não tinham condições para se manter.

A Senhora Renata Mafra³⁶ ressaltou: “essas casas foram construídas pela

³⁴ Josefina Santos: morador (I) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

³⁵ Paulo Tavares. morador antigo (17) do Nossa Senhora da Paz. Reside a mais de 28 anos. Relatou no ato da Entrevista em 30 de setembro de 2018. Aplicadora da Entrevista: Sandra Lician.

³⁶ Renata Mafra. Moradora antiga (18) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da Entrevista em 30 de setembro de 2018. Aplicadora da Entrevista: Sandra Lician.

prefeitura há mais de trinta anos atrás e as ruas aqui era tudo de terra”. Declarou ainda: “a gente saía daqui e ia buscar água lá na urânio³⁷, era um sofrimento!”. Somente dez anos depois é que o bairro recebeu água encanada, energia e uma camada fina de asfalto apenas nas vias principais.

As habitações pequenas, antigas e cobertas com telhas se tornaram desiguais ao longo do tempo, contudo não perderam totalmente suas características iniciais. Os moradores fizeram “cercas vivas”³⁸ nas laterais, nos fundos e a maioria construiu pequenos muros à frente e deixou um curto espaço para as calçadas. As pinturas nas paredes ainda conservam as características originais e as instalações elétricas danificaram-se. Somente as famílias assalariadas tiveram condições de fazer pequenos reparos nas casas, do contrário, há nítidos desgastes intempéricos. Constatou-se que poucas reformas e ampliações ocorreram, na medida que o tempo passou. As instalações elétricas também estão prejudicadas, pois há fiação exposta, o que incorre em perigo para os moradores que não têm condições financeiras para trocar e reparar os danos. (Ver foto 14).

Foto 14: “As casinhas brancas” ampliadas pelos moradores do Nossa Senhora da Paz, 2018.



Foto: Sandra Sacramento; Fonte: Acervo pessoal de Sandra Sacramento.

As casas de cada rua são pequenas e o modelo padrão corresponde a 22m², com 4 cômodos e um pequeno quintal que representa a estrutura das

³⁷ Clube pertencente às Indústrias Nucleares do Brasil – INB. Conhecido também como Nuclebrás e popularmente como Urânio. O clube fica no Bairro Santo Antônio que faz divisa com o Nossa Senhora da Paz cerca de uns 300 metros de distância.

³⁸ Pereskia Zehntneri: O quiabento é um arbusto que tem na Caatinga, da família das cactáceas perene e muito comum na Bahia.

residências, onde moram famílias numerosas, cujos membros, de 8 a 12 pessoas, se acomodam desconfortavelmente. O piso “vermelhão” está muito estragado e com diversos buracos, cheios de terra compactada. Em cada exíguo quarto nem sempre há guarda-roupas, mas onde existe vê-se um pequeno, sem portas e com gavetas despencadas em que se colocam as roupas apinhadas dos membros da família. (Ver foto 15).

Foto 15: Modelo das casas doadas pela Prefeitura Municipal de Caetité/BA no bairro Nossa Senhora da Paz, 2018.



Foto: Sandra Sacramento; Fonte: Acervo pessoal de Sandra Sacramento.

Foto 16: Características das residências da avenida principal do bairro São Vicente, 2018.



Foto: Sandra Sacramento; Fonte: Acervo pessoal de Sandra Sacramento.

O São Vicente, diferentemente, possui, de acordo com a EMBASA (2018), 465 casas construídas. Suas edificações são individuais e de muros altos em que a maioria abarca lotes cuja área construída é de 300m² a 500m² na avenida principal e nas transversais 150m² a 250m². Portanto, são mais espaçosas e “modernas”, contêm três pisos e a média de dezoito a vinte cômodos, além de porões, coberturas, sacadas, varandas e áreas externas com piscinas aquecidas para o lazer das famílias. Há residências que possuem 8 banheiros, distribuídos em suítes para quartos de casais, solteiros, hóspedes e da secretária do lar. Toda essa estrutura é para atender famílias com, em média, quatro pessoas. (Ver foto 15).

As condições de infraestrutura das residências da periferia de maior status incluem: energia elétrica, água encanada, esgoto canalizado para o rio Jatobá, coleta de lixo, telefone fixo, internet, cisternas, fossa e poço artesiano, conhecidos dentre outros, como símbolos dos processos capitalistas urbanos. Na periferia pobre, do total das famílias consultadas, apenas 35% têm acesso à internet; 25% possuem esgotos devidamente instalados em fossa séptica; um maior percentual dispõe de energia elétrica, água encanada e coleta do lixo. Os dois últimos itens são oferecidos a cada quatro dias. Em alguns lares, não há água encanada e instalações de luz elétrica, normalmente, nesses casos, as famílias são mais jovens e desempregadas, e dependem dos pais para utilizar essa infraestrutura.

No bairro Nossa Senhora da Paz faltam: telefone fixo, cisternas, serviços adequados de esgotos. A Senhora Jandira Coelho³⁹ informou que, atualmente, as casas não possuem encanamento de esgoto para água utilizada na lavanderia, pia da cozinha, chuveiro e pia do banheiro. Comentou: “Eu abri um buraco no chão lá no fundo do quintal e a terra suga toda água”. O quintal ainda pode servir para depositar lixo, um amontoado de objetos velhos, restos de alimentos e esgoto que é o acúmulo de água utilizada. (Observe a foto 17).

A água utilizada pelas famílias de maior renda provém dos poços ou cisternas instaladas no quintal de suas residências. Há residências em que se faz o reaproveitamento da água que foi utilizada para lavar roupas, serviços da cozinha e o banho. A maioria possui, ainda, os sistemas de fornecimento de energia oriundos das placas solares e assim não arca com algumas taxas das

³⁹ Jandira Coelho, moradora (21) do Nossa Senhora da Paz. Respondeu no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

contas de energia elétrica.

Foto 17: Estrutura e usos do quintal na periferia pobre, 2018.



Foto: Sandra Sacramento; Fonte: Acervo pessoal de Sandra

As dificuldades no acesso a água potável é outra variável para as famílias do Nossa Senhora da Paz. A renda insuficiente impede que paguem as contas mensais. Em uma das ruas, foi visto um homem negro, alto e jovem, que leva água de sua própria casa para a de Maria Francisca,⁴⁰ uma senhora negra, baixa e também jovial com idade aproximada de 19 anos, mãe solteira de 5 crianças com idades tenras; informou: “Não tive condições de pagar e a água foi cortada, não tenho dinheiro pra mandar nem dinheiro para pagar”. Afirmou ainda que o vizinho fornece água para ela todos os dias. O recipiente de plástico, que comporta cerca de 10 litros de água, era transportado em um carrinho de mão enferrujado e com pneu furado.

O quintal das casas do São Vicente é formado por uma área ampla de lazer, com churrasqueira e dependência que comporta até 100 pessoas, em alguns casos. Outros espaços ao redor das casas têm quadra esportiva, sacadas, varandas com vista privilegiada dos principais pontos da cidade. Esses itens promovem algum conforto para essas famílias. Os elementos constitutivos dessa

⁴⁰ Maria Francisca, moradora (16). Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

periferia são bem distintos, quando comparados aos demais espaços da cidade, sobretudo, ao Nossa Senhora da Paz. (Ver foto 18).

Foto 18: Estrutura e usos do quintal nas residências da periferia de status, 2018.



Foto: Sandra Sacramento; Fonte: Acervo pessoal de Sandra Sacramento.

O esgoto é despejado em fossa séptica, mas no São Vicente é canalizado diretamente para o rio. A isso o Senhor Josivaldo de Jesus⁴¹ reclamou: “Não dispomos de tratamento de esgoto por um descaso do poder municipal. O esgoto é captado e lançado bruto no meio ambiente”.

A Secretaria de Infraestrutura afirmou que a obrigação de fazer o esgotamento de Caetité é da EMBASA, que tem um projeto que inclui todos os bairros. Contudo, não foi executado, pois houve uma licitação em Brasília, mas não teve prosseguimento, pois ficou muito caro, e por isso está em alterações para nova licitação, mas não deu data específica para a implantação. Reaberta recentemente, nenhuma empresa se interessou em entrar para concorrer e estruturar o sistema na cidade.

Toda a infraestrutura de ambos os bairros é, para os moradores, inadequada e ineficiente. Não estão satisfeitos com a infraestrutura que lhes é oferecida, seja pelo poder público municipal ou pelos agentes loteadores. Nesse aspecto há concordâncias entre as famílias residentes em ambos os espaços.

⁴¹ Josivaldo de Jesus: morador (R) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

As periferias pobres de Caetité são, em parte, o retrato característico do Nossa Senhora da Paz. A infraestrutura é precária, não comportam sistemas de transportes coletivos, que, para a Prefeitura municipal, é de interesse máximo das empresas privadas. Todavia, esses projetos ficam para o futuro, isso se a cidade alcançar certo grau de crescimento.

A população dos bairros identificou outros dois problemas graves. A questão das chuvas e a falta dos transportes, ambos a serem resolvidos pelos órgãos competentes. Com a ampliação do São Vicente foi retirada a cobertura vegetal no “cimo do morro”. Isso prejudicou o próprio bairro e afetou o Centro da cidade. Não houve fiscalização ambiental ou mesmo implantação da infraestrutura adequada.

Para o morador Josivaldo de Jesus⁴², “não há sistema de drenagem no bairro e quando chove muito, a água escorre ladeira abaixo com velocidade indizível e arrebenta todo o calçamento.” O desmatamento do morro para a ampliação do loteamento implicou no agravamento da situação. Olivina Nascimento⁴³ informou que “Juntamente com a água desce lama, galhos, lixo e pedras, morro abaixo”. A entrevistada ainda complementou que “as ruas ficam totalmente destruídas, os meios-fios são carregados e a enxurrada abre as enormes crateras que dificulta a passagem dos carros. Tem que descer a pé quando chove”.

O mesmo problema também preocupa os moradores do Nossa Senhora da paz, visto que as águas da chuva, quando torrenciais, ficam empossadas naquela área plana que, a semelhança da periferia de status, não possui sistema de drenagem. O ajuntamento das águas nesse período implica em muitos dias de sujeira nas ruas, acúmulo de lama e a água suja. Isso desencadeia a proliferação de mosquitos, ratos, baratas e outros insetos nocivos à saúde humana.

A Prefeitura não se mobiliza para realizar a limpeza em tempo hábil, portanto abstém-se de atender a população. A água seca por vias naturais de evaporação, depois de muitos dias percorridos. O mesmo não ocorre na periferia de maior status que, logo após a estiagem, é assistida com a limpeza e o conserto do calçamento que foi destruído pela enxurrada.

⁴² Josivaldo de Jesus: morador (T) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

⁴³ Olivina Nascimento: moradora (U) do São Vicente. Entrevistada em 03 de outubro de 2018. Aplicadora: Sandra Lician

Ainda que se trate de uma cidade relativamente pequena, o transporte público, um dos principais elementos do sistema urbano que viabiliza as novas exigências no tocante aos serviços, foi outro impasse detectado. A supressão desse elemento é um dos graves problemas a ser solucionado na cidade de Caetité, principalmente porque 75% das famílias do bairro Nossa Senhora da Paz se deslocam a pé, 5% trafegam de moto-taxis, 10% de bicicleta e carro. O senhor Eduardo Borges⁴⁴ lembrou: “tem uns que vai de bicicleta para o trabalho ou lá pra baixo no Centro. Eu mesmo vou a pé, não tenho outro recurso”. Essa narrativa é o retrato da maioria dos moradores que não têm condições financeira de obter o meio de transporte.

No São Vicente é diferente, os moradores afirmaram que não há necessidade de transportes públicos. O residente Josias do Socorro⁴⁵ afirmou: “a cidade é pequena dá pra circular tranquilamente a pé”. Todavia, ele mesmo possui quatro carros importados e nunca se desloca sem usá-los. Para essa camada social, a maior necessidade no tocante aos transportes é de um aeroporto. “Tenho que me deslocar periodicamente até Vitória da Conquista para pegar o avião”.

Os principais meios de transportes oferecidos em Caetité são os moto-táxis, que ficam em vários pontos da cidade, inclusive no bairro Ovídio Teixeira, próximo ao Nossa Senhora da Paz, cuja corrida custa R\$ 5,00 reais. Os táxis oferecem seus serviços por R\$ 15,00 e como a cidade é pequena o valor é fixo para vários pontos, exceto para o entorno, que fica mais caro.

Não há transporte coletivos em Caetité, pois a cidade é de pequeno porte e não comporta. A Prefeitura Municipal é um órgão que não trata bem dessa situação em relação aos residentes da periferia pobre. Para Olímpio Rodrigues⁴⁶, “a obrigação de implantar transportes públicos na cidade é de uma empresa privada que se interessa em ganhar dinheiro”. Nessas condições, a remuneração insuficiente e o desemprego impedem a população pobre de utilizar esses serviços frequentemente e ter melhor acesso aos seus direitos. Essa realidade expressa o sentido dos conteúdos das formas das periferias estudadas.

Os moradores do São Vicente listaram, dentre outros, os principais

⁴⁴ Eduardo Borges. morador (19) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

⁴⁵ Josias do Socorro: morador (V) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

⁴⁶ Idem 40.

problemas que o bairro enfrenta: falta segurança pública, rede de esgoto adequada, comércio, melhoramento da iluminação pública e a drenagem pluvial, sobretudo, em época de chuvas, pois a velocidade das enxurradas carrega os blocos de calçamento da rua. No geral, consideram que o bairro não enfrenta nenhum problema grave. Em outra perspectiva, os residentes do Nossa Senhora da Paz destacaram: a falta de segurança, desemprego, lixo nas ruas, adequação para o esgotamento sanitário, tirar os cachorros soltos nas ruas, tráfico de drogas, violência, invasões constantes da polícia que humilha moradores, discriminação e preconceito.

No caso de Caetité, nota-se que, independente da parte da periferia, as gestões públicas não atenderam as exigências da legislação urbana, dentre outras, infraestrutura, tamanho e largura dos lotes e das vias de acesso para implantar os loteamentos. Todavia, isso aplicou-se com maior contundência no Nossa Senhora da paz, que não atendeu as normas cabíveis que o governo municipal mesmo arregimentou, quando da implantação do loteamento do Barro Preto.

4.3. OS INTERESSES IMOBILIÁRIOS E AS PERIFERIAS DE CAETITÉ

Os agentes estruturam o espaço urbano de Caetité por meio da criação de lógicas diversas, algumas das quais produziram suas periferias. Dentre eles, destacam-se: os proprietários de terras e os gestores imobiliários que articulam, através das concessões da Prefeitura Municipal, os meios favoráveis ao comércio da terra urbana com alto valor agregado. São esses agentes que atuam, em conformidade com os grandes industriais, os proprietários dos meios de produção, o Estado e os grupos sociais excluídos, que também arquitetam as novas morfologias e conteúdos nas áreas periféricas.

“A Prefeitura Municipal entendeu que a criação dos loteamentos é fundamental para a expansão da cidade e, por isso, teoricamente, regulamenta sua criação como projeto urbanístico”, informou Olímpio Rodrigues⁴⁷. Isso, conseqüentemente, promoveu o crescimento da cidade, como também a reorganização do espaço urbano.

⁴⁷ Olímpio Rodrigues: Diretor de Projetos Arquitetônicos da Prefeitura Municipal de Caetité. Relatou no ato da entrevista em 02 de outubro de 2018. Entrevistadora. Sandra Sacramento.

Com fins de concretizar a expansão do perímetro urbano foi viabilizado o parcelamento da terra urbana e criadas novas áreas que abarcam os diferentes grupos de residentes, de modo que, de um lado, houve a concentração de pessoas em espaços mais pobres e, do outro, a formação de áreas mais ricas.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura⁴⁸ informou que existem alguns procedimentos essenciais para a criação dos loteamentos em Caetité, dentre outros cita-se dois: o primeiro é a autorização por parte da Secretaria de Serviços Públicos que verifica a dimensão dos lotes, a estruturação, a pavimentação e a inclusão de meios-fios nas ruas, energia elétrica, água encanada ou poços, sistema de drenagem pluvial, obrigatoriamente oferecidos pelas imobiliárias ou agentes loteadores. O segundo é o acompanhamento do Plano de Desenvolvimento do Município, que fiscaliza o Código de Obras, a credencial do meio ambiente e a licença ambiental, que identifica se a área é passível de ser loteada.

Para Carlos Neves⁴⁹, “é preciso verificar se os documentos exigidos atendem aos requisitos legais das legislações pertinentes, para só então instituir loteamentos na cidade”. Consideram-se, ainda, nesses termos, os prejuízos futuros da retirada da vegetação local, sobretudo das nascentes, a questão da extinção da fauna, a declividade do relevo, bem como sua integração na área urbana. E prosseguiu: “assim a autorização é concedida mediante revisão criteriosa dos documentos”.

Todavia, o empresário Roberto Matias⁵⁰ contestou que: “é um absurdo a clandestinidade no ramo da criação de loteamentos. Está acontecendo demais e a prefeitura não fiscaliza!”. Comunicou que muitos trabalham fora das regras de parcelamento de solos e do CRAS⁵¹. “Fico indignado! Tem que denunciar ao Ministério Público!”.

O agente loteador⁵² informou que para aprovar um loteamento popular a Prefeitura Municipal reconsidera algumas situações: há negociações para que o

⁴⁸ Idem 41.

⁴⁹ Carlos Neves: Engenheiro ambiental e Agente fiscalizador da implantação de loteamentos em Caetité. Relatou no ato da entrevista no dia 02 de outubro de 2018. Entrevistadora. Sandra Sacramento.

⁵⁰ Roberto Matias: Proprietário de imobiliária e também agente loteador, Entrevistadora. Sandra Sacramento.

⁵¹ Órgão responsável pela Proteção Social no Domicílio, Serviços de Convivência e Fortalecimento de vínculos (SCFV) e Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

⁵² Rogério Santos: Agente loteador.

poder público libere a criação do loteamento sem a pavimentação adequada com fins de diminuir o valor do lote. Nesse caso, a própria Prefeitura se responsabiliza em implantar posteriormente a infraestrutura adequada. Isso implica em bairros destituídos de melhorias urbanas. Por outro lado, a população paga mais barato, posto que o implemento da infraestrutura oferecida deixa o lote com o preço elevado, o que dificulta a dinâmica de mercado.

Os lotes adquiridos pela população de alto poder aquisitivo não diferem tanto, pois a infraestrutura ofertada é precária, ainda que haja aprovação dos órgãos competentes. Contudo, a Prefeitura exige que os loteadores pavimentem e coloquem meio-fio em todas as ruas dos loteamentos para que seja aprovado. No caso do São Vicente, há uma clientela que tem condições de pagar pelos serviços da rua.

Para a abertura do São Vicente II e III não foi considerado o nível de declive, pois ruas e lotes foram criados em áreas muito íngremes. Não há sistemas de drenagem da água da chuva, o que contribuiu para a destruição dos calçamentos do São Vicente I no período chuvoso. A Secretaria de Meio Ambiente se eximiu da responsabilidade de fiscalizar a expansão do São Vicente. O entulho produzido pela abertura de novas ruas no loteamento foi jogado no córrego do Rio Jatobá, um crime ambiental que os órgãos competentes deixaram no esquecimento.

O poder público municipal, órgão regulador das políticas de expansão da cidade, deu concessões para flexibilizar as negociações dos imóveis em cada um dos bairros. Por muitas vezes, agiu como facilitador da dinâmica de mercado e circulação do capital, mesmo que, para isso, não tenha se interposto para assegurar o cumprimento da lei, no tocante a implantação de novos loteamentos. Através de sua atuação como principal influenciador nas formas de ocupação e expansão do espaço urbano, cada periferia constituiu-se como fragmento espacial em que se tolhem alguns direitos.

Os loteadores dinamizam o mercado consumidor que, por meio do *marketing* imobiliário, faz circular na cidade, através dos meios de comunicação diversos, a oferta de lotes em “áreas paradisíacas”, uma vantagem que torna o consumo dos lotes nas periferias de maior renda um atrativo. O “carro chefe” é a possibilidade de obter moradias que promovam maior qualidade de vida e que organize a “homogeneidade social” na dialética da segregação socioespacial.

O Nossa Senhora da Paz, de acordo com EMBASA (2019), conservou em seu espaço apenas 220 casas, dentre as demais que foram doadas pela Prefeitura. Das 213 “casinhas brancas” do plano de financiamento Caixa Econômica Federal, 29 deram lugar a sobradinhos. Pelo Programa Minha Casa Minha Vida, a Prefeitura Municipal construiu outros sobrados no ano de 2018, como política para ampliação do bairro. Há mais 300 sobrados de 56m² que perfazem um total de 600 habitações destinadas a população de baixa renda.

No decorrer de 30 anos houve algumas demolições de casas no bairro Nossa Senhora da Paz para a construção de onze galpões de armazenamento de mercadorias dos comerciantes do Centro da cidade. Conforme os moradores e o agente loteador, a faixa de preço de cada casa é de R\$ 20.000 reais, mas quando se compra em maior quantidade, ainda mais barato se torna. Os depósitos fortificados mudaram as características do bairro, que se tornou uma mescla de “depósito de objetos e pessoas”. Os 68 lotes comerciáveis nessa periferia variam de preço, de acordo com os proprietários de imóveis, de R\$ 11 mil a R\$ 15 mil. Para as imobiliárias, uma casa pequena custa cerca R\$ 35 mil a R\$ 40 mil. Mas, não há muito interesse das mesmas em comercializar nessa periferia.

No São Vicente, ofertam-se os lotes que possuem o metro quadrado mais caro da cidade, de acordo com Roberto Matias⁵³. Nessas condições, a dinâmica de mercado não permite que uma pessoa de baixa renda consuma esse espaço, porque o “elevado nível econômico” torna-se o padrão para os seus residentes e afasta a possibilidade de um pobre construir em meio as mansões ou sobrados luxuosos, que não se pode comparar com aquelas edificadas no Nossa Senhora da Paz, composto por casebres populares.

Os fragmentos de terra urbana do São Vicente custam, de acordo com a Imobiliária Caetité, a depender do local, de R\$ 100 mil a R\$ 250 mil reais. O preço das edificações fica mais caro, cerca R\$ 180 mil a R\$ 2 milhões de reais. Os moradores pagam muito para nivelar os lotes e instituir a infraestrutura adequada para erguer suas casas. Essa periferia de alto padrão tem como marca no espaço a multiplicação de lotes como mercadorias altamente lucrativas, em que loteadores compram, trocam e vendem. É uma área de grande interesse mercadológico e habitacional para certa classe em Caetité.

Para a maioria dos residentes do São Vicente as habitações devem seguir

⁵³ Idem 44.

o mesmo padrão luxuoso, do contrário, “pode haver desvalorização quando desejarmos vender ou fazer a troca. Isso nós não queremos. O meu lote eu troquei em uma camionete”, corroborou Isaulita de Jesus⁵⁴. Os investimentos feitos nesses imóveis são também para futuras negociações. As imobiliárias demonstram fortes interesses mercadológicos no bairro e nas suas proximidades.

O poder público municipal promoveu maiores investimentos em infraestrutura e equipamentos públicos no Nossa Senhora da Paz. Armando Lima⁵⁵ destacou: “lá em cima tem mais equipamentos públicos do que aqui embaixo”. Por outro lado, Joaquim Santos⁵⁶ afirmou: “é melhor que o São Vicente permaneça apenas como bairro residencial para não perder sua maior riqueza, a tranquilidade”.

No outro lado da cidade, o empresário Rogério Santos⁵⁷ abriu o loteamento Nova Caetité e afirmou que muitos clientes questionaram com preconceito: “O novo loteamento vai ser perto das casinhas?”. O intuito era amenizar a discriminação socioespacial e valorizar o bairro e as áreas ao redor. Contudo, houve depredação de um parque infantil, retirada das árvores plantadas na área da futura praça, das lâmpadas dos postes de iluminação, saqueamentos das portas, Janelas e fiação das casas do loteamento Nova Caetité. Desde então, ele desinteressou-se, ainda que precise vender o restante dos lotes. Todavia, com relação ao Nossa Senhora da Paz, afirma: “Vixe, não quero mexer com aquilo ali mais nunca!”

A Prefeitura Municipal de Caetité em parceria com o Governo Federal instituiu projetos para ampliar o bairro Nossa Senhora da Paz no ano de 2018. Propôs arregimentar um total de 433 casas, pois 108 foram demolidas e transformadas em sobradinhos mau estruturados, serralherias, associações e outras construções.

As famílias beneficiadas deverão receber até 2 salários mínimos, para então comprometem 30% de sua renda como proposta do pagamento de aluguel. Para a Prefeitura, outra camada social que precisar ser atendida é a dos idosos e

⁵⁴ Isaulita de Jesus: moradora (Q) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

⁵⁵ Armando Lima: morador (R) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

⁵⁶ Joaquim Santos: morador (S) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

⁵⁷ Idem 49.

portadores de necessidade especiais que não possuem casa própria e que vivem na dependência de terceiros.

A ampliação do São Vicente é feita pelos proprietários fundiários, que estabelecem o sistema de compra e venda dos lotes. Há 365 casas e 256 lotes para serem comercializados. A maioria desocupado fica como objeto de especulação imobiliária. Devido o padrão das casas, os novos moradores constroem no mesmo modelo, de forma que represente o maior poder aquisitivo dos consumidores. O que incomoda os moradores com renda acima de 10 salários mínimos é a construção de casas com padrões inferiores as suas nas bordas do bairro. Essas pertencem ao grupo que possui renda de 4 a 5 salários mínimos, o que corresponde ao percentual de 15% das famílias residentes entrevistadas.

As periferias tornaram-se o interesse máximo dos loteadores (que pode ser também um proprietário de grandes extensões de terras) e do poder público municipal, os principais agentes que viabilizam a expansão e reformulação da cidade de Caetité. As duas periferias analisadas neste texto refletem a dinâmica de giro do capital urbano numa cidade pequena. A má distribuição de renda municipal, oriunda da falta de oportunidade para ingresso no trabalho, permitiu que apenas a classe de maior poder aquisitivo consumisse lotes nas periferias ricas, a exemplo, o São Vicente. E as famílias de baixa renda a aquisição de meio lote ou casas muito pequenas nas periferias pobres, como o bairro Nossa Senhora da Paz.

Novas complexidades nos arranjos sociais e espaciais evidenciam-se nas cidades pequenas e surgiram, inevitavelmente, no modelo econômico vigente, formas contemporâneas de desigualdades produzidas pelo controle político de poucos sobre a classe popular. Nas últimas décadas, o processo de urbanização transformou a cidade pequena num protótipo que também passou a apresentar o seu espaço urbano como o produto estratégico no mercado de terras. Essa situação incorreu em processos de ocupações, vivências e relações interpessoais em que originam-se determinados conflitos.

4.4. NOVAS MORFOLOGIAS DA PERIFERIA DE CAETITÉ E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL.

O debate teórico-metodológico deste texto é atual e, dentre outros aspectos, identifica as periferias como novas morfologias em que apresentam os conteúdos como elementos fundamentais que caracterizam o sentido da sua organização e revelam-se como consequência dos processos dialéticos da recente produção e ocupação do espaço na escala das pequenas cidades.

Os elementos construídos no espaço refletem os conteúdos do urbano e os significados das formas espaciais em toda sua historicidade, para a configuração das periferias que, a partir da segunda metade do século XX, tornaram-se um marco na estruturação das cidades. As periferias se configuraram na lógica da dinâmica capitalista que arregimentou no espaço da pequena cidade de Caetité as complexidades oriundas dos processos de urbanização e industrialização do Brasil. Cada periferia revelou-se, nesse sentido, com peculiaridades contraditórias em suas morfologias, usos e elementos incorporados.

Assim, ao observar a cidade, foi possível perceber a existência de modelos periféricos específicos, não uniformes, ainda que edificadas no mesmo lugar, e que apresentam-se como múltiplos espaços, dentre os quais destacam-se o São Vicente e o Nossa Senhora da Paz, onde analisou-se os conteúdos e formas impressos pelas classes distintas que as (re)produzem.

Ao comparar a realidade das duas periferias é possível perceber que as divergências vertem-se de sua própria construção ao longo do tempo. Análogas a subconjuntos de um todo, são o sentido da circulação desigual e combinada da dinâmica de mercado local, o que cria particularidades em ambas.

A periferia pobre de Caetité possui um nível altimétrico que varia entre 800 a 900 metros, é considerada mais plana em relação a periferia de maior poder aquisitivo. Composta de um conjunto de casebres, concentra um numeroso exército de reserva para a exploração do trabalho pelo capital. As moradias são caracterizadas pelo pequeno porte, com 3 a 4 cômodos, coberturas de telhado, portas e janelas de madeira prensada, pouco reforçadas.

Discorridos mais de 30 anos de sua criação, as pequenas casas se deterioraram e os moradores não tiveram condições de reformá-las: os pisos internos estão estragados, não há pavimentação externa; o reboco e a pintura

sofreram alterações intempéricas; as paredes, portas e janelas apresentam diversas rachaduras. Isso clarifica que a falta de dinheiro impossibilita as famílias a conservar o imóvel.

O espaço subdivide-se atualmente em três agrupamentos de casas a ponto de parecer três bairros distintos. Primeiro grupo, pequenas casas sem reboco, pintura, banheiro, pia da cozinha, instalações elétricas e hidráulicas, doadas pela prefeitura. O segundo: casas pequenas pintadas de branco, construídas para serem vendidas por meio de um projeto financiado pela Caixa Econômica Federal. O terceiro é um agrupamento de sobradinhos inabitados. Tudo isso perfaz um total de 900 habitações.

Os imóveis desse conjunto habitacional são altamente “desvalorizados” do ponto de vista imobiliário, ainda que não deixe de ser objeto mercadológico a quem se interessa. Os lotes barateados pela população residente são pequenos e mau distribuídos. É para seus ocupantes a simbologia da desigualdade socioeconômica.

A outra periferia de maior status é dessemelhante, posto que apresenta as novas morfologias e conteúdos que contrapõem a lógica clássica do conceito debatido pela ciência geográfica. Nesse “morro”, significativamente elevado e frio, com altimetria variável entre 1000 a 1100 metros, a “elite de Caetité” constrói suas mansões individualmente muradas, que contêm piscinas térmicas. É para os residentes um símbolo de status socioeconômico (ver mapa 5).

Os muros altos das grandes casas luxuosas, dos não pedestres, escondem os conteúdos dessa periferia anômala a outras áreas do estado da Bahia. As características das casas também revelam a diversidade da paisagem artificial urbana. As portas e janelas de vidraça, ferro ou madeira com pinturas, texturas e excelentes acabamento denotam o estilo e padrão de vida dos proprietários, mas também despertam a cobiça daqueles que contemplam sua arquitetura.

A Senhora Maria José⁵⁸, moradora antiga do São Vicente, declarou: “fiz uma casa espaçosa com um jardim maravilhoso onde costumo passear durante o dia enquanto meu marido está no trabalho”. Continuou: “Enquanto molho as plantas a tarde e passeio pelo meu jardim, não percebo o cair da noite”.

⁵⁸ Maria José: moradora A do São Vicente. Entrevista realizada em 03 de outubro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

Nessa periferia o valor imobiliário ou do fragmento do solo urbano é um dos mais caros da cidade de Caetité. Possui alto estigma material, que se contrapõe em todos os sentidos ao Nossa Senhora da Paz.

Os conteúdos apresentados nas periferias revelam que seus arranjos são a condição ideal para o processo de acumulação do capital. São duas vertentes: de um lado, criam o espaço de “rejeitos”, uma área de controle e reprodução das classes pobres, que são incorporadas precariamente ao processo de produção do espaço na pequena cidade. A constituição dos seus aspectos morfológicos se faz na dialética das ações daqueles que a relativizam e criam suas múltiplas geometrias como reflexos dos seus aspectos sociais e econômicos impulsionados por políticos e contraditoriamente, pelos elementos políticos e, contraditoriamente, culturais.

As famílias não identificam esses espaços como periferias, apenas como bairros com diferentes elementos que fazem parte de uma cidade pequena. Grande parte dos moradores dos bairros em questão não os reconhece como periferias, ao contrário, há um estranhamento em ambos os casos quando da identificação dessa perspectiva.

Ao questionar os moradores do São Vicente sobre o que é morar em uma periferia, observou-se que a maior parte dos declarantes negou essa classificação pelos seguintes motivos: “Meu bairro é elitizado”, alegou Edelvirges Santa⁵⁹. Gioconda Cruz⁶⁰ expressou: é um bairro muito bom, bairro nobre”. Julieta Maria⁶¹ ponderou: “meu bairro não é uma periferia, pois é próximo ao centro e tem infraestrutura”. Cosme Cruz⁶² em tom irônico redarguiu: “Periferia é o Nossa Senhora da Paz não? É lá que tem violência, tráfico de drogas, marginalidade e pobreza!”.

⁵⁹ Edelvirges Santa: moradora (I) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁶⁰ Gioconda Cruz: moradora (J) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁶¹ Julieta Maria: moradora (L) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁶² Cosme Cruz: morador (M) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

Os moradores do bairro Nossa Senhora da Paz também apresentaram negativas com relação a considerar seu espaço de vivência como periferia. Lívia Garcês⁶³ atestou com espanto: “Não! Quero o melhor pro bairro!”. Para Roberto Vidal⁶⁴ “a periferia é uma realidade da cidade grande, Caetité é muito pequeno”. Daniela Resende⁶⁵ expressou: “é um bairro excelente”. Isadora Leal⁶⁶ declarou: “Não, porque as pessoas de fora vêm morar aqui”. Tomás Barreto⁶⁷ certificou: “Não é uma periferia, considero um bairro pequeno de um lugar parado”.

A imagem que se tem do Nossa Senhora da Paz é a de um espaço indesejado e por isso inadequado, o que deixa transparecer que morar na periferia consiste em “ser obrigada a morar em situação precária”, afirmou Tereza de Jesus⁶⁸. Contudo, Luzia Santa⁶⁹ proferiu: “é não está morando no centro e muitas vezes são lugares carentes. Não digo de pobreza, tanto pode morar um rico ou um pobre, mas cidade pequena não tem periferia”. Essa compreensão sobre o espaço urbano de Caetité indica, por um lado, a não existência de uma periferia em uma cidade pequena; por outro, o reconhecimento da composição de conjuntos diversos que não se apresentam apenas como espaços de pobreza, portanto, como novas morfologias.

Olímpio Rodrigues⁷⁰ corroborou ao destacar que “as periferias são áreas externas ao centro principal em que se formam bairros de menor e maior condições financeiras”. Informou ainda que as diferenças podem ser observadas no estilo de vida de cada grupo: “o pessoal de menor renda reside no bairro Nossa Senhora da Paz e o pessoal de maior poder aquisitivo mora na periferia do São Vicente”. Ambos são desiguais estrutural e socialmente.

⁶³ Lívia Garcês, moradora (19) do Nossa Senhora da Paz. Respondeu no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁶⁴ Roberto Vidal: morador (20) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018

⁶⁵ Daniela Resende: moradora (21) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁶⁶ Isadora Leal: moradora (22) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁶⁷ Tomás Barreto: morador (23) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁶⁸ Tereza de Jesus: Luzia Santa: morador (N) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁶⁹ Luzia Santa: morador (O) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁷⁰ Olímpio Rodrigues: Diretor de Projetos Arquitetônicos da Prefeitura Municipal de Caetité. Relatou no ato da entrevista em 02 de outubro de 2018.

Os relatos da minoria dos residentes do Nossa Senhora da Paz indicam “nas entrelinhas” um certo descontentamento em saber que, no geral, o seu bairro é considerado periferia e isso com certo grau de discriminação. Em uma fala, a moradora Natália Louzada⁷¹ esclareceu “Sim. É um bairro esquecido, não tem organização das pessoas”. Isabela Junqueira admoestou⁷² “Acho que é um bairro abandonado! Deveria ter uma ajuda para que os jovens não se envolvam com as drogas”. Carolina Cerqueira⁷³, em tom de desespero, certificou: “A periferia tem guerra e esse bairro tem!”. Outra senhora Késsia Veiga⁷⁴ assegurou: “a polícia entra aqui é atirando pra cima quando acontece um roubo em qualquer bairro da cidade”.

A maioria das famílias acredita que essas ações são desnecessárias, posto que a criminalidade existe em larga escala e está contida também em outros bairros da cidade. Quando consultados como consideram o seu bairro, os moradores associaram a periferia como algo ruim e por isso clarificaram em suas falas que pertencer a esse espaço é, portanto, fortalecer a discriminação. Sueli Pedrosa informou insatisfeita⁷⁵. “Todo bandido só é procurado aqui e o bairro é malvisto na cidade de Caetité.”

Todavia, se o convívio entre a maioria das famílias residentes é de cumplicidade e proximidade, também, não raro, são destacados certos conflitos com o grupo de pessoas das “casinhas brancas” do lado Oeste do bairro. Há uma delimitação simbólica, um estranhamento em relação aqueles que veem de outros municípios. Esses, considerados como intrusos, vagabundos e desempregados são, para os moradores, a causa dos problemas sociais, sobretudo a violência originada pelo uso das drogas. Hostilizados por aqueles que trabalham e têm quase que as mesmas condições financeiras, são apontados como os que criam a desordem e minam a paz.

⁷¹ Natália Louzada: moradora (24) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sacramento.

⁷² Isabela Junqueira: moradora (25) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁷³ Carolina Cerqueira: moradora (26) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁷⁴ Késsia Veiga: moradora (27) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁷⁵ Sueli Pedrosa, moradora (28). Respondeu no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

Os argumentos dos dois grupos de pessoas em cada bairro demonstram que, no entendimento dos residentes, o termo periferia é sinônimo de um ambiente ruim e perigoso. A visão da maior parte das famílias do São Vicente em relação ao Nossa Senhora da Paz faz considerá-lo periferia nesse contexto. O bairro “rico”, não é periferia, enquanto que o bairro pobre, socialmente desvalorizado é associado pela elite local como periferia. Por outro lado, o Nossa Senhora da Paz também não foi reconhecido pela maioria dos seus residentes como periferia, pois a entendem como espaço da negatividade.

A realidade vivida no bairro Nossa Senhora da Paz retrata os conteúdos dessa periferia que pode ser definida contraditoriamente como possibilidade de espoliação da cidade-produto rentável, (re)construída pelo poder público. Esse é o agente que, paradoxalmente, cria uma porção do espaço urbano como cidade-rejeito, subproduto da dinâmica do capital, em que no desconforto e desprazer os pobres se reproduzem.

O São Vicente é tido como tranquilo, prazeroso de morar, entretanto os conflitos entre os vizinhos aparecem em algumas observações dos moradores que, sobre olhares estigmatizantes, consideram os de menor situação financeira como uma ameaça econômica e social, posto que constroem casas “inferiores” que podem desvalorizar o bairro. Nessa periferia não aparecem os vínculos, intimidades ou proximidades entre os vizinhos, que quase não interagem em locais públicos. As crianças não brincam nas ruas do bairro. A Senhora Judite Costa⁷⁶ inferiu: “temos essa piscina grande e aquecida, mas meu filho quase não usa porque brinca sozinho, pra ele não tem graça!”.

Alguns dos residentes entrevistados afirmaram que estão satisfeitos e, por isso, julgam desnecessário mudar as características do bairro São Vicente. Entrementes, almejam a construção de uma praça para que possam frequentar durante a noite. “Não desejamos nos deslocar para outro bairro, gostaríamos de ter a nossa praça aqui”, afirmou Jesulino da Luz⁷⁷.

⁷⁶ Judite Costa: moradora (L) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

⁷⁷ Jesulino da Luz: morador (P) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Sacramento.

A convivência entre vizinhos é quase inexistente, os grandes muros vistosos, o estilo das casas, suas áreas de lazer particularizadas e o acesso a equipamentos públicos em outras cidades os separam da convivência coletiva.

Todavia, nos espaços da pobreza das pequenas cidades nega-se a qualidade de vida, à segurança ao acesso aos equipamentos públicos, privados e ao usufruto da cidade. Essa periferia, por vezes rentável para uma classe de proprietários fundiários e incorporadores imobiliários local, também é o espaço da exploração em que o próprio poder público municipal nega direitos, sobremodo quando arregimenta pequenos privilégios com dinheiro público para camadas de maiores rendas.

A classe pobre da periferia se beneficia pouco com as mínimas condições sanitárias de sobrevivência, e tampouco lhe é oferecida uma vida com dignidade. São sujeitos a serem contidos em seu espaço através das condições econômicas e culturais que também lhes são impostas, e que lhes restringem até mesmo o direito de circulação, ao lazer etc.

Os residentes do Nossa Senhora da Paz advertiram que é necessário mudar o bairro em muitos aspectos: em primeira instância, a construção de um posto policial para conter a violência, o consumo de drogas e de bebidas alcóolicas; a implantação dos transportes públicos e maiores oportunidades de emprego. As famílias não sentem segurança no local e o medo assola aqueles que desejam, mas não têm condições de se deslocar para outro bairro.

A não aceitação dos moradores do bairro por parte da sociedade de Caetité foi outro problema levantado e a isso exigiu-se respeito entre si mesmos e por parte da sociedade de Caetité que discrimina e não aceita conviver com esses moradores. “O preconceito deveria se mudado e não existir”, comentou em tom de revolta a diarista Rosana Tavares⁷⁸. Julgam necessário eliminar, principalmente, os botecos que abrem à noite, o que torna as relações pessoais do bairro mais complicadas.

Os equipamentos presentes nessa área periférica são muito mais diversos do que aqueles oferecidos no São Vicente e são eles: 15 bares, sempre instalados em um dos cômodos da frente da casa dos proprietários, normalmente em um dos pequenos quartos da casa, em que se comercializa “pinga

⁷⁸ Rosana Tavares, moradora (30) do Nossa Senhora da Paz. Respondeu no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

temperada”⁷⁹, doces, cerveja, conhaques, licor e refrigerantes; duas mercearias pequenas; uma associação de capoeirista; dois PSF’s, em que um é infantil; duas escolas públicas municipais de Ensino Fundamental I; duas igrejas, uma católica na praça principal a outra evangélica que está localizada na entrada do bairro. Os bares e as igrejas são como as fontes de distração e pontos de encontro para os amigos que ali frequentam, a depender da concepção cultural do morador. (Ver imagens 1 e 2).

O São Vicente possui uma pequena eletrônica na avenida principal; um Santuário da Igreja Católica; dois “terrenos baldios” para futura construção de uma praça e um quadra esportiva; uma mercearia e uma papelaria na rua limite com o bairro Alto do Cristo. Não há outros estabelecimentos comerciais ou públicos, como ocorre no Nossa Senhora da Paz, pois não é desejo dos moradores a existência de comércios que contribuam para aproximar os “estranhos”, afirmou o médico Joaquim Santos:⁸⁰ “É melhor ficar como estar, não precisa de comércio aqui. Tem o centro que é pertinho! Pegou o carro e chegou. É muito bom sair do trabalho e ter sossego para ler ou assistir o jornal”.

Essa descrição é uma realidade para as famílias do bairro São Vicente, criado para a vivência da classe média e daqueles com maior poder aquisitivo, que receberam “no pacote” de compras desses lotes a garantia de um ambiente residencial saudável, reservado, seguro, pacífico e agradável para viver. O médico José Jesus⁸¹ relatou “Não queremos aqui nenhum tipo de comércio que possa prejudicar os moradores pois um dos benefícios que temos é o silêncio. Podemos dormir tranquilamente e isso é o que valoriza nosso bairro”.

Para as famílias do Nossa Senhora da Paz deveriam ser implantados, dentre outros estabelecimentos: mais mercearias, farmácias, mercados, padarias e limpeza nas ruas. Todavia, também gostariam de que o problema dos furtos no próprio bairro fosse resolvido. Para eles, o lugar se torna ruim quando as pessoas se envolvem na criminalidade e o barulho dos encontros noturnos nos bares implica em relações conflitivas.

⁷⁹ Aguardente ou cachaça misturadas com raízes.

⁸⁰ Joaquim Santos: morador (G) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

⁸¹ José Jesus: morador (F) do São Vicente. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

Imagem 1 – Equipamentos do Bairro Nossa Senhora da Paz, 2018.



Fonte: Imagem de satélite Google, IBGE 2013, pesquisa de campo 2019
 Sistema de projeção cartográfica: Lat e Long
 Sistema de referência das coordenadas EPSG 4674,
 SIRGAS2000

Elaborado por: Alex Martins
 Organizado por: Sandra Sacramento

Realização: Apoio:



Imagem 2 – Novas Morfologias da Periferia – Residências com piscinas térmicas do São Vicente 2018.



Fonte: Imagem de satélite Google, IBGE 2013, pesquisa de campo 2019
 Sistema de projeção cartográfica: Lat e Long
 Sistema de referência das coordenadas EPSG 4674, SIRGAS2000

Elaborado por: Alex Martins
 Organizado por: Sandra Sacramento

Realização:



Apoio:



Os bares, as praças e a rua são pontos de encontro para “fofocar”, divertir, festejar e interagir com amigos. Ainda que alguns conflitos ocorram nesses ambientes, aparecem como locais que transcendem à familiaridade do lar e aproxima intimamente os vizinhos trabalhadores e desempregados. No geral, a cidade de Caetité pouco oferece no tocante ao lazer e isso também foi constatado no São Vicente. Cada periferia constrói ao seu entretenimento como parte de suas vivências e classe social.

Os sítios particulares são frequentados quase todos os finais de semana pelas famílias do São Vicente. Nesses ambientes passam o tempo com a criação de animais de montaria, gado bovino, galinhas, cães e outros animais silvestres. Localizam-se em um único agrupamento de vizinhos, possuem piscinas e quadras esportivas e amplo espaço no entorno de Caetité, com fins de obter lazer.

A deficiência na oferta do lazer também influenciou na busca por outras opções no Brasil e do mundo. As famílias do São Vicente saem da rotina quando se dirigem à capital baiana, as diversas áreas litorâneas do Brasil e ao exterior. No interior da Bahia visitam: Guanambi e Vitória da Conquista, além daquelas litorâneas como Ilhéus, Porto Seguro, Olivença, Valência, Itacaré, Natal, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Rio Grande do Sul e as praias de Recife. Também expuseram que constantemente visitam o exterior como, Portugal, Itália, Israel, França, Estados Unidos, Buenos Aires, Grécia, Alemanha, Israel, Canadá e a Inglaterra.

A maior parte das famílias do Nossa Senhora da Paz, por outro lado, não usufrui do lazer, pois, para eles, é necessário pagar caro e, conforme relatos, os mesmos não têm condições financeiras. Isso, exceto os evangélicos, fiéis a sua religião, que indicaram a igreja como seu único divertimento. Sobre isso, Juliana Cristina⁸² comentou: “Vou a Igreja para distraí minha cabeça é tanto problema!”. Outros se encontram no “boteco” para consumir bebidas alcólicas, geralmente a pinga, jogar baralho, dominó e passar o tempo em conversas entre amigos.

O transitar da cidade-entorno-campo para os residentes do Nossa Senhora da Paz é inexistente, quase não usufruem do lazer, pois a classe popular não costuma ir à zona rural ou entorno para esse fim. Sua principal opção de lazer é uma televisão de tubo pequena, conectada a antenas internas, em que

⁸² Eduardo Figueiredo. moradora (20) do Nossa Senhora da Paz. Relatou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

acompanham apenas as principais emissoras, Rede Globo, Record e Bandeirantes (Band). O Senhor Eduardo Figueiredo⁸³ elucida “Não tenho para onde ir. Para ter divertimento é preciso ter dinheiro, não tenho condições”. Não obstante, alguns dizem que raramente se deslocam uma vez no ano, para visitar familiares.

Mesmo numa cidade pequena, vê-se que o ideal que consiste não dividir os mesmos espaços de convivência e relacionamentos com a classe pobre é mantido como base para concepção de uma identidade social⁸⁴. Essa distinção é feita na localização geográfica, em uma lógica materializada que estabelece hierarquizações e ideologias alimentadas pela elite caetiteense, que se vê superior.

A cidade é uma produção humana que deveria ser pensada como espaço em que as necessidades básicas para a existência e reprodução da vida fossem garantidas a todos. Todavia, como enfatizou-se, passou a ser gerida conforme a satisfação das classes dominantes, que a utilizam como uma máquina de produção de renda, o que suprime os direitos dos pobres e produz a separação entre as classes para a manutenção do status.

As condições impostas pelo capitalismo tornaram mais rígidas as relações sociais e fizeram do espaço da cidade um ambiente de conflitos entre as classes em que os grupos desiguais criaram as complexidades em suas morfologias.

O espaço urbano de Caetité apartado em periferias distintas, sobretudo, o São Vicente e o Nossa Senhora da Paz, transparece que há: privilégios e ao mesmo tempo negação de direitos; visibilidade e invisibilidade; o sobejar e a fome; a inclusão e a exclusão; a classe de alto poder aquisitivo e a de baixa renda; produzidos pela segregação, com formas de urbanizar que vem como consequência dos processos desiguais de reprodução, circulação e distribuição de renda em um sistêmico acúmulo de capitais.

Há nessa lógica um tripé que impulsiona o crescimento das periferias brasileiras, especialmente aquelas localizadas nas pequenas cidades do interior da Bahia, no caso específico em Caetité: o crescimento urbano como reflexo do processo de urbanização; novas lógicas industriais que, em alguns casos, conferem constantes reformulações nas pequenas cidades; e a especulação

⁸³ Eduardo Figueiredo. morador (20) do Nossa Senhora da Paz. Elucidou no ato da aplicação dos questionários em 30 de setembro de 2018. Aplicadora do questionário: Sandra Lician.

⁸⁴ A identidade social é o sentimento de identificação com um determinado grupo social.

como produto comerciável e lucrativo de máximo interesse para o poder público e privado. Isso espelha na cidade uma expansão complexa e altamente segregadora em que os fenômenos revelam outras facetas de seus processos, a saber: a constituição das periferias com novos conteúdos e morfologias.

Os dois bairros de Caetité expressam as formas de produção do espaço urbano que, em suas complexidades e na contradição do sistema produtivo, criam novas lógicas que influenciam no crescimento da cidade e que, por outro lado, redefiniram seu processo de urbanização. Por meio dos estudos empíricos desses subconjuntos espaciais foi possível apreender como o fenômeno urbano tornou-se mais complexo na escala da cidade pequena. As morfologias dessas periferias são compreendidas, portanto, dentro da subjetividade e objetividade dos indivíduos que reúnem diversos pensamentos sobre suas composições.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação está estruturada por capítulos que representaram elementos teóricos e dados das práticas socioespaciais coletados em campo. A culminância dos processos históricos-geográficos impulsionou a evolução do espaço urbano, dentre os quais cita-se: a colonização interiorana da Bahia, reflexo dos processos de desenvolvimento do capitalismo que tornou a urbanização mais complexa. Essa estrutura arcaica se transformou pouco a pouco, de acordo com os interesses de dois grupos familiares tradicionais que alternam no controle político ao longo dos anos.

Foi constatado que Caetité é de fato uma cidade pequena que, em suas especificidades e funções, polariza outras circunvizinhas ainda menores, quando passou a ofertar serviços e equipamentos que ligam os sistemas de seu funcionamento urbano e regional. No contexto da urbanização contemporânea criou forte dependência dos espaços internos, principalmente as suas hinterlândias e núcleos de cidades menores que dependem de Caetité para a consecução de alguns serviços. Todavia, com atuação muito menor, quando comparada com as demais Capitais Regionais que polarizam mais de 70 cidades baianas, como é o caso de Vitória da Conquista. E assim se incorpora às redes urbanas que a interconecta com o Brasil e o mundo.

A ciência geográfica, nas últimas décadas, buscou reflexões teóricas mais profundas para conceituar a cidade pequena. Tornou-se claro que é imprescindível descortinar a simbologia dos números, uma vez que a classificação, configuração e funções na rede denotam compreensões subjetivas.

Os estudos das cidades pequenas vislumbram novos olhares para a maioria dos geógrafos, que postergaram essa categoria de análise ao objeto de estudo da Geografia Urbana durante décadas. Elas se apresentam como uma fonte inesgotável de análise da realidade mundial, devido à complexidade de suas dinâmicas, o que implica também maiores dificuldades nas reflexões teóricas-metodológicas para conceituação e investigações.

No caso de Caetité, no decorrer do tempo e em pleno século XXI, formou-se um arcabouço urbano organizado em torno de um único centro, pequeno, cuja finalidade foi conduzir toda a dinâmica espacial da expansão do tecido urbano. Essa conjuntura definida pelos critérios político-administrativo influenciou a sua

morfologia urbana: um desenho espacial urbano segregado em periferias pobres e de alto poder aquisitivo, que diferenciam-se de modo peculiar e complexificaram o processo de urbanização, em particular, a periferização.

As periferias foram explicadas com base no conceito da morfologia urbana, em que foram analisados os processos impressos pelas forças produtivas que impulsionam sua configuração territorial, discriminam os sujeitos sociais que as ocupam e que nelas se reproduzem. O diferencial é que na escala da cidade revelaram novos conteúdos e morfologias que dissipam o conceito de periferia apenas como sinônimo de pobreza.

O conceito clássico da periferia para a Geografia permitiu idealizar que na escala global é um fragmento com aglomeração e resultados da materialidade dos miseráveis que, continuamente, estão deslocados no espaço-tempo e, por isso, estão socialmente excluídos. Quando se fala em periferias, a mente logo associa as condições de pobreza em que crianças pobres e marginalizadas brincam em ruas precárias ou dentro do esgotamento sanitário que corre à céu aberto por falta de saneamento básico, infraestrutura e serviços.

Todavia, percebe-se que a periferia é um arranjo espacial que se distingue da lógica do espaço central, não pela sua distância em relação aquele recorte, mas pela materialização de equipamento, usos, dinâmica populacional, conteúdos presentes e funções. Cada qual é a expressão da reprodução do capital e da luta de classes, que exprimem (ou não) o domínio e a sujeição capitalista. É o meio de reprodução de vida das camadas sociais, mas também são a manutenção dos interesses da elite local.

As periferias das cidades foram assim interpretadas pelos profissionais da Arquitetura, do Urbanismo e da Geografia até o final do século XX. Entrementes, foi no século XXI que os geógrafos intensificaram os debates teóricos que dão consistência conceitual para a análise geográfica dos recortes espaciais com base nos traços físicos, padrões socioespaciais, seus processos de construção, na luta de classes por direitos e a infraestrutura incorporada.

No contexto da globalização capitalista, as periferias, na escala da cidade, se transformaram em núcleos para o comércio de lotes, ou seja, fragmentos espaciais que absorveram, no decorrer do tempo, as novas lógicas que definem seus arranjos em virtude da circulação, mobilidade do trabalho, produção e venda terra. Isso permitiu que a morfologia urbana, enquanto conceito, explicasse o que

está por trás de toda dinâmica que impõe novas lógicas morfológicas e conteúdo às periferias urbanas, que expressam um novo desenho geométrico da cidade. O acúmulo das riquezas capitalistas, condicionante prioritário das formas geométricas que as cidades assumem, tornou-se no século XXI o principal agente que redefine os lugares.

O estabelecimento dos loteamentos em Caetité foi proposto pela Prefeitura Municipal como a melhor possibilidade para a expansão do tecido urbano e o crescimento da cidade. Essa condição culminou na formação dos conjuntos periféricos que incorporaram complexidades em suas relações, ao serem estruturados, inicialmente, na lógica de dois sistemas: a urbanização e o parcelamento da terra urbana como viés lucrativo na comercialização local.

As periferias Nossa Senhora da Paz e o São Vicente são temporalidades distintas que arregimentaram contraditoriamente no espaço, através dos usos e consumos dos solos: finanças, dados de redes, fixos e fluxos pertencentes aos sistemas de interações urbanas e regionais que condicionam a fluidez de mercadorias, capitais e pessoas no espaço urbano.

Os dados colhidos em campo demonstraram que as formas e os espaços periféricos, assim como o sentido de sua apropriação, agregam maior valorização para a classe de maior poder aquisitivo, que absorve riqueza em meio à pobreza e transforma o espaço urbano como domínio político e econômico, na contradição dos aspectos culturais dos pobres.

A criação dos novos loteamentos e sua expansão, de acordo com o poder aquisitivo de cada grupo social, representa em primeira instância que a cidade é uma fonte rentável para uma parte de quem a produz. Assim, ela diversifica-se ao estabelecer espaços mais descentralizados, mal vinculados e reformulados entre si. Essas análises fazem da periferia um espaço com conteúdos muito particulares, capazes de integrá-la categoricamente como parte da estruturação das cidades, o que distancia os pesquisadores de pensá-la apenas do ponto de vista morfológico, ou seja, da forma em si.

A morfologia urbana facilita a compreensão das particularidades do crescimento urbano de Caetité, que apontou a questão da criação de loteamentos como uma consequência da especulação imobiliária, fator responsável para a transferência dos populares e da elite para as periferias, o que criou o desenho geométrico atual que diferencia-se substancialmente daquele contido no plano

diretor urbano. Porém, enfrentou-se problemas para o desenvolvimento desta pesquisa, posto que não há trabalhos acadêmicos específicos e as fontes primárias são insuficientes ou dificultaram na compreensão e escrita das abordagens sobre as novas morfologias e conteúdos das periferias. Esses estudos são atuais, inéditos e precisam ser ampliados, pois são de suma importância para a análise espacial como um todo, em especial das cidades pequenas.

O processo de expansão de Caetité demonstra que, enquanto a cidade se expandia em direção aos morros aonde foram construídas casas de alto padrão, de modo semelhante, se estendia para as áreas mais planas do outro lado da BR-030, através da construção de moradias paupérrimas, tanto por parte do poder público, da iniciativa privada, quanto pela própria população que necessitava de abrigo.

Essa lógica apresentou singularidades no tocante a produção das periferias em geral, o que contraria toda a estrutura teórica do conceito clássico. É necessário observar outros critérios de análises para se chegar ao entendimento e ao conceito nos dias atuais. Todos esses bairros se formaram em pontos distantes do Centro, que polariza e concentra um reduzido comércio e as prestações de serviços públicos ou privados.

O tamanho da cidade de Caetité influenciou a distância e a dependência entre as periferias e o pequeno centro que oferece os principais equipamentos, serviços e comércio. Esses espaços alteram suas morfologias conforme o fator socioeconômico que impulsiona a descentralização dos espaços e criam outras dinâmicas urbanas.

A mundialização da economia e da circulação do capital diversificou também os conteúdos das periferias em Caetité. Destaca-se que o sentido de pertencimento, das relações afetivas, o cultural e a identidade são substancialmente alterados por essa lógica.

O parcelamento do espaço urbano de Caetité é, nesse momento histórico, o resultado do aproveitamento econômico global que, de um lado, reserva a mão de obra para as indústrias de cerâmicas, as empresas nacionais e multinacionais que se alocaram no território caetiteense. Por outro, esses mecanismos de produção aprofundaram ainda mais a falta de oportunidade de emprego e renda para os moradores pobres do Nossa Senhora da Paz. Assim, as periferias Caetité

foram ampliadas no contexto da segregação socioespacial, quando o fator distribuição desigual de oportunidades de emprego e renda mesclam tempos, materialidade e ideologia históricas.

O crescimento interno das cidades se faz no sentido de lotear áreas, que ganham novos aspectos, ao serem concebidas na dinâmica de mercado. Assim, como espaço de poder e centralidade que alimenta economicamente o seu pequeno centro comercial, uma se interpõem subjetivamente como representação de status social para o grupo utilizado e a outra como área de exclusão para os pobres.

Na atualidade, tempo de constantes transformações em que a sociedade realiza acima de tudo o econômico, em todo o mundo, delineiam-se as periferias para soerguer novas estruturas capazes de satisfazer as necessidades do mercado e, por isso, imprimem novos valores, costumes e ideais que transformam esses espaços para além do espaço de vivência em que o apego sentimental do lugar se torna raro.

Esses vetores foram responsáveis pela expansão da cidade, especialmente quando impulsionou o crescimento do São Vicente e a formação do Nossa Senhora da paz, que passaram a expressar as desigualdades sociais, assim como o acirrado conflito pelos direitos entre as classes distintas que residem nessas periferias.

O resultado da ação conduzida por atores sintagmáticos é a apropriação dos recursos econômicos e a mobilidade do trabalho que fazem do espaço urbano uma área de disputa entre grupos, cujo valor reflete em múltiplas dimensões do “vivido” pelos membros de uma coletividade.

A periferia, na escala da cidade, portanto, consiste na produção, circulação e reprodução do capital. É a organização socioeconômica de tempos cumulativos. Por outro lado, é também uma mercadoria rentável para a geração de riqueza, que mesmo em meio a pobreza, robustece o fator econômico.

O espaço urbano da cidade de Caetité é resultante das constantes lutas em a classe de maior renda desencadeia a formação das periferias pobres como ambiente invisível, desprestigiado, que contém pavimentação inadequada e construções de alvenaria para habitações em um loteamento que, ideologicamente, não possui funções socioeconômicas, mas é composto no isolamento em relação as periferias ricas e ao centro.

A periferia é o lugar da reprodução das diversas classes sociais em que sua diferenciação se dá em consequência das formas de exploração capitalista. As condições de vida de ambas as periferias revelam as desigualdades nas relações do consumo e as complexidades expostas na produção e expansão do espaço urbano. Assim, não se pode entendê-las apenas como uma área distante do centro, problemática em os próprios moradores criam as formas e os meios de violência, como se fossem uma máquina produtora de miséria, pois é a miséria uma mercadoria que viabiliza a acumulação desigual, a dominação e circulação do capital. Com diferentes oportunidades de inserção social, os habitantes dessa periferia pobre em Caetité não têm acesso aos mesmos direitos e privilégios cujas consequências são a geração da pobreza e violência.

O poder público municipal, juntamente com a própria dinâmica de acumulação econômica, foram os principais mentores e facilitadores da configuração das seguintes periferias: do Nossa Senhora da Paz, como espaço da espoliação e o São Vicente como espaço da representatividade do status. Como diz Sposito (2004, p. 282), “a periferia é plural”. “[...] encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na cidade. [...]”

As novas morfologias das periferias consistem na implantação dos arranjos espaciais com base na lógica de usos do espaço. Como práticas territoriais da “elite caetiteense”, passou a apresentar outras características opostas a materialização de equipamentos mau instalados, casas paupérrimas, pessoas pobres, falta de educação, dinheiro, saneamento e lazer. A classe dominante apropria-se de lotes de preços elevados para construir mansões em áreas de morro. A garantia do status se dá quando há condições financeiras de explorar o ambiente de morro, de modo que a casa fique bem visível de outros pontos da cidade.

As periferias, portanto, se tornaram parcelas de pavimentos apropriadas pelo capital que as colocam como mercadoria. A especulação imobiliária agrega alto valor aos fragmentos de solo urbano e a classe com maior renda cria, então, a periferia desejada quando da implantação de ruas, iluminação, rede de esgoto, calçamentos com meios-fios, limpezas nas ruas, assistência rápida em infraestrutura, relações sociais menos conflituosas e segurança. Nesse processo há

valorização da área ocupada por esse grupo social.

A própria extensão do tecido urbano, seja de forma descontínua ou não, remete ao fato que a “emergência” da implantação dos loteamentos deu origem as novas áreas urbanas e periféricas, particularidade que visava o crescimento da cidade. Na visão de Sposito (2004), é a periferização que diferencia-se da periferia quando se quer distinguir as duas realidades urbanas. Seus conteúdos e formas precisam ser desvendados na perspectiva de diferenciar-se de subúrbio, rururbano, franja urbana, subúrbio, periurbano, entorno urbano etc., pois nem tudo é periferia, mesmo que seu conceito seja plural.

Com base nas informações e tabulações dos dados empíricos a hipótese foi confirmar em que indagava-se: até que ponto as periferias das cidades pequenas, em suas novas morfologias e conteúdos urbanos, compõem-se como áreas, exclusivamente, sinônimas de pobreza? Isso, com o recorte de estudo para a cidade de Caetité.

Constatou-se que seu espaço urbano é atualmente um todo que reúne os bairros, dentre os quais destacou-se o Nossa Senhora da Paz e o São Vicente, esse último como expressão das novas morfologias e conteúdos da periferia na escala da pequena cidade. Suas características demonstram que a pobreza não é a única característica da periferia. No passado, considerava-se periferia uma área de morro localizada bem distante do centro, sem funções econômicas e isolada do contexto social. A urbanização atual complexificou esses espaços e lhe conferiu outros significados na lógica capitalista. No caso da periferia rica em Caetité são essas características que distanciam o conceito clássico de periferia para assumi-lo dentro do conceito da morfologia urbana.

Os objetivos foram alcançados, posto que foi possível compreender os novos conteúdos e morfologias da periferia das cidades pequenas, no contexto do processo de urbanização, e a promoção de lógicas novas de desigualdades, na cidade de Caetité-BA. Nessa perspectiva, ao analisar as mudanças no processo de urbanização e suas influências na construção dos bairros periféricos com conteúdos e morfologias urbanas distintas na cidade, averiguou-se que as condições de vida das classes sociais distintas nas periferias das pequenas cidades denotam fortes desigualdades. Cada grupo vive ou deixa de viver em função das formas de exploração desses espaços. Isso reflete nas formas de apropriação ou negação de direitos.

Apreendeu-se que a infraestrutura urbana pouco difere entre a periferia pobre e a periferia de maior poder aquisitivo na cidade pequena. Com efeito, no tocante aos equipamentos públicos, é a periferia pobre relativamente melhor assistida. Essa é fruto das interferências e ações do poder público municipal na configuração dos bairros periféricos, mas também pelo fato dos que têm maior renda não querer o “estranho” na proximidade.

A sociedade caetiteense associou o bairro Nossa Senhora da Paz à imagem de moradores marginalizados que, conseqüentemente, criam violência, tráfico, roubos etc., os quais geram os desconfortos na cidade. Passaram então a conceber essa periferia como uma construção única, carregada de simbolismos e estigmas em que todos os pobres são miseráveis, sem cultura e sem valor social, ou seja, é um grupo minoritário problemático e “excluído”. Essa parcela da população, semelhantemente aquelas que residem nas demais periferias pobres da Bahia, vive, mas está destituída do usufruto dos seus direitos na cidade.

A luta de classe rompe paulatinamente com os laços solidários característicos do lugar e provoca “inovação” na convivência social das famílias que habitam nos espaços em que se manifestam, também, as diferenciações étnico-raciais e econômicas no âmbito da disputa por direitos entre os sujeitos. As maneiras atuais de conceber a vida nas periferias das pequenas cidades são consequência do efeito avassalador das crescentes desigualdades que irromperam às cidades grandes e médias em todo mundo.

Nesta perspectiva é possível afirmar que as periferias urbanas caracterizam as formas de expansão territorial. Isso se verifica na realidade, posto que o São Vicente por exemplo é, dentre outras periferia de Caetité, que quebra o paradigma periferia-pobreza, que dissipa o enfoque da ‘predominância da habitação de baixa renda’, da ‘falta de alternativa de vida’, da precariedade, miséria, fome, área muito distantes que possuem lotes muito baratos, espaços da construção de gente pobre destituída de educação do desenvolvimento econômico e social.

6. REFERÊNCIAS

ARAGÃO, S. O estudo dos tipos-interfaces entre tipologia e morfologia urbana e contribuições para o entendimento da paisagem. **Geosul**, Florianópolis, v. 21, n. 42, 2006, p. 29-43.

ARROYO, M. M. A trama de um pensamento complexo: espaço banal, lugar e cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Ensaio de geografia contemporânea** – Milton Santos: obra revisitada. SP: Hucitec, 1996. p.55-62.

ARRUDA, J. J. A. **A Revolução Industrial**. 2. ed. São Paulo. Ática, 1988. p. 90.

BAHIA, **Anuário Estatístico**. V 1, 1972 – Anuário da Bahia: SEI, 2001.

BARCELAR, W. K. A. As dualidades das pequenas cidades: As cidades com menos de 10.000 habitantes do cerrado triangulino. In: II SIMPOSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, “Perspectivas para o cerrado no século XXI”, Uberlândia. **Anais...** Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

BATISTA, R. U. e ROSSI, A. M. G. Morfologia no contexto da sustentabilidade urbana. In: IV SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA URBANA, “Encontro Nacional de Tecnologia Urbana”, Rio de Janeiro. **Anais...** Escola Politécnica Universidade Federal do Rio de Janeiro – UERJ, 2013.

BECKER, Bertha e EGLER, Claudio. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro. 3. ed. Bertrand Brasil, 1992.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, (1994).

BORGES, W. A. e ROCHA, M. M. A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho. **Geografia**, Rio Claro, v.29, n. 3, 2004, p. 383-400.

CAMPOS, A. C. A Construção da cidade segregada: O papel do Estado na Urbanização de Aracaju. In: ARAÚJO, Hélio Mário de (Org.) *et al.* **O ambiente urbano: visões geográficas de Aracaju**. São Cristóvão: UFS, 2006, p. 166-196.

CAMPOS, H.R. Considerações sobre ideologias presentes na Geografia crítica. Considerações sobre ideologias presentes na Geografia crítica. **CSONline (UFJF)**, ano 6. 14 ed, jan/abr. 2012.

CASARIL, C. C. "Pequenas Cidades" ou "Cidades Locais"? Por uma perspectiva teórico-metodológica atual. In: XV ENCONTRO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS, “Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperança”, Porto Alegre. **Anais...** Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, 2010.

CARLOS, A.F. **A cidade como negócio**. São Paulo, Contexto 2015.

_____. **O espaço urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo. FFLCH, 2007, p. 123.

_____. **Espaço e Indústria.** São Paulo, Contexto, 1991.

COMENTTO. **Calculadora amostral.** Disponível em <https://comentto.com/calculadora-amostral/>, acesso em 03/08/2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Revista da Geousp**, Espaço e Tempo, nº 30, 2011, p. 05 - 12.

_____. A periferia Urbana. **Revista Geosul**, Santa Catarina, 2º semestre, n. 2, 1986.

_____. Novas dimensões do urbano no Brasil. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 21, n. 42, 1991 p. 12-17.

_____. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço:** um texto para discussão. São Paulo: USP: 2001. p. 11-13. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4107175/mod_resource/content/0/agentes_lobato%20correa.pdf, acesso em 22 jan 2018.

CORREA, R. L. e LIMA, O. M.B. Sistema Urbano In: GALVÃO, Marília V. **Geografia do Brasil: Região Sudeste.** Rio de Janeiro: IBGE-SERGRAF, 1977. vol. 3. p. 569 a 659.

CHAVEIRO, E. F. e ANJOS, A. F. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. In: **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia-Goiás-Brasil, v.27, n. 2, 2007, p. 181-197.

COSTA, W. B.; OLIVEIRA, M. A. (Org.); PIMENTEL, J. S. (Org.). **Geografia e Transformações contemporâneas.** 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2017. 206p.

_____. Coleta seletiva e organização dos catadores de materiais recicláveis em Caetitê, Bahia. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, "Associação dos Geógrafos Brasileiros", São Paulo. **Anais...** Universidade Federal de Goiás, 2014.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia.** São Paulo: Contexto, 1991

_____. A Urbanização Crítica na Metrópole de São Paulo, a partir de fundamentos da Geografia Urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 5, p. 51-70, 2009.

_____. et al. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. In: LEMOS, A. I. G; ARROYO, M e SILVEIRA, M. L (Org.). **Caribe: Rede de bibliotecas virtuais de ciências sociais da América Latina.** São Paulo, 2006. p. 135-147.

DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Janio (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências.** Salvador: 2012.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 141-162.

ENDLICH, A. M. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, 2007, p. 5-35.

_____. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. 2006. 505f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

FERNANDES, M. G. O estudo da morfologia urbana em Portugal. In: XXII COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, "Cidades e Territórios metropolitanos", Porto. **Anais...** Faculdade de Letras, Universidade de Porto, 2010.

FERNANDES, M.G. Urbanismo e morfologia urbana do Norte de Portugal: Cidades e Territórios Metropolitanos. In: XII COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, "" Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança, Porto. **Anais...** Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 214.

FERREIRA, S. C. Contribuição ao debate acerca de pequenas cidades na rede urbana. In: XVII SEMANA DA GEOGRAFIA, "I Simpósio sobre pequenas cidades e desenvolvimento local", **Anais...** Universidade do Estado de Mato Grosso, 2008.

FREITAS, G. L. Princípios Jurídicos na Colonização Ibero Americana: O debate sobre a escravidão indígena. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. v.1, n.1, Universidade Estadual de Maringá. **Anais...** Paraná: Lab Tempo, 2011.

FREITAS, R. O. A periferia da periferia: mídias em ambientes não-metropolitanos. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, "VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação para a Cidadania", Santos. **Anais...** Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom, 2007.

FLORIDO, Janice. **Coleção Brasil 500 anos**, v. 7. São Paulo: Nova cultural, 1999.

FOUTORA, A. E. S. **Participação, territorialização e identidade na periferia de Porto Alegre**: Estudo de caso comparativo no bairro Lomba Pinheiro. 2005. 207f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). In: KELLER, E.

C.S. **Redes Urbanas**. Divisão de Geografia. Geografia do Brasil: a grande região sul. Rio de Janeiro, 1968. Vol. IV, Tomo II.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Montevidéu: Biblioteca do Exilado, 1970.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais / Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Trad. de Geraldo Gerson dos Santos São Paulo: Edusp, 1993.

GRUPO DE PESQUISA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E REDEFINIÇÕES REGIONAIS Apresentação. Disponível em: <<http://fct.unesp.br/#!/pesquisa/gasperr/>>. Acesso: 1 abr. 2018.

HALL, P. **Cidades do Amanhã**. Perspectiva. São Paulo, 1988.

HOBBSAWM, E. J. **A era das Revoluções Europa 1789-1848**. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Temi, 1977. p. 13-453.

_____. **Censo Demográfico: população e habitação, 1940**. Parte XII, tomo I, série regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

_____. **Censo Demográfico: Estado da Bahia, 1950**. V. XX, tomo I. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

_____. **Censo Demográfico Bahia: recenseamento geral, 1970**, v. 1, tomo XIII. Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

_____. **Censo Demográfico 1980: dados distritais-Bahia**, v. 1, tomo 3, n. 13. Rio de Janeiro: IBGE, 1983,

_____. **Censo Demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios**, n.17-Bahia Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. **Censo Demográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/>. Acesso: 05 set. 2018.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Planejada e orientada por Jurandyr, Pires Ferreira. Obra conjunta dos Conselhos Nacional de Geografia e Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, p. 108-114, jul. 1958. v. XX.

_____. **Geociências**. Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm Acesso: 18 de ago. 2018.

_____. **Regiões de influência das cidades (REGIC), 2007**. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>, acesso: 29 ago. 2013

_____. **Sidra:** Banco de dados sobre Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 20 out. 2018.

_____. **Sidra:** Banco de dados sobre Produto Interno Bruto 1999 e 2014. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 15 set. 2018.

_____. **Sidra:** Banco de dados sobre Produto Interno Bruto 2002 a 2015. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 05 mai. 2018.

_____. **Sidra:** Banco de dados sobre Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 20 out. 2018.

_____. **Sidra:** Banco de dados sobre Produção Municipal. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 20 out. 2018.

_____. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico:** Brasil. 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IPEA. **Banco de dados Ipeadata.** Produto Interno Bruto: 1920 a 1996. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso: 05 mai. 2012.

IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso: 05 mai. 2012

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>. Acesso: 05 mai. 2018

JORDÃO, L. C. S. Novas Periferias urbanas: A expansão de São Carlos através de Condomínios Fechados. In: VI SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER, "Sociedade Civil", **Anais...** Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica, 2009.

KELLER, E. C.S. **Redes Urbanas.** Divisão de Geografia. Geografia do Brasil: a grande região sul. Rio de Janeiro: FIBGE, 1968. Vol. IV, Tomo II.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e prática da pesquisa. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LACOSTE, Y. **Geografia do Subdesenvolvimento.** 4ª Edição. DIFEL. São Paulo. 1975.

LENCIONI, S. Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia.** São Paulo: Contexto, 2001. p. 187-204

_____. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Espaço e Tempo – GEOUSP,** São Paulo, n. 24, 2008, p. 109-123.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

_____. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. p. 141.

LOPES JUNIOR, W. M. e SANTOS, R. C. B. Novas centralidades na perspectiva da relação centro – periferia. **Sociedade & natureza**, Uberlândia, v. 3, n 21, 2009, p. 351-359.

MAIA, D. S. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas. In: IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA SIMPURB, Manaus. **Anais...** Universidade Federal do Amazonas, 2005.

MARCELO, V. L. S. LIMA, M.F. e SILVA, T. M. Os loteamentos em Caetité-BA no final do século XX. In: II SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS SEURB: A dinâmica das cidades e a produção do espaço, Paraná. **Anais...** Universidade Estadual do Paraná, 2013.

MARQUES, E. C. e BICHIR, R. M. Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo. **ResearchGate**, São Paulo, 2015, p. 1-34.

MARQUES, Z.M. et al. 100 anos de fé e missão nas terras sagradas do sertão – Bahia. In FERNANDES, Marinalva Nunes; PIRES, Maria de Fátima Novais (Org.). **Diocese de Caetité**. 1ed. Caetité: EDUNEB, 2013. p. 312.

MARX, K. e ENGELS, F. **O manifesto do Partido comunista**. São Paulo. Paz e Terra, 1996.

MENDES, B. J. **Caetité: a terra a cultura e sua gente**. Caetité, 1996.

MENDONÇA, S. R. **A Industrialização Brasileira**: São Paulo: Moderna, 2004.

MENESES, U. B. Morfologia das cidades brasileiras: Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. **Brasil dos Viajantes 12**, São Paulo, 1996, p. 144-155.

MENDES, T. M e CABRITA, M. A. **Morfologia Urbana em Portugal: percurso e visibilidade**. ISCTE-IUL, Lisboa-Portugal, 2012, p. 1750-1781.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Superando o Racismo na Escola. Alfabetização e Diversidade. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Discriminação Racial / Ideologia do Livro Didático**. Brasília - DF: MEC/BID/UNESCO, 20015. p. 204.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MIYAZAKI, V. K. **Estruturação da cidade e morfologia urbana: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista**, 2013. 305f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

MONSMA, K. Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista. **Dados [online]**. vol.53, n.3, 2010, p.509-543.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, v.111, p. 09-18, 2006.

MOURA, G. G. e SOARES, B. S. A periferia de Uberlândia/MG: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. In: **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 10, p. 22-40, 2009. Disponível em: < <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>, acesso: 20 mar. 2007.

NASCIMENTO, A. S. Múltiplas relações entre a morfologia urbana e os shopping centers. In: **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 14, n. 48, p.91-104, 2013. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/>>, acesso em 03 abril. 2018.

OLIVEIRA, F. de. Acumulação monopolista, contradições urbanas e a nova qualidade do conflito de classes. In: MOISÉS, J.A. (Org.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.65-76.

OLIVEIRA, P. M. NASCIMENTO, M.S. e SILVA, S. D. Problemas ambientais decorrentes do crescimento urbano em Caetité mediado pela criação de loteamentos. In: XVII SEMANA ACADÊMICA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, SAEPE, v. 1, n 1, 2016. Recife. **Anais...** Universidade e Comunidade, 2016.

OLIVEIRA, V. Morfologia Urbana: investigação científica e prática profissional. **ResearchGate**, Porto, v. 8, p. 99-111, 2014. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/269813946>>, acesso em 04 jan. 2018.

PACHECO, N.M. **A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial: conflitos apresamentos e mitos**. Dourados, MS: Ed, UFGD, 2015. p. 175.

PALLONE, S. Diferenciando subúrbio de periferia. **Notícias do Brasil - BR**, São Paulo, v. 57, n. 2, apr-jun 2005. p. 11.

REDE DE PESQUISADORES SOBRE CIDADES MÉDIAS (ReCiMe). Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/Default.aspx>>, Acesso: 1 abr. 2018.

REGO, R.L. e MENEGUETTI, K. S. A respeito de morfologia urbana./ Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. **Scientiarum**. Technology, Maringá, v. 33, n. 2, 2001, p. 123-127.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A.M. desigualdades socioespaciais: A Luta pelo direito à cidade. **Cidades**, Brasília, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 144f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP. Presidente Prudente, 2008.

ROSANELI, A. F. **Cidades novas da fronteira do café**. História e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná, 2009. 15f Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANFELICE, J. L. Dialética e Pesquisa em Educação. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Marxismo e Educação**: debates contemporâneos. 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. p. 69-94.

SANTOS, H. L. **Caetité pequenina e ilustre**. ed. 2ª. Salvador, 1995.

SANTOS, J. A. **A cidade poli(multi)nucleada**: a reestruturação do espaço urbano em Salvador, 2008.402f. Tese (Doutorado em Geografia Urbana) - Faculdade de ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

_____. A natureza contraditória da urbanização e as mudanças nas cidades médias baianas. **Revista Geográfica de América Central (online)**, v. 47E, p. 180-200, 2011.

_____. Políticas Públicas e ações populares: O caso dos alagados – Salvador BA. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 3(1), jan-jun, 2005, p. 1-18.

_____. Contribuição teórico-metodológica ao estudo das pequenas cidades, com base em pesquisas sobre a Bahia. In: BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (org.). **Cidades médias e pequenas**: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas. 1ed.curitiba: editora prisms, 2017, v. 1, p. 52-84.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 152.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo. HUCITEC, 1993.

_____. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Técnica espaço e Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e emoção. 4 ed. 4 reimpressão. – (Coleção Milton Santos; 1). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, P. H. D. Viver na cidade: experiências e significados. In: XVII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: “o historiador e seu tempo”, **Anais...**

associação Nacional de História, ANPUH-SP, 2006.

SEABRA, O. C. L. Urbanização e Fragmentação: A natureza natural do mundo. In: CONFERENCIA DE ABERTURA DA SEMANA DO GEOGRÁFO. v.1, n.1, Universidade Federal do Espírito Santo. **Anais...** Vitória: Geografares, 2000.

SCARLATO, Francisco Capuano. O espaço industrial brasileiro: Geografia do Brasil. In: Jurandyr L. Sanches Ross (Org.). **Geografia do Brasil**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SEMEGHINI, U.C. **Do Café a Indústria** – Uma Cidade e seu Tempo. UNICAMP. Campinas, SP, 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 20. Ed— São Paulo: Cortêz, 1996.

SILVA, A. B. As velhas e novas periferias: o caso de aldeia (Camaragibe-PE). **Revista Eletrônica da associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, n. 22, 12 nov. 2015, p. 1-18.

_____. O fenômeno granjeiro e os condomínios em Aldeia: uma nova periferia em conformação. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 13, n 2, 2017, p. 142-152.

SOARES, B. Ribeiro; OLIVEIRA, Bianca S . Considerações sobre as cidades locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. **Caminhos da Geografia**, v. 3, n. 5, p. 163-216, 2001. Disponível em <<http://www.ig.ufu.br/volume5.htm>>, acesso em 28 dez 2018.

SOARES, Beatriz Ribeiro; CALADO, R. A urbanização e o papel das cidades de pequeno porte nas áreas de cerrado de Minas Gerais. **Revista Horizonte Científico**, UFU/PROPP/DIRPE (Eletrônica), v. 02, p. 01-27, 2003.

SOUZA, C. F. **Contrastes Regionais e Formações Urbanas**. Coleção Síntese Rio-grandense, 2000, v.14. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS.

SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial: **Redes**. ed. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p.163-216.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, p.190.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. ed. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Conjunto: América Diabólica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 21-45.

SOUZA, Suzane Tosta. Luta pelo Trabalho na periferia Urbana na mediação Campo-Cidade. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SANTOS, Fabrícia de Oliveira. (Org.). **A Natureza Imperialista do Capital e a falácia do fim da crise**.

São Cristóvão: Editora UFS, 2015. p. 1-17.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas de espaciais. In: CARLOS, Ana Fani.; SOUZA, M. L. (Orgs.). **O espaço no fim do século – a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **O desafio metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, M. E. B. A Urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: _____. Amélia Luisa Damiani.; Ana Fani Carlos e Odette Carvalho de Lima Seabra (orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001, 83-99.

_____. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo. **Boletim del Instituto de Geografia – UNAM**, Distrito Federal, México, v. n. 054, 2004, p.261-320.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Base cartográfica atualizada da Bahia**. Salvador: SEI, 2015 (arquivo digital).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **Base cartográfica atualizada da Bahia**. Salvador: SEI, 2016 (arquivo digital).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). **SIDE: Sistema de Dados Estatísticos. Produto Interno Bruto: 1999 a 2009**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>, acesso em julho de 2018.

TESOURO NACIONAL. **Transferências constitucionais: dados sobre repasse**. Disponível em: [http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1::: .](http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1:::) Acesso: 05 mai. 2017.

URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE CIDADES NA BAHIA. Disponível em: <<http://www.uesb.br/urbanizacao/index.php>>. Acesso: 1 abr. 2018

VIDICH, A. e LYMAN, S. Métodos qualitativos: sua história na Sociologia e na Antropologia. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

WHITACKER, A. M. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias, Porto Alegre. In: IX SEMANA DE GEOGRAFIA, **Anais...** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2007.

XAVIER, D. P. **Repensando a periferia no período popular da história: o uso do território pelo movimento Hip Hop**. 114 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2005.

APÊNDICES

Apêndice A:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

QUESTIONÁRIO

Dados Gerais do morador do Bairro:

1. Bairro: _____ Rua: _____

2. Quanto tempo mora em Caetité?

- () Menos de um ano () entre um e 5 anos
 () entre 6 e 10 anos () entre 10 e 20 anos
 () mais de 20 anos () mais de 30 anos

3. Origem da família:

() da cidade () zona rural () outro município () outro Estado?
 Qual? _____

4. Situação domiciliar

() própria () alugada () outra situação _____

5. Atividades principais da família (ocupação dos residentes. Se estudante, especificar)

6. Renda média por pessoa, (todos adultos do domicílio) (Salário Mínimo = SM)

Até 1 SM () Entre 1 SM e 3 SM () Entre 4 SM e 5 SM ()
 Entre 5 e 10 SM () Acima de 10 SM ()

7. Qual é o seu nível de escolaridade? (registar quantas pessoas por faixa de salário)

Nunca frequentei a escola () Da 1^o a 5^o ano () 6^o ao 9^o ano ()
 Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo ()
 Superior incompleto () Superior completo () pós graduação ()

9. Alguém recebe algum benefício social do governo? (Domicílio)

() Sim. Qual? _____ () Não.

10. Quantas pessoas moram com você? ()

11. Dessas quantas trabalham ()

12. Quais ocupações:

() Indústria () Comércio () serviços agropecuários

() Servidor Público () Autônomo () Outros, quais _____

13. Qual é a sua ocupação? Onde trabalha

Local	Motivo

14. Você e/ou sua família gostariam de morar em outro Bairro da Cidade? Porquê

Sim () Não ()

Condições de infraestrutura da casa

15. Serviços que possui na casa:

() energia elétrica () água encanada () esgoto () coleta de lixo

() telefone fixo () internet () cisterna () fossa

16. Característica do domicílio:

() Residência antiga grande () Residência atual grande

() Residência Antiga pequena () Residência Atual pequena.

17. Serviços que se encontram na rua:

() iluminação pública () posto de saúde (PSFs) () comércio

() rua asfaltada ou calçada () telefone público

18. Como é o abastecimento de água no bairro? Sente-se satisfeito? Por quê? ()

Sim () Não

19. E sobre o serviço de esgoto, está satisfeito? Por quê? () Sim () Não

20. Em relação à coleta de lixo, como é feita? Está satisfeito? Por quê? () Sim

() Não.

Aspectos gerais do residente

21. Por que veio morar na cidade de Caetité?

22. O que falta em Caetité para que se torne uma cidade melhor?

23. Qual é o meio de transporte que usam para se deslocar do seu bairro para outros locais da cidade? Por quê?

- De carro De ônibus
 De moto De bicicleta
 A pé Outros _____

24. O que você acha das mudanças que ocorreram neste bairro? () Sim () Não. Por quê?

25. Você considera o seu bairro uma periferia? Por que?

26. O que entende por morar na periferia?

27. Algo deveria ser mudado no seu bairro? () Sim () Não. Por quê?

28. Para onde se desloca quando precisa consumir? Por que? Consome em outras cidades? Por que?

Local	Motivo
Local	Motivo
Local	Motivo

Local	Motivo
Local	Motivo

29. A família costuma ir na zona rural de Caetité ou de outro município? () Sim
() Não. Motivos?

31. quais são os principais problemas que o bairro enfrenta?

34. Quais são os elementos que tem nesse bairro e que você acha que contribui para a sua valoriza o?

35. Onde vocês praticam o lazer?

Local	Motivo

36. Vocês se deslocam em busca de lazer em outras cidades? Por que?

Local	Motivo

Apêndice B:

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DG
GRUPO DE PESQUISA – URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE CIDADES
NA BAHIA**

ENTREVISTA – AGENTES LOTEADORES

1. Porque crescem os loteamentos foram implantados em Caetité?
Como uma área é loteada?
2. Qual é a participação do poder público em relação a formação dos loteamentos?
3. Alguma lei ou controle municipal que fiscalizam e regulamentam a criação desses loteamentos além das existentes em âmbito nacional?
4. Como um novo loteamento contribui para a expansão de Caetité?
5. Como uma área loteada é vendida? Qual é o valor dos lotes do bairro Nossa Senhora da paz e do São Vicente?
6. O que é necessário para a criação de um novo loteamento? E a infraestrutura envolvida (Energia elétrica, rede de água, esgoto etc.) de quem é a responsabilidade?
7. O que difere a responsabilidade do poder público dos agentes dos loteadores?
8. O que a loteadora deve fazer para seu loteamento ser aprovado? E depois disso o que acontece?
9. Quais os principais problemas que as loteadoras enfrentam para criar um loteamento?

10. Quais são as taxas que os loteadores pagam às imobiliárias? Como funciona esse processo de intermediação em Caetité?
11. Há um público alvo para cada projeto de loteamento? Qual? Ele pode ser adquirido por qualquer pessoa ou existe um público seletivo?
12. Como explicar a venda rápida de lotes em Caetité?
13. Quais são as transformações mais significativas que aconteceram nos últimos anos em Caetité em termos de expansão e criação de novos loteamentos?
14. Qual público procura esses loteamentos? É para moradia ou investimento?
15. Quais as tendências para o mercado de lotes em Caetité, para os próximos anos? O que as pessoas almejam?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DG
GRUPO DE PESQUISA – URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE CIDADES
NA BAHIA**

ENTREVISTA – IMOBILIÁRIAS

1. Como uma área loteada é vendida?
2. Existe alguma lei ou controle municipal, além das existentes em âmbito nacional, que fiscalizam a criação desses loteamentos?
3. Como um novo loteamento contribui para a expansão de Caetité?
4. Como explicar a comercialização de tantos loteamentos nos últimos anos?
5. O que é necessário para vender um novo loteamento? A infraestrutura envolvida (Energia elétrica, rede de água, esgoto etc.) é fundamental? Por que?
6. Na venda de um lote, o que é responsabilidade do poder público e o que é responsabilidades das loteadoras?
7. O que a loteadora deve fazer para que seu loteamento seja vendido rapidamente?
8. Quais os principais problemas que um loteador enfrenta para vender um lote?
9. Todos procuram as imobiliárias? Por que?
10. Quem busca esses novos loteamentos, o que procura? Somente investir ou fixar moradia?
11. Quanto custa uma residência no São Vicente? E no bairro Nossa Senhora da Paz?

12. Quais são as taxas que os loteadores pagam às imobiliárias? Como funciona esse processo de intermediação?
13. Quem mais procura estes lotes em Caetité?
14. Quais as tendências para o mercado de lotes em Caetité, para os próximos anos? O que as pessoas querem?
15. Quais são as transformações mais significativas que aconteceram nos últimos anos em Caetité em termos de expansão e criação de novos loteamentos?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia**

ENTREVISTA - HISTORIADOR

1. O senhor mora há quanto tempo em Caetité?
2. O que favoreceu a expansão da cidade de Caetité?
3. Quais mentores atuaram na história para a expansão?
4. Quais agentes atuaram na composição dos bairros Nossa Senhora da Paz e o São Vicente?
5. Quais prefeitos influenciaram no crescimento da cidade? Como foi?
6. Quais foram os fatores históricos que fizeram da cidade o que é hoje?
7. Conhece as políticas públicas que garantiram o direito à moradia na cidade? Foram direcionadas para esses dois bairros?
8. Quais são os vetores de crescimento que geram as transformações urbanas atuais?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia

Entrevista: moradores antigos dos bairros em Caetité

- 1) Qual é sua origem? Há quanto tempo reside no bairro?
- 2) você sabe informar qual é a origem do nome e do bairro?
- 3) Quem foram os primeiros moradores?
- 4) Como era esse lugar naquela época?
- 5) Havia algum serviço (bancários, médicos, terciários etc.)? se há, Quais são? Quando foram implantados?
- 6) Em que ano houve a pavimentação das ruas?
- 7) Em que ano o bairro recebeu a infraestrutura que tem?
- 8) Houve um envolvimento político na formação e venda de lotes do bairro? Por que?
- 9) Em que ano foram construídas as primeiras escolas, posto de saúde, praça, feira e o comércio etc.?
- 10) Quais são os elementos que possuem aqui no bairro e que você considera que é bom para a qualidade de vida dos moradores?
- 11) Há dificuldades enfrentadas no dia-a-dia no bairro? Quais?
- 12) qual é a participação do poder público municipal para a melhoria da infraestrutura do bairro?
- 13) Você considera seu bairro uma periferia? Por quê?
- 14) Como é o cotidiano dos moradores?
- 15) quais são as principais mudanças que ocorreram desde a data de sua chegada ao bairro?
- 16) O que você espera que acontece de diferente no seu bairro?



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia

ROTEIRO DE ENTEVISTA (PMC)

1. Como ocorreu a formação dos bairros Nossa Senhora da Paz e o São Vicente?
2. Como são distribuídos e efetivados a infraestrutura na cidade? Há alguma ordem de prioridade?
3. Há projetos direcionados para o bairro Nossa Senhora da paz e o São Vicente? Há previsão de quando serão realizados? Quais são esses projetos?
4. Há alguma dificuldade em se trabalhar nesses bairros? Por quê?
5. Quais são os problemas que afetem o crescimento desses bairros? Justifique.
6. Como a prefeitura atua nesses bairros?
7. Os moradores são convidados a participar? Por que e como?
8. Os moradores dos bairros costumam reivindicar na prefeitura melhorias de condições de vida? O que mais solicitam?
9. Sobre o transporte, como os morados de ambos os bairros se deslocam? Há transportes coletivos? Por quê. Há necessidade de implantar esse meio de circulação? Qual é a perspectiva de mudanças nesse sentido?
10. Como se dá as normas para a aprovação de loteamentos em Caetité? Há alguma lei de regulamentação?
11. Quais são as áreas consideradas como periféricas em Caetité? Como é possível identificá-las?
12. O plano diretor considera que em Caetité não possuem bairros, mas áreas de zoneamento, por que essas áreas não são oficialmente consideradas como bairros?

13. Qual é o valor venal dos lotes nos bairros Nossa Senhora da paz e no São Vicente?
14. Qual é a base de cálculo do IPTU nesses bairros? Há diferenças na taxa do imposto? Por que?



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - DG
GRUPO DE PESQUISA – URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE CIDADES
NA BAHIA**

**ENTREVISTA – PODER PÚBLICO E ORGÃOS QUE REGUALAM A
CRIAÇÃO DE LOTEAMENTOS**

1. Como acontece a criação de um novo loteamento? Há estímulos da Prefeitura?
2. Como o poder público age em relação a formação desses loteamentos?
3. Existe alguma lei ou controle municipal, além das existentes em âmbito nacional, que fiscalizam a criação desses loteamentos?
4. Como o loteamento de novas áreas contribuem para a expansão urbana de Caetité?
5. Como explicar a criação de tantos loteamentos nos últimos anos?
6. O que é necessário para a criação de um novo loteamento? E a infraestrutura envolvida (Energia elétrica, rede de água, esgoto etc.) que responsabilidade tem o poder público?
7. Qual é o papel do poder público? O que é responsabilidade dele e o que é responsabilidades das loteadoras?
8. Como um loteamento é aprovado? E depois disso o que acontece?
9. Como o poder público fiscaliza esses loteamentos?
10. Quais os principais problemas que o poder público enfrenta para aprovar um novo loteamento? Quais são as exigências?
11. De que forma a Prefeitura tem ampliado o perímetro urbano da cidade? Por que?
12. A aprovação de muitos lotes, se os mesmos não forem habitados, se torna um problema? Por que?
13. Quais as consequências que a criação desses loteamentos acarreta para a cidade? Como o poder público que lida como isso?

14. Quantos loteamentos foram aprovados nos últimos cinco anos? E como eles estão atualmente?
15. O poder público inibe criação de loteamentos ilegais? É possível a existência desses?
16. Quais são as transformações mais significativas que ocorreu nos últimos anos em Caetité em termos de expansão e criação de novos loteamentos?

ANEXOS